

**Apoio à implementação e sustentabilidade das Áreas Protegidas do Arquipélago do Marajó, especialmente para a Reserva da Biosfera Amazônia-Marajó.**

**Programa Viva Marajó**

***Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó.***

***Escuta Marajó***

***Versão para diagramação***





## Índice

|                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                       | <b>7</b>  |
| <b>1.1. O Programa Viva Marajó.....</b>                         | <b>7</b>  |
| 1.2. Os Públicos preferenciais do Viva Marajó .....             | 8         |
| <b>2. A Escuta.....</b>                                         | <b>9</b>  |
| <b>2.1. Metodologia.....</b>                                    | <b>9</b>  |
| <b>4.1. Saúde .....</b>                                         | <b>14</b> |
| <b>4.2. Educação .....</b>                                      | <b>28</b> |
| <b>4.3. Saneamento básico e Lixo .....</b>                      | <b>43</b> |
| <b>5. Contexto Fundiário .....</b>                              | <b>50</b> |
| 5.1. Parque Estadual de Charapucu e a Reserva da Biosfera ..... | 52        |
| 5.2. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE's) .....  | 54        |
| 5.3. Comunidades Quilombolas .....                              | 66        |
| <b>6. Estratégias econômicas.....</b>                           | <b>70</b> |
| 6.1. Unidade de produção.....                                   | 71        |
| 6.2. Extração florestal não-madeireira.....                     | 71        |
| 6.3. Exploração florestal madeireira .....                      | 84        |
| 6.4. Pesca.....                                                 | 90        |
| 6.5. Agricultura.....                                           | 98        |
| 6.6. Criação de pequenos animais.....                           | 102       |
| 6.7. Pecuária.....                                              | 103       |



**Créditos**

**Período do trabalho**

Junho de 2010 a novembro de 2011

**Diretor Geral**

João Meirelles Filho

**Equipe**

**Peabiru**

Maria Jose Barney

Hermógenes Sá

Ana Carolina Vieira

Carlos Augusto Ramos

Richardson Frazão

Ana Gabriela Fontoura

Francinaldo da Costa Junior

Vivian Silva

Manoel Potiguar

Maíra Parente



**Pesquisadores**

**Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari**

Vanessa de Paula Morimoto

Simone Melo

Samir Casseb

Luiza Bastos

Marcos Paulo Lima

Fernanda Belich Aguiar

**São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras e Curralinho**

Mônica Lizardo de Moraes

Vanessa Malheiro Moraes

Pedro Nabuco de Araújo

Gustavo Dutra

Rafael Pinheiro Araújo



**Gurupá, Anajás, Afuá e Chaves**

Pedro Pereira Leitão

Sara Baima Silva

Ricardo Rodrigues

Luiz Guilherme Ramos Junior

Nailana Thiely

**Breves, Bagre, Melgaço e Portel**

Jamerson Rodrigo Campos

Letícia Sales de Oliveira

Mônica Nazaré Leite

Sidney Pereira

Rodrigo Pires

**Fotografias e vídeos**

Fernanda Belich Aguiar

Rafael Pinheiro Araújo

Nailana Thiely

Rodrigo Pires



Endereço do Peabiru:

Tel 91.3222.6000

Rua Ó de Almeida, 1083 – Reduto

Belém, Pará, 66.053-190

[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)

Contato:

[jmeirelles@peabiru.org.br](mailto:jmeirelles@peabiru.org.br)

Documento Final entregue em 30 de Novembro de 2011 após validação das Oficinas de Socialização nos 16 municípios do Marajó. Sujeito a atualizações até a publicação final.



## 1. Introdução

### 1.1. O Programa Viva Marajó

O programa Viva Marajó é uma ação do Instituto Peabiru e do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável da região do Marajó envolvendo parcerias científicas, institucionais e de financiadores. Trata-se de um conjunto de ações de longa duração, a partir da valorização dos capitais ambiental, socioeconômico e cultural, para fortalecer processos de transformação das comunidades do Arquipélago do Marajó. Os eixos de ação do Viva Marajó são:

- I. **Conservar o patrimônio ambiental e cultural** – apoiar, monitorar e influenciar instituições locais, regionais, nacionais e internacionais na criação e gestão de sistema de unidades de conservação para proteger áreas significativas de paisagens e sítios arqueológicos. Pretende ainda contribuir para o sistema estadual de unidades de conservação, fortalecendo a candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera Amazônia Oriental – Marajó junto à UNESCO;
- II. **Capacitar para o Desenvolvimento Institucional** – apoiar instituições locais em seus processos de fortalecimento, para maior formalização, governança, sustentabilidade financeira, representatividade, posição de mercado e acesso a recursos a que tem direito;
- III. **Realizar Campanha de Valorização do Marajó** – inserir o Marajó na agenda de formadores de opinião, veículos de comunicação, e para a sociedade em geral, por meio de: ações de comunicação da identidade marajoara, a partir do reconhecimento de seu território natural e cultural, valores e saberes e fazeres locais; e da divulgação de iniciativas capazes de se tornarem políticas públicas e institucionais, motivadoras e inspiradoras ao processo de desenvolvimento.
- IV. **Contribuir para inserção do Marajó no Mercado da Sustentabilidade** - identificar produtos e serviços representativos do território, sua biodiversidade e cultura, capazes de se diferenciar e gerar benefícios socioeconômicos duradouros (conceito de *terroir*). Contribuir para o fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis, inclusivas, biodiversas e neutralizadoras de carbono, a partir de prioridades locais, observando-se oportunidades de demanda.

O programa Viva Marajó é parte de uma ação maior de articulação da sociedade, a **Rede Viva Marajó da Sociedade Civil**, que mobiliza hoje diferentes atores pela melhoria da qualidade de vida, a conservação da biodiversidade e da cultural e promoção da sustentabilidade do Marajó.



Importante comentar que a economia do Marajó encontra-se estagnada e, em alguns casos, em declínio acentuado, em contraponto ao *boom* econômico brasileiro. A implementação das políticas públicas inclusivas também merece maior atenção, tanto no nível estadual como federal, e especialmente aquelas capazes de permitir a retomada do crescimento econômico, baseado agora, nos princípios da sustentabilidade. De certa maneira, este estudo pretende contribuir com a identificação ações para este fim. Além disso, o estudo pode ser ferramenta importante de comparação às ações previstas no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó, elaborado em 2007 pela Casa Civil da Presidência da República, para a melhoria das condições de vida no arquipélago.

O Diagnóstico Socioeconômico do Marajó (Escuta) foi o primeiro passo do Instituto Peabiru para se posicionar e fundamentar a elaboração de projetos. Além disso, tem o propósito de gerar subsídios à sociedade local sobre o andamento das ações previstas no Plano Marajó do Governo Federal.

### **1.2. Os Públicos preferenciais do Viva Marajó**

Viva Marajó atuará com organizações representativas da cultura e da sociedade do Marajó, bem como aquelas que trabalham em pesquisa e desenvolvimento tecnológico na região. Entre as organizações privadas estão associações comunitárias, cooperativas, entidades de classe e empresariais. Entre as organizações públicas as prefeituras, escolas estaduais, organismos das áreas de meio ambiente, pesquisa científica e cultural. A prioridade é para o entorno de unidades de conservação e de sítios arqueológicos.



## 2. A Escuta

Conhecer as necessidades, anseios e potencialidades das populações dos 16 municípios da mesorregião do Marajó, tanto da área insular como da continental eram os objetivos desse diagnóstico. A esse processo carinhosamente demos o nome de Escuta.

Denominamos a esse processo de Escuta por entendermos que os limites disciplinares não captam os desafios

das realidades marajoaras para a ação social e cultural do programa, mas dão uma idéia do *status quo* da região. É premissa do nosso programa o reconhecimento da necessidade de efetivação do discurso da inclusão social e da garantia de acesso aos direitos sociais básicos. A escuta buscou integrar as dimensões individuais, sociais, políticas e ambientais da realidade marajoara.

A Escuta permitiu ainda mapear os atores sociais e identificar as características, demandas, entraves e potencialidades regionais. Espera-se ainda que as informações e análises possam contribuir para o debate e a estruturação de propostas de processos transformadores da realidade. A intenção é que os resultados da Escuta orientem políticas públicas, ações da iniciativa privada e da sociedade civil para a superação das enormes desigualdades encontradas no Marajó.

### 2.1. Metodologia

Quatro equipes multidisciplinares de pesquisadores foram montadas para a elaboração de um diagnóstico socioambiental inicial sobre a Região do Marajó. Os grupos foram compostos por pesquisadores da área socioeconômica e de recursos naturais, fotógrafos e jornalistas.

A Escuta buscou identificar e compreender tanto nas sedes dos municípios marajoaras como em algumas das comunidades rurais como ocorrem os processos de desenvolvimento local, a conservação dos recursos naturais, a mobilização da sociedade civil; as potencialidades, atores-

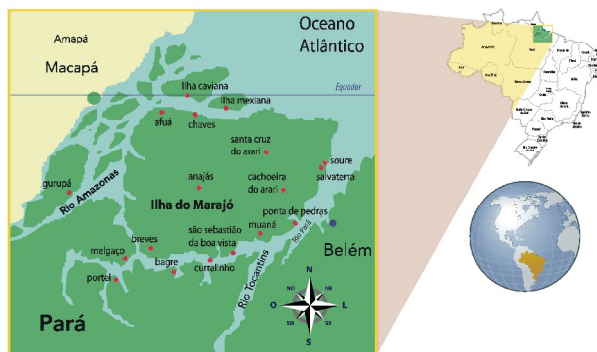


Figura 1 – Mesorregião do Marajó e seus 16 municípios

chave, redes sociais, barreiras e conflitos; bem como, identificar e registrar (em vídeo e fotografia) algumas das práticas tradicionais que compõem o patrimônio cultural do povo marajoara.

A metodologia participativa constitui a base teórico-científica desta pesquisa onde diferentes ferramentas produziram um conjunto de dados que relacionados resultaram no diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural.

As informações foram coletadas em entrevistas a partir de um guia de entrevista, um roteiro com perguntas semi-estruturadas que tratava dos seguintes aspectos: *bens e serviços, cultura, religião, lazer e atividades produtivas*. Na ocasião em que mobilizamos grupos para participar de reuniões aplicamos a *Matriz de Organização Comunitária*, ferramenta que possibilita a identificação das potencialidades e debilidades locais, assim como das oportunidades e ameaças que os cercam. Com o *Diagrama de Venn* (procurar resultados deste diagrama foi possível realizar um levantamento das instituições que atuam junto à comunidade e o grau de relação entre elas. Os *Mapas de recursos naturais* permitiram visualizar espacialmente a localização dos principais meios de sobrevivência (ver resultados dos mapas).

Inicialmente estabelecemos as primeiras vivências com a cultura e costumes locais. Visitamos a praça, a praia, a igreja, os comércios, os centros culturais, grupos de dança. Durante o percurso realizamos o mapeamento de atores e instituições atuantes para previamente agendar as entrevistas.

Adaptamos o questionário à função/ocupação do entrevistado devido à grande quantidade de perguntas relacionadas a cada aspecto abordado, sendo necessário tempo médio de duas horas para completar a entrevista. Coletamos muitas informações em conversas informais e as perguntas do questionário foram feitas segundo o rumo que a conversa seguia naturalmente. As anotações sobre as respostas obtidas e a compreensão sobre as entrevistas foram registradas em caderneta de campo. Ao final de cada dia de trabalho a equipe se reunia para trocar as experiências e as informações eram sistematizadas no computador.



Figura 2 – Membro da equipe de pesquisadores em entrevista com morador de Curralinho

A coleta de dados ocorreu através diversas metodologias. Entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos moradores com apoio de um questionário como guia, a observação direta e participativa nas comunidades, participação da equipe em reuniões comunitárias, e a elaboração de mapas participativos. Boa parte do trabalho transcorreu em clima de informalidade assumindo um caráter de conversas descontraídas, pois priorizamos o *tempo do informante* geralmente distinto do *tempo do entrevistador*, algumas entrevistas foram gravadas, sempre com a prévia autorização dos atores. O método qualitativo foi adotado tendo em vista que, através das entrevistas, que inúmeras vezes assumiram o caráter de um longo bate-papo, foi possível adentrar, ainda que de forma limitada, o universo do entrevistado.

No local, sempre a primeira ação da equipe foi mapear os atores chave e proceder ao agendamento das entrevistas. Como dito anteriormente, o trabalho não se restringiu às sedes dos municípios; muitas vilas, distritos e localidades ribeirinhas foram visitados. A receptividade encontrada nas localidades, notadamente entre as pessoas mais simples, que nos receberam sempre com simpatia e com o imprescindível cafezinho, deixou evidente ser a hospitalidade uma das características marcantes do povo marajoara.



Figura 3 – Pesquisadores na feira de Breves

Em alguns casos, quando o depoimento envolveu questões comprometedoras, optamos pelo bom senso de não citar o nome do entrevistado, como forma de preservar sua identidade.

A pesquisa também mapeou os atores sociais de diferentes instituições: entidades públicas, organizações da sociedade civil, cooperativas e sindicatos e, de forma geral, aqueles que pudessem contribuir para a construção de um primeiro olhar sobre a realidade marajoara em seu contexto social, cultural, econômica e ambiental.

O trabalho de campo (Processo de Escuta) teve duração de aproximadamente 35 dias (de 22 de julho a 25 de agosto de 2010), com cada equipe visitando quatro municípios, alcançando os 16 municípios. Sua distribuição de equipes foi assim definida:



|                 | Semana 1                   | Semana 2 | Semana 3           | Semana 4            |
|-----------------|----------------------------|----------|--------------------|---------------------|
| <b>Equipe 1</b> | Salvaterra                 | Soure    | Cachoeira do Arari | Santa Cruz do Arari |
| <b>Equipe 2</b> | São Sebastião da Boa Vista | Muaná    | Curralinho         | Ponta de Pedras     |
| <b>Equipe 3</b> | Gurupá                     | Anajás   | Afuá               | Chaves              |
| <b>Equipe 4</b> | Breves                     | Bagre    | Portel             | Melgaço             |

No total, foram realizadas 391 entrevistas com a qualidade e o tempo necessário para ouvir o entrevistado. Estas foram organizadas em banco de dados Access, sistematizadas em relatórios para cada município e discutidas pela equipe do Instituto Peabiru.

Também foram importantes para compor este relatório as pesquisas de dados oficiais principalmente oriundas do Censo 2010 do IBGE e de Ministérios e Secretarias estaduais como os da saúde e educação, órgãos ligados à regularização fundiária e meio ambiente e institutos de pesquisas socioeconômicas.

### 3. Contexto Demográfico

O Marajó, meso-região do estado do Pará é composto por 3 microrregiões e 16 municípios, como mostra a tabela a seguir:

| Tabela 1 - População Total por microrregião e por município da Mesorregião do Marajó |                     |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|
| Microrregião                                                                         | Município           | População      |
| Arari                                                                                | Cachoeira do Arari  | 20.443         |
|                                                                                      | Chaves              | 21.005         |
|                                                                                      | Muaná               | 34.204         |
|                                                                                      | Ponta de Pedras     | 25.999         |
|                                                                                      | Salvaterra          | 20.183         |
|                                                                                      | Santa Cruz do Arari | 8.155          |
|                                                                                      | Soure               | 23.001         |
|                                                                                      | <b>Subtotal</b>     | <b>152.990</b> |

| Tabela 1 - População Total por microrregião e por município da Mesorregião do Marajó |                            |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------|
| Microrregião                                                                         | Município                  | População      |
| Furos de Breves                                                                      | Afuá                       | 35.042         |
|                                                                                      | Anajás                     | 24.759         |
|                                                                                      | Breves                     | 92.860         |
|                                                                                      | Curralinho                 | 28.549         |
|                                                                                      | São Sebastião da Boa Vista | 22.904         |
|                                                                                      | <b>Subtotal</b>            | <b>204.114</b> |
| Portel                                                                               | Bagre                      | 23.864         |
|                                                                                      | Gurupá                     | 29.062         |
|                                                                                      | Melgaço                    | 24.808         |
|                                                                                      | Portel                     | 52.172         |
|                                                                                      | <b>Subtotal</b>            | <b>129.906</b> |
| <b>Total</b>                                                                         |                            | <b>487.010</b> |

Fonte: IBGE - Censo 2010



Figura 4 – Diferentes ecossistemas da Mesorregião do Marajó: campos limpos da região de Cachoeira do Arari, área costeira de Soure; floresta de várzea de Breves; cerrado de São Sebastião Boa Vista

As microrregiões juntas abrangem área de 104.140 mil km<sup>2</sup>, o que resulta em área maior que seis estados brasileiros - RJ, ES, PB, AL, SE, RN. Com influência tanto fluvial, quanto marinha, a geografia das ilhas apresenta biomas caracterizados por florestas equatoriais, áreas de transição e campos naturais. Estes ecossistemas foram diferenciados sob condições geológicas específicas e domínio de um regime climático tropical com

forte influência costeira. Esta situação que configura o espaço geográfico marajoara é característica de uma região de singularidade planetária: a bacia amazônica, que corre de oeste para leste, na





latitude equatorial, com sua foz no Oceano Atlântico. Seus dois principais rios, o Amazonas e o Tocantins, juntos, representam  $\frac{1}{4}$  das águas doces de todos os rios da Terra. O Marajó trata-se, ainda, do maior arquipélago flúvio-marinho do globo<sup>1</sup>.

A variedade de *habitats* terrestres que ocorrem atualmente no Marajó, ambientes dominados por florestas e campos e respectivas zonas de transição, fornecem historicamente terrenos para a produção e sustento de comunidades tradicionais e das características e extensas fazendas de pecuária. Na parte terrestre há 11 fitopaisagens (IBGE, 2010), todas elas sem uma política de criação de unidades de conservação de proteção integral. Apesar disso, nos últimos anos houve um avanço significativo em termos de proteção da floresta pelo uso tradicional de famílias agroextrativistas pela formalização de reservas extrativistas e assentamentos agroextrativistas. Na parte marinho-costeira não existem unidades de conservação para proteger espécies ameaçadas como as tartarugas marinhas e as duas espécies de peixe boi (única região do mundo onde estas convivem)<sup>2</sup>.

#### **4. Contexto Social**

##### **4.1. Saúde**

Segundo a maioria dos entrevistados, observação em campo e pesquisas em fontes oficiais, pode-se afirmar a ausência do direito pleno ao serviço público de saúde no Marajó. São diversos os problemas: infraestrutura insuficiente nas áreas urbanas e praticamente inexistente nas áreas rurais; o isolamento das comunidades rurais com falta de transporte para locomoção de doentes para as cidades; a falta de valorização do agente comunitário de saúde; os serviços de má

---

<sup>1</sup> Cardoso, G.F; Souza Jr., C. M; Souza Filho, P. W.M. 2011; Análise de Mistura Espectral de Ambientes Úmidos Costeiros com Imagens Landsat. Anais XV Smpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.6472

<sup>2</sup> Viva Marajó. 2010. Carta de Princípios - 2ª minuta – 20.8.2010. Rede Marajó da Sociedade Civil. [http://www.vivamarajo.org.br/rede/pages/carta\\_principios](http://www.vivamarajo.org.br/rede/pages/carta_principios)



qualidade em relação a medicamentos; a falta de apoio mais substancial às políticas de combate à malária, DST's e outras doenças. A situação se agrava com a baixa qualidade da água consumida e a ausência do serviço de esgotamento sanitário. Há ainda altos índices de gravidez na adolescência.

Apesar da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) não recomendarem nem estabelecerem taxas ideais de número de leitos por habitante a serem seguidas e cumpridas por seus países-membros, nem definirem o número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante, preocupa o contingente de profissionais da medicina e de leitos no Marajó (tabela 2):

| Tabela 2 - Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 habitantes no Marajó |                             |                            |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Município                                                                        | Médicos por 1000 habitantes | Leitos por 1000 habitantes |
| Afuá                                                                             | 0,2                         | 0                          |
| Anajás                                                                           | 0,22                        | 2,95                       |
| Bagre                                                                            | 0,07                        | 0                          |
| Breves                                                                           | 0,2                         | 2,25                       |
| Cachoeira do Arari                                                               | 0,13                        | 0                          |
| Chaves                                                                           | 0,12                        | 0                          |
| Curralinho                                                                       | 0,05                        | 3,75                       |
| Gurupá                                                                           | 0,22                        | 2,6                        |
| Melgaço                                                                          | 0,09                        | 0                          |
| Muaná                                                                            | 0,27                        | 2,36                       |
| Ponta de Pedras                                                                  | 0,21                        | 0                          |
| Portel                                                                           | 0,16                        | 1,58                       |
| Salvaterra                                                                       | 0,07                        | 3,97                       |
| Santa Cruz do Arari                                                              | 0                           | 0                          |



| Tabela 2 - Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 habitantes no Marajó |                            |                           |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Município                                                                        | Médicos por1000 habitantes | Leitos por1000 habitantes |
| São Sebastião da Boa Vista                                                       | 0,17                       | 4,76                      |
| Soure                                                                            | 0,5                        | 0                         |
| <b>Total Território</b>                                                          | <b>0,18</b>                | <b>1,67</b>               |

**Fonte:** DATASUS(2002);

**Nota:** Excluído Para-médicos de nível superior e médio e Odontólogos

Em 2010, na verificação do número de médicos por cada 1000 habitantes durante a Escuta, a média verificada foi de 0,10 entre 06 municípios perguntados sobre o contingente de profissionais atuantes. Ou seja, o aumento da população do Marajó não está sendo acompanhada pela presença de médicos na região.

Segundo dados do Conselho Federal de Medicina ([www.portal.cfm.org.br](http://www.portal.cfm.org.br)), a Região Norte, em 2010, tinha 1,2 médicos por 1000 habitantes e o Estado do Pará apresentava 1 médico por 1000 habitantes, atendendo a recomendação da Organização Mundial da Saúde.

A situação é mais bem percebida ao verificar-se a evolução anual da situação de Unidades de Saúde e Leitos hospitalares do Marajó, comparada com a situação das outras Regiões do Estado do Pará. Apesar do Marajó está mais bem posicionado em relação às outras Regiões do Pará em postos de saúde, isso não representa disponibilidade de leitos para sua população. O Marajó é o último nesse quesito. Na série histórica de 5 anos, o Marajó nunca saiu dessa posição.





| Tabela 3 – Número de centros e postos de saúde por 10.000 mil habitantes e de leitos hospitalares por mil habitantes para o Estado do Pará e Regiões de Integração 2006-2010 |                                                 |             |             |             |             |                                          |             |             |             |             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pará / Regiões de Integração                                                                                                                                                 | Postos e Centros de Saúde por 10.000 habitantes |             |             |             |             | Leitos hospitalares por 1.000 Habitantes |             |             |             |             |
|                                                                                                                                                                              | 2006                                            | 2007        | 2008        | 2009        | 2010        | 2006                                     | 2007        | 2008        | 2009        | 2010        |
| <b>Pará</b>                                                                                                                                                                  | <b>2,06</b>                                     | <b>2,22</b> | <b>2,24</b> | <b>2,25</b> | <b>2,24</b> | <b>2,13</b>                              | <b>2,21</b> | <b>2,21</b> | <b>2,21</b> | <b>2,23</b> |
| Araguaia                                                                                                                                                                     | 3,36                                            | 3,13        | 3,07        | 3,1         | 2,88        | 2,62                                     | 2,6         | 2,62        | 2,61        | 2,65        |
| Baixo Amazonas                                                                                                                                                               | 3,12                                            | 3,26        | 3,25        | 3,32        | 3,24        | 1,57                                     | 1,69        | 1,7         | 1,73        | 1,76        |
| Carajás                                                                                                                                                                      | 2,16                                            | 2,29        | 2,33        | 2,24        | 2,15        | 1,68                                     | 1,86        | 1,81        | 1,67        | 1,81        |
| Guamá                                                                                                                                                                        | 3,35                                            | 4           | 3,93        | 3,95        | 3,84        | 1,89                                     | 1,74        | 1,72        | 1,76        | 1,7         |
| Lago de Tucuruí                                                                                                                                                              | 2,12                                            | 2,51        | 2,45        | 2,57        | 2,4         | 1,7                                      | 1,88        | 1,83        | 2,17        | 2,1         |
| <b>Marajó</b>                                                                                                                                                                | <b>2,7</b>                                      | <b>2,69</b> | <b>2,72</b> | <b>2,89</b> | <b>2,81</b> | <b>0,9</b>                               | <b>0,88</b> | <b>0,85</b> | <b>0,85</b> | <b>0,89</b> |
| Metropolitana                                                                                                                                                                | 0,62                                            | 0,69        | 0,72        | 0,72        | 0,75        | 2,86                                     | 3,05        | 3,09        | 3,09        | 3,27        |
| Rio Caeté                                                                                                                                                                    | 2,73                                            | 3,06        | 3,01        | 3,15        | 3,09        | 2,38                                     | 2,51        | 2,65        | 2,48        | 2,43        |
| Rio Capim                                                                                                                                                                    | 2,03                                            | 2,19        | 2,38        | 2,33        | 2,2         | 2,26                                     | 2,14        | 2,28        | 2,27        | 1,88        |
| Tapajós                                                                                                                                                                      | 1,78                                            | 1,84        | 1,82        | 1,82        | 2,34        | 2,26                                     | 1,94        | 1,94        | 2,09        | 2,78        |
| Tocantins                                                                                                                                                                    | 2,55                                            | 2,62        | 2,54        | 2,51        | 2,42        | 1,51                                     | 1,48        | 1,4         | 1,4         | 1,32        |
| Xingu                                                                                                                                                                        | 2,97                                            | 3,04        | 3,1         | 2,91        | 2,89        | 1,72                                     | 2,22        | 2,12        | 1,95        | 2,08        |

Fonte: Datasus/IBGE

Elaboração: Idesp/Sepof - Mapa da Exclusão Social 2010

É evidente que a quantidade apresentada não garante funcionamento das unidades, tampouco qualidade nos serviços. Vale informar que os rios são as principais vias de acesso aos



serviços públicos, o que em muitos casos significa a impossibilidade de acessar o serviço de saúde, devido à falta de transporte regular, como revela Seu Zequinha, de Muaná, artesão de miriti e talo de buritizeiro, morador da ilha Murumuru. Ele informa que em caso de urgência tem embarcações que cobram taxa de R\$10,00 ou de R\$80,00 pelo frete até a sede municipal: "Mas [ainda] dá um litro de óleo [diesel]".

Em Curralinho, os moradores da cidade convivem com vários problemas. Inclusive o município não vem recebendo os repasses federais por irregularidades nas prestações de contas. Segundo relatos de funcionários da saúde, Curralinho registrou em torno 7.000 casos de malária de janeiro a agosto de 2010, e devido a irregularidades nos relatórios de saúde do ano anterior, a prefeitura não recebeu os repasses para o adequado combate a doença. Na época da pesquisa, em 2010, a equipe testemunhou uma greve dos agentes de saúde. Moradores da cidade contam que além da malária, na cidade existem inúmeros casos de infecção intestinal e ameba; em decorrência da falta de qualidade da água há também casos de doença de chagas. Uma professora da Comunidade Boa Esperança relatou que as mulheres apresentam muitos "problemas no útero", inclusive câncer (de útero e de mama). "Não existe exame preventivo", é preciso fazer em Belém.

Sobre a estrutura do hospital, um técnico de enfermagem que trabalha há 12 anos em Curralinho informou que o hospital possui um leito, uma sala de observação, consultório, sala de parto, de curativo e outra para coletas e exames (principalmente da malária).

Em Chaves, o Sistema de Saúde do município também é deficiente, contendo apenas um posto de saúde na cidade, sem infraestrutura mínima para o trabalho. O município inteiro tem 2 médicos que se revezam a cada quinzena. Há alguns agentes comunitários, 2 enfermeiros e 2 odontólogos. Em toda zona rural são 12 postos de saúde. Doenças como as verminoses e a leishmanioses são freqüentes de acordo com José Pereira, um produtor rural entrevistado.

Em Gurupá, a falta de postos de saúde funcionando somada a falta de médicos contribuem para o estado atual de precariedade do atendimento de saúde municipal. Existem apenas 2 médicos na cidade, um cirurgião e outro médico científico. Segundo o secretário de saúde, a receita disponível no município para o pagamento de salário dos médicos é insuficiente para os valores solicitados pelos profissionais, o que impede a contratação de novos médicos, que "exigem salários exorbitantes para permanecer no interior, passando às vezes de 20.000 reais". Os casos mais comuns

de enfermidades no município são as doenças relacionadas com a qualidade da água (verminoses) e picadas de cobras. As picadas representam 7 em cada 10 pedidos de transporte das comunidades rurais para casos de emergência. As espécies que mais causam acidentes são a combóia, jararaca e surucucu.



Figura 5 – A “ambulancha” é o transporte para urgências adaptadas aos rios do Marajó.

Bagre não apresenta hospital público. A secretaria municipal de saúde trabalha com Atenção Básica a Saúde com baixa complexidade, realizando apenas o pronto atendimento em sua única Unidade Básica de Saúde.

Em Melgaço, Kátia Áurea Penalber Polimanti, secretaria de saúde do município, relatou a situação da saúde municipal. Segundo ela, a péssima qualidade da água ocasiona várias doenças, como as verminoses. A desnutrição e desidratação têm um índice alto na localidade, sendo um trabalho árduo e difícil, pois há uma relação com a insegurança alimentar.

A saúde de Breves apresenta problemas como falta de médicos nos postos das comunidades que se encontram nas proximidades da rodovia PA-159. Nestas localidades, existe um grande surto de malária. Muitas pessoas que foram infectadas várias vezes já adquiriram resistência ao medicamento. Na própria cidade, bairros como Bandeirantes, Cidade Nova, Aeroporto, Riacho Doce apresentam falta de medicamentos. Existe acompanhamento supervisionado por Agentes de Saúde às margens do rio Mapuá para atendimento e controle de medicações, principalmente em relação ao controle da malária.

Em Anajás, localidade onde os índices históricos de malária são os mais alarmantes, o combate dos últimos anos tem permitido a diminuição dos casos, cujos ápices chegaram a 3.600 casos em julho de 2009 e agora estão em no nível de 780 casos registrados no mês de maio. Apesar disso, encaminhamentos básicos como limpeza das ruas e das casas ainda precisa avançar. A água parada e o lixo se acumulam. A própria praça central, local de lazer, uma das únicas áreas verdes do município, foi verificado 4 reservatórios de água parada. Devido à presença de 5 fábricas de palmito

de grande porte na sede, há acúmulo do resíduo sólido resultante do beneficiamento nas ruas e terrenos, o que também proporciona locais favoráveis à reprodução do mosquito.

Em Afuá, na região de Charapucu, na fronteira com Anajás e Chaves, também há problemas de malária. Durante nossa visita à essa região, em poucas horas que lá passamos foi confirmado malária em várias pessoas inclusive em 2 crianças pequenas. A

realidade da malária em Anajás, Curralinho, Breves, Bagre e em algumas comunidades de Afuá é alarmante ainda. Os números do ano de 2010 confirmam:

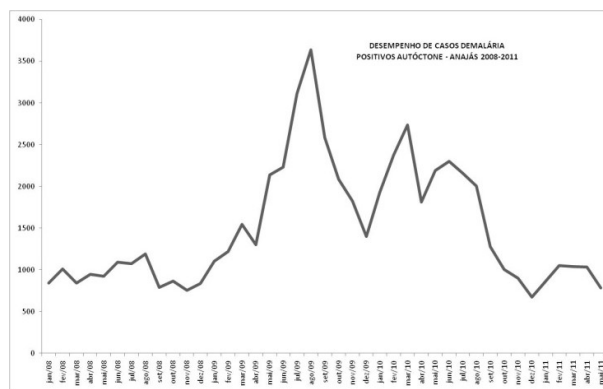


Figura 6 – desempenho dos casos de malária em Anajás de janeiro de 2008 a maio de 2011. Fonte: SIVEP - Malária

| Tabela 4 – número de casos de malária por município do Marajó |                 |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|
| Município                                                     | Total Positivos | População |
| Anajás                                                        | 22.659          | 24.759    |
| Curralinho                                                    | 7.873           | 28.549    |
| Breves                                                        | 6.616           | 92.860    |
| Bagre                                                         | 5.726           | 23.864    |
| São Sebastião da Boa Vista                                    | 1.525           | 22.904    |
| Afuá                                                          | 1.510           | 35.042    |
| Portel                                                        | 1.255           | 52.172    |
| Chaves                                                        | 1.117           | 21.005    |

| Tabela 4 – número de casos de malária por município do Marajó |                 |                |
|---------------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Município                                                     | Total Positivos | População      |
| Ponta de Pedras                                               | 967             | 25.999         |
| Melgaço                                                       | 602             | 24.808         |
| Muaná                                                         | 574             | 34.204         |
| Santa Cruz do Ararí                                           | 545             | 8.155          |
| Gurupá                                                        | 61              | 29.062         |
| Soure                                                         | 5               | 23.001         |
| Cachoeira do Ararí                                            | 14              | 20.443         |
| Salvaterra                                                    | 0               | 20.183         |
| <b>Total</b>                                                  | <b>51.049</b>   | <b>487.010</b> |

Fonte: Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica -SIVEP - Malária. Ministério da Saúde

O combate à malária é o 6º. Objetivo de Desenvolvimento do Milênio - **Combater o HIV/Aids, malária e outras doenças**. Para deter sua propagação e inverter a tendência atual, a ONU recomenda aos responsáveis pelas políticas públicas garantir vias de acesso da população à informação e aos meios de prevenção e de tratamento, sem descuidar da criação de condições ambientais e nutritivas que estanquem os ciclos de reprodução dessas doenças. O quadro de 2010 permite afirmar que o poder público brasileiro, precisa melhorar para cumprir a meta de até 2015 ter

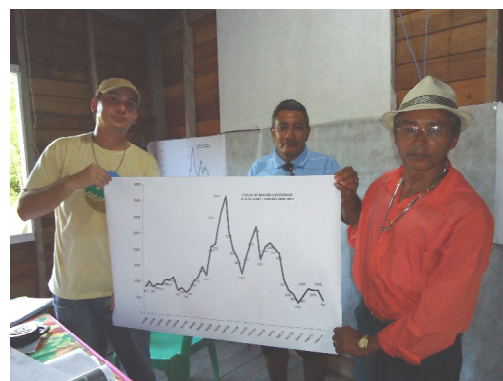


Figura 7 – Entender o comportamento da malária é importante para o combate da doença. Na foto, Manoel Potiguar discutindo com lideranças locais..



detido e começado a reverter a propagação da malária.

Em Melgaço, segundo Kátia Áurea Penalber Polimanti, secretária de saúde local, o número de doenças sexualmente transmissíveis aumentou, além da gravidez na adolescência. Infelizmente, a gravidez precoce não é uma realidade somente de Melgaço. Ainda assim, Melgaço apresenta os menores índices de crianças nascidas de mães com idades menores de 20 anos. Em geral, os municípios apresentam 1/3 das crianças nascidas de mães nessa faixa etária.

| Tabela 5 - Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes no ano 2009 no Marajó |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Município                                                                             | Percentual |
| Afuá                                                                                  | 31,60%     |
| Anajás                                                                                | 29,10%     |
| Bagre                                                                                 | 29,40%     |
| Breves                                                                                | 29,10%     |
| Cachoeira do Arari                                                                    | 39,50%     |
| Chaves                                                                                | 32,50%     |
| Curralinho                                                                            | 37,40%     |
| Gurupá                                                                                | 29,00%     |
| Melgaço                                                                               | 26,90%     |
| Muaná                                                                                 | 31,00%     |
| Ponta de Pedras                                                                       | 30,50%     |
| Portel                                                                                | 28,70%     |
| Salvaterra                                                                            | 34,20%     |



| Tabela 5 - Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes no ano 2009 no Marajó |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Município                                                                             | Percentual |
| Santa Cruz do Arari                                                                   | 35,00%     |
| São Sebastião da Boa Vista                                                            | 37,20%     |
| Soure                                                                                 | 34,40%     |

Fonte: Ministério da Saúde – SINASC

Uma das ocorrências mais preocupantes relacionadas à sexualidade da adolescência é sem dúvida a gravidez precoce. As meninas passam a enfrentar problemas e a assumir responsabilidades para as quais não estão preparadas. As consequências para os jovens envolvidos, seus filhos e suas famílias são graves. A sociedade como um todo também é atingida, uma vez que a primeira consequência, é o abandono aos estudos. É importante lembrar que o 5º. Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é **Melhorar a Saúde das Gestantes**, a situação de abandono da saúde pública no Marajó somada ao percentual de adolescentes grávidas permite sérias preocupações sobre a qualidade do pré-natal dessas jovens.

#### Monitoramento do PDTS do Marajó

No *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó*, no capítulo 5 - *Estratégias de Implementação do Plano*, subitem 5.4 – *inclusão social e cidadania*, reconhecendo as características climáticas do Arquipélago, que, associadas à pobreza, geram condições sanitárias absolutamente adversas, elenca a necessidade de implementação de estratégias na área da saúde:

1. Forte ação articulada entre os três níveis de governo, priorizando investimentos em saneamento básico e saúde preventiva. Dessa forma, a estratégia setorial deve ter como base a valorização do planejamento territorial como instrumento logístico para a efetivação das ações de saúde do Plano.

**Comentário:** A falta de saneamento básico na quase totalidade dos municípios não alterou de 2006 para a época da pesquisa. A valorização do planejamento territorial para a





efetivação de políticas de saúde preventiva não ocorre, segundo uma integrante do Território da Cidadania do Marajó que cita como exemplo a vacinação infantil que não consegue cumprir as metas. O Ministério da Saúde não tem ajustado os repasses e estratégias de acordo com a realidade territorial do Marajó, com comunidades que são distantes e espalhadas no planejamento da vacinação. A tabela a seguir, apresenta os números dos anos de 2000 e 2010 de crianças vacinadas. Verifica-se que o percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia melhorou significativamente, principalmente em Melgaço e Portel:

| Tabela 6 - Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia |             |           |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------|
| Município                                                               | 2000        | 2010      |
| <b>Pará</b>                                                             | <b>73,4</b> | <b>91</b> |
| Afuá                                                                    | 59,9        | 68,5      |
| Anajás                                                                  | 86,3        | 85,8      |
| Bagre                                                                   | 69,2        | 69,8      |
| Breves                                                                  | 49,4        | 68,5      |
| Cachoeira do Arari                                                      | 78,8        | 84,4      |
| Chaves                                                                  | —           | 60,2      |
| Curralinho                                                              | 42,9        | 81,8      |
| Gurupá                                                                  | 49,3        | 73,4      |
| Melgaço                                                                 | 54,2        | 100       |
| Muaná                                                                   | 60,8        | 83,5      |
| Ponta de Pedras                                                         | 81,7        | 95,8      |
| Portel                                                                  | 44,8        | 93,2      |



| Tabela 6 - Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia |      |      |
|-------------------------------------------------------------------------|------|------|
| Município                                                               | 2000 | 2010 |
| Salvaterra                                                              | 69,2 | 95,7 |
| Santa Cruz do Arari                                                     | 68,7 | 75,8 |
| São Sebastião da Boa Vista                                              | 53   | 88,2 |
| Soure                                                                   | 90,5 | 94,3 |

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS

No entanto tal melhora não garantiu a plena imunização contra doenças infecto-contagiosas, uma das ações mais importantes para a redução da mortalidade infantil, o 4º. Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. O Marajó apresentou os piores números mortalidade infantil no Pará no ano 2009:

| Tabela 7– Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e Regiões de Integração 2006/2009 |                              |              |              |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Pará / Regiões de Integração                                                                   | Taxa de Mortalidade Infantil |              |              |              |
|                                                                                                | 2006                         | 2007         | 2008         | 2009         |
| <b>Pará</b>                                                                                    | <b>20,03</b>                 | <b>18,75</b> | <b>18,18</b> | <b>18,66</b> |
| Araguaia                                                                                       | 22,71                        | 21,43        | 18,61        | 22,39        |
| Baixo Amazonas                                                                                 | 16,79                        | 20,51        | 20,83        | 20,7         |
| Carajás                                                                                        | 22,56                        | 22,17        | 19,28        | 19,61        |
| Guamá                                                                                          | 19,76                        | 15,11        | 15,93        | 15,74        |
| Lago de Tucuruí                                                                                | 24,28                        | 24,62        | 19,71        | 19,89        |



| Tabela 7– Taxa de Mortalidade Infantil para o Estado do Pará e Regiões de Integração 2006/2009 |                              |       |       |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------|-------|-------|
| Pará / Regiões de Integração                                                                   | Taxa de Mortalidade Infantil |       |       |       |
|                                                                                                | 2006                         | 2007  | 2008  | 2009  |
| Marajó                                                                                         | 22,34                        | 20,61 | 19,36 | 22,41 |
| Metropolitana                                                                                  | 17,91                        | 17,2  | 16,08 | 16,49 |
| Rio Caeté                                                                                      | 20,97                        | 16,36 | 17,96 | 17,99 |
| Rio Capim                                                                                      | 22,69                        | 17,58 | 18,83 | 18,96 |
| Tapajós                                                                                        | 16,69                        | 20,36 | 24,51 | 20,98 |
| Tocantins                                                                                      | 18,06                        | 18,49 | 18,77 | 17,02 |
| Xingu                                                                                          | 24,32                        | 15,04 | 14,99 | 20,78 |

Fonte: Datasus; Elaboração: Idesp/ Sepof - Mapa da Exclusão Social 2010

- Articular as ações do Ministério da Saúde com as de outros órgãos federais, como o Ministério da Defesa (MD), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), assim como estaduais (Secretaria Estadual de Saúde – SESP) para ações emergenciais de vigilância em saúde.

**Comentário:** Percebe-se uma articulação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Pará quanto ao monitoramento da Malária no Marajó. Com a diminuição de casos no exemplo de Anajás, fica claro que os métodos adotados e a política contínua precisam ser consolidados e replicados.

- Ações de vigilância em saúde na Atenção Básica e fortalecer a Rede de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Fortalecimento do Programa de Saúde da Família.

**Comentário:** Na pesquisa de campo e nas entrevistas, percebemos que os Agentes Comunitários de Saúde são em muitas comunidades a única forma de presença do Estado. Os



números da tabela abaixo mostram que o Marajó, após uma queda significativa entre os anos de 2006 e 2007, nos últimos 4 anos, vem apresentando significativo crescimento no número de seus ACS. Entre as regiões paraenses, o Marajó é umas das regiões que tem melhores números nesse quesito.

| Tabela 8– Agentes comunitários de saúde por 1.000 habitantes para o Estado do Pará e Regiões de Integração, 2006-2010 |                                         |             |             |             |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pará / Regiões de Integração                                                                                          | Agentes comunitários por mil habitantes |             |             |             |             |
|                                                                                                                       | 2006                                    | 2007        | 2008        | 2009        | 2010        |
| <b>Pará</b>                                                                                                           | <b>1,71</b>                             | <b>1,59</b> | <b>1,81</b> | <b>1,83</b> | <b>1,99</b> |
| Araguaia                                                                                                              | 2,37                                    | 2,12        | 2,16        | 2,26        | 2,46        |
| Baixo Amazonas                                                                                                        | 1,9                                     | 1,82        | 2           | 1,96        | 2,11        |
| Carajás                                                                                                               | 1,54                                    | 1,37        | 1,7         | 1,81        | 1,83        |
| Guamá                                                                                                                 | 2,27                                    | 2,2         | 2,45        | 2,45        | 2,63        |
| Lago de Tucuruí                                                                                                       | 1,78                                    | 1,9         | 2,31        | 2,24        | 2,36        |
| <b>Marajó</b>                                                                                                         | <b>2,21</b>                             | <b>1,81</b> | <b>2,18</b> | <b>2,3</b>  | <b>2,25</b> |
| Metropolitana                                                                                                         | 0,86                                    | 0,74        | 0,9         | 0,9         | 1,1         |
| Rio Caeté                                                                                                             | 2,34                                    | 1,91        | 2,63        | 2,73        | 2,69        |
| Rio Capim                                                                                                             | 1,9                                     | 1,88        | 2,21        | 2,29        | 2,39        |
| Tapajós                                                                                                               | 2,17                                    | 2,09        | 1,89        | 1,84        | 2,53        |
| Tocantins                                                                                                             | 2,06                                    | 1,99        | 2,08        | 2,16        | 2,16        |
| Xingu                                                                                                                 | 2,33                                    | 2,39        | 2,34        | 2,03        | 2,24        |

Fonte: Datasus/IBGE

Elaboração: Idesp/Sepof - Mapa da Exclusão Social 2010



No entanto, na em campo, percebemos que os ACS do Marajó são em número insuficiente para atender a dimensão territorial do Marajó e suprir a ausência de médicos, leitos e transporte. Há ainda a má gestão dos recursos municipais de saúde, evidenciado no exemplo da greve dos agentes de Currealinho. O fortalecimento da Rede de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e maior fiscalização de órgãos competentes como Ministério Público e Tribunal de Contas podem ajudar a transformar a saúde no Marajó.

4. Envolvimento da sociedade local, devendo-se adotar avaliações periódicas do Plano nos municípios com representantes dos níveis estadual e federal; fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde e envolver atores sociais, como voluntariado local, conselhos municipais, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, educadores e ONGs ligadas à saúde para atuarem na prevenção.

#### **4.2. Educação**

Pode-se afirmar que a escola pública no Marajó tem um grande desafio para a preparação do aluno no exercício pleno da cidadania, que passa por suas próprias condições de atuação. O ensino na região, ainda não inseriu em seu conteúdo os meios de vida dos marajoaras, principalmente dos alunos das comunidades rurais. Ainda assim, existem vários casos de professores no interior que trabalham como verdadeiros empreendedores sociais junto às suas comunidades para alterar a situação excludente em que vivem. No Marajó, a introdução das ofertas do mundo globalizado é restrito, onde não há suficiência de conteúdos atualizados que permitam o acesso às mais recentes tecnologias. No entanto, essas escolas são os últimos espaços de ligação entre Poder Público e comunidade para a busca da plena cidadania.

Uma realidade no Marajó é número de alunos que por sua idade não deveriam estar cursando a série que cursam. No ensino fundamental, podemos citar os exemplos de Gurupá, Portel e Melgaço com aproximadamente 60% dos alunos com defasagem na relação idade-série recomendada. No ensino médio, a situação piora, com Chaves e Melgaço beirando os 80% de defasagem, como mostra a tabela a seguir.



| Tabela 9 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2008 |                    |              |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|
| Município                                                             | Ensino Fundamental | Ensino Médio |
| Afuá                                                                  | 40,70%             | 47,50%       |
| Anajás                                                                | 55%                | 68,80%       |
| Bagre                                                                 | 55,50%             | 64%          |
| Breves                                                                | 53,30%             | 52,50%       |
| Cachoeira do Ararí                                                    | 37,60%             | 53,90%       |
| Chaves                                                                | 40,10%             | 76,30%       |
| Curralinho                                                            | 34,90%             | 37,30%       |
| Gurupá                                                                | 58,70%             | 62,70%       |
| Melgaço                                                               | 65,10%             | 79,80%       |
| Muaná                                                                 | 33,00%             | 28,60%       |
| Ponta de Pedras                                                       | 36,40%             | 39,50%       |
| Portel                                                                | 58,10%             | 63,40%       |
| Salvaterra                                                            | 40,60%             | 47,40%       |
| Santa Cruz do Ararí                                                   | 32,70%             | 32,00%       |
| São Sebastião da Boa Vista                                            | 49,80%             | 56,00%       |
| Soure                                                                 | 31,80%             | 38,40%       |

Fonte: Ministério da Educação – INEP



A educação básica de qualidade para todos é o 2º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. O Brasil está distante de alcançar esse objetivo no Marajó. As notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mensuram o tamanho da desigualdade no acesso à educação de qualidade no Marajó. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10. A meta nacional para as escolas públicas para 2009 nas séries iniciais era a nota 4. Nenhum município do Marajó conseguiu alcançar a meta, no entanto, a não ser Chaves, todos os outros melhoraram suas notas. Nas séries finais, a meta nacional para as escolas públicas era a nota 3,7. Apenas Melgaço e Portel alcançaram a meta. A boa notícia é que a maioria dos municípios conseguiu melhorar suas notas. Bagre, Santa Cruz do Arari e Portel melhoraram significativamente. No entanto, nas escolas particulares do Brasil, as notas médias foram 6,4 (séries iniciais) e 5,9 (séries finais). A tabela 8 apresenta as notas do IDEB dos municípios do Marajó:

| Tabela 10 - Nota municipal no IDEB nas séries iniciais e finais nos anos de 2007 e 2009 |               |      |               |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------|---------------|------|
| Município                                                                               | Nota 4ª Série |      | Nota 8ª Série |      |
|                                                                                         | 2007          | 2009 | 2007          | 2009 |
| Afuá                                                                                    | 2,9           | 3    | 3,1           | 3,2  |
| Anajás                                                                                  | 1,9           | 2,6  | 3,6           | 3,4  |
| Bagre                                                                                   | 2,1           | 2,5  | 2,5           | 3,3  |
| Breves                                                                                  | 2,5           | 2,7  | 3,6           | 3,6  |
| Cachoeira do Arari                                                                      | 2,3           | 3,1  | 3             | 3,2  |
| Chaves                                                                                  | 2             | 1,4  | 3             | 3,3  |
| Curralinho                                                                              | 2,4           | 2,5  | 2,7           | 3    |





| Tabela 10 - Nota municipal no IDEB nas séries iniciais e finais nos anos de 2007 e 2009 |               |      |               |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------|---------------|------|
| Município                                                                               | Nota 4ª Série |      | Nota 8ª Série |      |
|                                                                                         | 2007          | 2009 | 2007          | 2009 |
| Gurupá                                                                                  | 2,1           | 3    | 3,1           | 3,5  |
| Melgaço                                                                                 | 2,2           | 3,7  | 3,4           | 3,7  |
| Muaná                                                                                   | 2,8           | 3,7  | 3,4           | 3,5  |
| Ponta de Pedras                                                                         | 2,4           | 3,4  | 2,9           | 3,2  |
| Portel                                                                                  | 2             | 2,7  | 2,5           | 3,7  |
| Salvaterra                                                                              | 2,9           | 3,4  | 3             | 3,2  |
| Santa Cruz do Arari                                                                     | 2,2           | 2,6  | 2,2           | 3    |
| São Sebastião da Boa Vista                                                              | 2,4           | 3,2  | 3,3           | 3,2  |
| Soure                                                                                   | 2,6           | 3,4  | 2,9           | 2,9  |

Fonte: Ministério da Educação – INEP

Em campo, nas entrevistas e observações, pudemos perceber que a ausência de um sistema educacional de qualidade na Região tem gerado um círculo vicioso de analfabetismo absoluto e funcional<sup>3</sup>, o que consequentemente influencia na formação de tomadores de decisões nascidos no Marajó.

<sup>3</sup> Segundo a UNESCO, o analfabeto funcional é a pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como ler e escrever frases simples, além de efetuar cálculos básicos. No entanto, essa pessoa é impossibilitada de se desenvolver pessoal e profissionalmente, por ser incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas.



Em Anajás, a educação carrega um elevado índice de analfabetismo, que segundo a secretária de educação Roselina Pinheiro chega a ser de 49% da população. Segundo a secretária esse índice é elevado por dois motivos principais: (1) devido às dificuldades logísticas enfrentadas no município e (2) as famílias de Anajás “se constituem muito cedo, o que impede os jovens de continuarem os estudos.” Reconhece que na zona rural a educação está muito aquém do ideal. Moradores da área urbana ouvidos também criticam o sistema de educação, reclamando principalmente da falta de professores no ensino médio.

Em Chaves, o índice de analfabetismo adulto também preocupa. Evandro Castro, presidente da Associação dos Pequenos Produtores e Criadores de Chaves, estima que chegue a 40% esse percentual.

Em Ponta de Pedras, o Sr. Wagner de Castro, conhecido como Dedé, 27 anos, assevera que na Ilha Soberano, Rio Arari, “quase todos são analfabetos”. Percebemos realidades similares em diversas outras localidades.

Em Breves, o Sr. Benedito Viana (secretário de Educação) relatou sobre a atual situação da educação no município. Segundo ele, cerca de 8 a 10 mil pessoas estão fora da escola, por dificuldade de acesso. Em muitos locais não há transporte hidroviário para os alunos, pois, segundo ele, o governo federal não direciona recursos financeiros para este tipo de transporte (barco). Com o aumento de uma série (9º ano) para o ensino fundamental, muitas escolas passaram a ter dificuldades de atender a demanda de estudantes, por não apresentar espaço físico.

Outro problema é o abandono da escola inicialmente pelos meninos (para se dedicar exclusivamente ao trabalho familiar) e, posteriormente, das meninas (para o trabalho familiar e/ou gravidez precoce). Percebemos uma relação, que precisa ser mais bem avaliada, entre o tempo de permanência na escola pelos meninos com o tipo principal de trabalho realizado pelas famílias e/ou comunidade. Nas comunidades onde o trabalho predominante é o roçado, que demanda maior tempo e mais pessoas para o trabalho, os meninos abandonam mais que nas comunidades ribeirinhas extrativistas, que os jovens ajudavam no período da safra, porém não desistem imediatamente da escola.

Em Afuá, há micro escolas nas comunidades que às vezes ficam vazias devido à falta de alunos que migram entre as comunidades rurais durante a safra do açaí.



Em São Sebastião da Boa Vista, as meninas permanecem por maior número de anos na escola, pois os meninos muito cedo são requisitados para o trabalho.

Em Salvaterra, o número de meninas que concluem os estudos é maior do que de meninos. No entanto, segundo a secretaria de educação, a gravidez precoce representa parcela significativa da evasão escolar das meninas.

Em Chaves, a secretaria de educação reconhece o alto índice de evasão escolar no município, motivados pelo trabalho, principalmente, “na pesca e na apanha de açaí, pois as famílias se mudam no decorrer da safra, isso quando os pais não tiram as crianças da escola para trabalhar”, explicou a secretaria.

Em Gurupá, a sede municipal é contemplada com escolas de ensino infantil, fundamental, médio e superior. O ensino superior tem estrutura modular com cursos de licenciatura ministrados nas férias. Na zona rural, o acesso à educação não é garantido em todas as comunidades. São poucas as comunidades com ensino médio ou até mesmo fundamental, como o caso de Gurupá-miri. No geral, o tempo de permanência na escola é igual para meninos e meninas, com exceção da comunidade Gurupá-Miri, onde os meninos saem mais cedo para se dedicar exclusivamente ao trabalho familiar. Há um regime municipal nas escolas no interior de estudo de segunda a quarta durante todo o dia e permanência dos alunos em suas casas de quinta a domingo. Esse pacto tem diminuído bastante a evasão escolar por conciliar formação e trabalho rural familiar.

Em Muaná, há indícios de que as meninas permanecem por maior número de anos na escola que os meninos, os quais deixam de ir à escola a partir dos 10 anos de idade, um período que passam a ser constantemente requisitados para o trabalho familiar.

Em Curralinho, segundo uma professora da comunidade Boa Esperança, muitos meninos (a partir dos 14 anos) deixam de estudar no período da safra do açaí, pois precisam ajudar a família. No caso das meninas, aumentou o número de adolescentes grávidas, que acabam deixando os estudos, apesar de que estas ainda permanecem mais tempo na escola que os meninos. Na safra do açaí, muitos alunos abandonam as aulas, retornando no período da entressafra. Esse processo altera o calendário normal de aulas, já que, para repor o conteúdo, tornam os sábados dias letivos. Muitos alunos não voltam às atividades escolares. A professora acredita que o calendário escolar deveria mudar, para se adaptar às necessidades dos alunos.



Em Breves, ouvimos reclamações sobre a merenda escolar não ser adaptada a dieta local, já que é a mesma destinada à zona urbana. Apesar de existir um programa do governo federal que incentiva a compra de parte da merenda escolar de produtos oriundos da agricultura familiar, as comunidades rurais de Breves e da maioria do Marajó não usufruem por falta de organização técnica e jurídica. Para enfrentamento deste problema, a prefeitura municipal de Breves tomou a decisão em 2011 de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inserindo os trabalhadores rurais no fornecimento de produtos agroextrativistas às escolas da região, sendo o pioneiro no Marajó na adoção desta política<sup>4</sup>, inclusive com premiação da secretaria municipal de educação pelo Governo Federal<sup>5</sup>.

A adaptação da escola à realidade local é uma reivindicação freqüente. Não adaptar somente a agenda do ano letivo e/ou a merenda escolar, mas principalmente os conteúdos. Diversos entrevistados reclamam da falta de contextualização no processo de ensino-aprendizagem.

Em Gurupá, há um movimento de jovens da pastoral que reivindica que o ensino médio na zona rural tem de ser voltado para a realidade rural. Essa reivindicação quer aproveitar a experiência positiva da Casa Familiar Rural (CFR) que oferece cursos técnicos, em Agroecologia, por exemplo.

Em Cachoeira do Ararí, a *Associação Casa da Família Rural* oferece escola de 5ª a 8ª série na área rural para 20 alunos das comunidades Chipaiá, Anaraí, Furo Grande de Sá e Anuerá. A metodologia empregada é a *Pedagogia da Alternância* fundamentada no ensino através da prática e da experiência. Técnicos agrícolas trabalham com os alunos alternando as atividades: uma semana em sala de aula, reforçando o conhecimento teórico, em sistema integral; e duas semanas nas propriedades dos alunos, aplicando o conhecimento na prática, acompanhando a produção agrícola da família do aluno.

---

<sup>4</sup> <http://www.marajoonline.com.br/2011/10/resex-mapua-fornece-alimentos-para.html>

<sup>5</sup> O Secretário de Educação de Breves, Prof. Benedito Viana, recebeu convite para receber a premiação Gestor Nota 10 – Educando 2011 Jornada Nacional de Educação. O Prêmio é um reconhecimento aos Secretários que se destacaram no esforço concentrado por uma Educação de qualidade. A entrega da premiação ocorreu no período de 02 a 05 de outubro de 2011, em Florianópolis, Santa Catarina.



Em Curralinho, a educação é considerada deficiente por vários moradores. Mas em vila Santa Izabel, membros da própria comunidade promoveram um mutirão e iniciaram a construção da escola que posteriormente foi concluída pela prefeitura, o que mostra um capital social de grande valor.

Em Melgaço, o município apresenta 94 escolas – do ensino Infantil ao ensino Médio. São aproximadamente 10 mil alunos na cidade e no campo. Apresenta uma Divisão de Ensino Rural funcionando com auxílio de professores de Belém. A atenção à educação é evidente enquanto política pública atual. A educação básica tem melhorado sensivelmente segundo diversos relatos e segundo o IDEB. Melgaço é o município marajoara melhor posicionado no IDEB. Divide a liderança nas notas da série inicial com Muaná e divide a primeira posição com Portel quando se trata das séries finais, como mostra a tabela a seguir:

| Tabela 11 - Posição de cada município entre 5.564 municípios brasileiros |              |          |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------|----------|
| Município                                                                | 4ª série     | 8ª série |
| Afuá                                                                     | 5.067        | 4.099    |
| Anajás                                                                   | 5.338        | 3.643    |
| Bagre                                                                    | 5.366        | 3.880    |
| Breves                                                                   | 5.307        | 3.135    |
| Cachoeira do Arari                                                       | 4.935        | 4.099    |
| Chaves                                                                   | 5.403        | 3.880    |
| Curralinho                                                               | 5.366        | 4.501    |
| Gurupá                                                                   | 5.067        | 3.375    |
| <b>Melgaço</b>                                                           | <b>3.897</b> | 2.866    |
| <b>Muaná</b>                                                             | <b>3.897</b> | 3.375    |

| Tabela 11 - Posição de cada município entre 5.564 municípios brasileiros |          |              |
|--------------------------------------------------------------------------|----------|--------------|
| Município                                                                | 4ª série | 8ª série     |
| Ponta de Pedras                                                          | 4.428    | 4.099        |
| <b>Portel</b>                                                            | 5.307    | <b>2.866</b> |
| Salvaterra                                                               | 4.428    | 4.099        |
| Santa Cruz do Arari                                                      | 5.338    | 4.501        |
| São Sebastião da Boa Vista                                               | 4.778    | 4.099        |
| Soure                                                                    | 4.428    | 4.684        |

Fonte: Ministério da Educação – INEP, 2009

Segundo o secretário de educação Onilson Nascimento a melhora é consequência do plano de ação que foi elaborado e está sendo executado. Periodicamente são realizados os seminários de planejamento da educação de Melgaço com participação de parcela significativa da sociedade civil. Em 2010 o V SOP - Seminário de Oficinas Pedagógicas - teve como tema: *A Formação docente como caminho democrático para aquisição de conhecimentos e resignificação da prática pedagógica*. Foi realizado no Espaço de Eventos Culturais Canto Amazônico. “Realizamos esse seminário para aprender com os nossos defeitos e qualidades e procurar respostas para as nossas maiores questões”, afirma o secretário.



Figura 8 – Cartaz da oficina de fortalecimento da educação em Melgaço.



Contudo, os bons exemplos são insuficientes para reverter o atraso e situação de abandono da educação no Marajó. Se nas sedes dos municípios é situação está longe do ideal, nas comunidades rurais, o problema se agrava, principalmente nos quesitos transporte, qualificação dos professores e merenda escolar. As boas metodologias precisam ser multiplicadas.

Anajás possui 121 escolas de ensino fundamental (3 no meio urbano e 119 no rural). Existem ainda 4 escolas de ensino médio (1 no meio urbano e 3 no meio rural). Na sede do município, o número de professores com o grau superior tem crescido, entretanto os professores da zona rural possuem apenas a formação média. O nível superior é na maioria dos casos adquirido em faculdades particulares que funcionam em sistema intervalar em Anajás ou mesmo no município de Breves.

Em Afuá, a estrutura educacional dispõe de 205 escolas municipais de ensino fundamental que funcionam no sistema regular; e 8 escolas estaduais de ensino médio que funcionam no sistema modular. A cidade tem uma Biblioteca Municipal e uma creche. A zona rural não tem creches. Nos anos 2000, Afuá possuía uma Escola Família Agrícola que atuava na mesma filosofia da pedagogia da alternância, formando alunos que passaram a melhorar as condições de vida de suas famílias. Infelizmente, o poder público local nos últimos anos preferiu mudar sua linha de trabalho, ajustando-a para escolas convencionais.

De acordo com dados colhidos na Secretaria Municipal de Educação de Afuá, o município possui ensino Fundamental, Médio e Superior. Os professores do ensino Médio são todos de fora. Existem 2 casas de alojamento para os professores. Os professores do ensino fundamental são todos de Afuá. Não existem cursos profissionalizantes no município. O transporte escolar é feito por 287 catraieiros em todo o município.

O acesso ao nível superior é incipiente. A UNAMA formou uma turma de história e uma de matemática. A UVA (Universidade Vale do Acajá) está mais presente, com turmas de pedagogia não somente em Afuá, mas em diversos municípios marajoaras

Em Chaves, a educação é organizada em pólos educacionais que somam aproximadamente 7 mil alunos matriculados em 2010, segundo a secretária de educação e cultura Eneida Figueiredo. Os pólos são Oururu, Sede e entorno, Mocoões, Caviana, Ipixuna, Pracatuba, Arapixi, Arauá, Ganhoão, Nascimento e Cavianinha. Os pólos Arapixi, Arauá e Nascimento são os melhores e o Caviana o mais carente de atenção do poder público.





No total são 102 escolas em Chaves, no entanto 85 estão ativas. Na sede existe uma escola fundamental. Faltam dados a respeito do ensino médio. O curso superior disponível é de Pedagogia, oferecido pela FATEP (Faculdade Teológica do Paraná), com cursos modulares. Uma ação interessante são as jornadas pedagógicas com objetivo de qualificação dos professores.

O transporte escolar não consegue atender a todos os alunos, devido à grande extensão do município. A prefeitura mantém o catraio escolar que atende algumas localidades, como em Cururu e nas Ilhas (Mexiana e Caviana).

Em Melgaço, segundo o secretário de educação Onilson Nascimento, a merenda escolar ainda recebe pouco recurso, média de vinte centavos por aluno, mas o serviço existe. O transporte dos jovens que residem em lugares distantes é feito por 134 barcos alugados, o tempo para chegar às escolas é de, em média, 2 horas e 30 minutos. Os alunos permanecem na escola por quatro horas.

Em Portel, a secretária municipal de educação, Rosângela Fialho, relatou sobre o grande investimento da Prefeitura na educação, como as ações: Saberes da Terra (Governo Federal), o aluguel de 210 barcos alugados para transportar alunos e a compra de ônibus escolar.

Em Bagre, o acesso à educação é bastante limitado. Há poucas escolas no município e o ensino geralmente vai até a 4ª série. De acordo com o Secretário de Educação, Antônio Eudasianor Alves, cerca de 60% dos professores locais não têm formação superior. Ele acredita que esse quadro seria mudado até o fim de 2010. Além disso, ele relatou sobre a necessidade de melhoria e o aumento do número de barcos para o transporte escolar dos alunos das comunidades ribeirinhas. A falta de transporte prejudica o acesso dos estudantes à escola. “Estamos muito preocupados e interessados em transformar e melhorar o quadro da educação daqui de Bagre”.

Em São Sebastião da Boa Vista, o ensino está estruturado com escolas municipais de ensino fundamental e médio e a Universidade Estadual do Pará – UEPA funciona com o curso de pedagogia. Existem também faculdades particulares. A cidade possui biblioteca pública freqüentada predominantemente por alunos da rede de ensino.

Em Currálinho, um antigo morador da Vila Calheiras, no rio Canaticu atribui a situação da educação na área rural ao isolamento de muitas comunidades, em que muitos alunos passam até 4h por dia no transporte escolar (ida e volta).





Ainda em Currálinho, o transporte escolar de uma comunidade a outra é realizado por embarcações contratadas pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura). Os barqueiros são moradores do próprio município. Sobre esta atividade ouvimos de um jovem barqueiro que o combustível é fornecido a cada 10 dias. O jovem Toya trabalha no turno da tarde e da noite (das 14h às 23h), pois estuda pela manhã. Encontra dificuldades no transporte quando a embarcação encalha, ou quando quebra o motor (neste caso, os alunos não podem ir à escola). Na primeira situação, o barqueiro precisa levar os alunos (a partir de 5 anos) no casco até a lancha, no meio do rio. Além disso, conta, “o colégio que a gente trabalha não tem trapiche”. Recebe R\$750,00/mês (a metade do que recebia no governo anterior) em cheque do Banco do Brasil. Entretanto, como não há agência deste banco no município, troca o cheque no comércio local, que tira de 6 a 10% sobre o valor do cheque – “o jeito é aceitar; eu não vou a Breves destruir”. Em Currálinho não existe agência bancária.

Em Ponta de Pedras, para suprir as necessidades logísticas para o transporte escolar, o município dispõe de dois ônibus escolares, um microônibus e barcos, mas os barqueiros não recebem regularmente pelo serviço, como confirma Cíntia de Castro Tavares, de 22 anos.

Em Salvaterra, segundo a secretaria de educação, existem 54 escolas e em torno de 60% dos professores são graduados. Na sede também se concentram as escolas primárias e secundárias (públicas, particulares e confessionais-católicas) e, de maneira geral, o ensino é considerado melhor do que na área rural. Nas comunidades há somente escolas de ensino fundamental, consideradas fracas e com a infraestrutura ruim. É uma prática comum aos alunos de 1ª série estudarem junto com alunos da 4ª série. O grande número de alunos dificulta o trabalho dos professores e as atividades acabam não sendo direcionadas especificamente para cada série. Só há ensino médio na sede de Salvaterra. A prefeitura disponibiliza ônibus para os alunos se deslocarem das áreas rurais para a escola, transporte considerado precário, pois por falta de manutenção os ônibus quebram e os alunos ficam sem ter meios para chegar à escola. Seu Bode, pescador da comunidade de Jubim, declara que gostaria de ter a oportunidade de estudar, mas como não tem emprego fixo não pode concluir os estudos.

Há um *campus* universitário da Universidade do Estado do Pará - UEPA em Salvaterra que oferece graduação em Biologia, Matemática e Letras, onde funcionam, também, cursos de



capacitação profissional pela Escola Técnica do Estado do Pará – ETEPA de Turismo e Técnicas Agrícolas. Apesar da existência dos cursos técnicos profissionalizantes oferecidos não há oportunidade de empregos para que os recém formados atuem. Sobre esta questão um morador da comunidade Passagem Grande indaga “Tem curso, mas cadê o emprego?”.

Em Soure, a situação é similar a de Salvaterra. Encontram-se creches particulares e uma pública mantida pela Prefeitura, escolas primárias e secundárias (públicas, particulares e confessionais-católicas). Moradores das áreas rurais revelam que a educação não tem qualidade e para completar o ensino médio os alunos têm que se deslocar para a sede de Soure em ônibus disponibilizado pela prefeitura.

Seu Carlos dos Santos Alves, feirante, se preocupa com o futuro de seus filhos e acredita que Soure não oferece oportunidades de emprego para eles, mas acha que em Belém (capital do Pará) as dificuldades são maiores.

Em Soure e Salvaterra, as famílias que possuem maior poder aquisitivo encaminham seus filhos para estudar em Belém. O maior problema é que quando se formam raramente voltam às cidades de origem que perdem esse capital intelectual.

Cachoeira do Ararí possui total de 62 escolas de ensino fundamental, sendo 4 estaduais e 52 municipais. Na sede encontram-se escolas secundárias públicas, não há um *campus* universitário e nem escolas que ofereçam cursos profissionalizantes. Essa qualificação somente é oferecida em Salvaterra. Para completar o ensino médio, os alunos têm que se deslocar para a sede do município.

A educação superior é oferecida por universidade particular em cursos intervalares. O número de meninas que concluem os estudos é maior do que de meninos. Os meninos geralmente abandonam os estudos mais cedo para se dedicar somente ao trabalho familiar.

Há uma biblioteca municipal que funciona em prédio próprio em ótimo estado de conservação inclusive dos livros disponíveis. Os títulos para consulta são bem variados, atualizados e novos. A biblioteca funciona de 08h:00 às 21h:00 devido a grande procura, sobretudo de jovens.

Em Santa Cruz do Ararí, na sede do Município encontram-se uma creche pública, escolas públicas primárias e uma secundária. Não há nenhum *campus* universitário, apenas um curso particular de ensino superior de caráter intervalar prestado pela UVA. Na Vila Jenipapo há uma creche, duas escolas de educação básica e fundamental. O número de meninas que concluem os

estudos é maior do que de meninos. A principal queixa dos entrevistados se dá pela falta de cursos profissionalizantes e de uma universidade pública. Não existem cursos de capacitação profissional, a não ser uma recente iniciativa da Escola de Música do Município que pretende formar instrumentistas.

### **Monitoramento do PDTS do Marajó**

No *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó*, no capítulo 5 - *Estratégias de Implementação do Plano*, subitem 5.4 – *inclusão social e cidadania*. O plano apresenta as estratégias prioritárias na área de educação:

- Garantir a efetivação de uma educação voltada para a realidade marajoara com perspectivas de inserção social e desenvolvimento local. Dessa forma implantar escolas profissionalizantes, como a de marcenaria, e melhorar a qualidade das já existentes, incluindo as casas familiares rurais.

**Comentário:** O Plano Marajó conseguiu identificar que a educação voltada para a realidade marajoara é uma forte demanda local. Esse sentimento pôde ser percebido de



Figura 9 – A Casa Familiar de Gurupá é uns dos melhores exemplos no Marajó de educação e cidadania

forma bastante enfática na pesquisa de campo, principalmente em Gurupá, Ponta de Pedras, Soure e Salvaterra. No entanto, não houve avanços significativos no sentido de transformar a educação no Marajó em uma educação marajoara, nem de ordem pedagógicas tampouco de ordem estruturais, com construção, ampliação e reforma de unidades escolares, aquisição de material e equipamentos, formação inicial e continuada de profissionais da educação. Também não encontramos ações de promoção e valorização dos profissionais da educação, mediante a ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, cursos de especialização, com disponibilização de bolsas de estudo. Não



encontramos relatos de melhorias significativas das condições de trabalho, com implantação de sistemas de plano de cargos, carreira e remuneração do magistério.

- Parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade civil, objetivando um levantamento da situação física da rede escolar e da oferta da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e das demais modalidades da educação básica, assim como o conhecimento do funcionamento das escolas, de seu pessoal (diretores, professores, pessoal de apoio) e das práticas pedagógicas.

**Comentário:** em nossos levantamentos, não encontramos esse diagnóstico específico, tampouco o plano de ação para área de educação do Marajó. No entanto, Melgaço apresenta experiência interessante de planejamento e ação para transformar a realidade educacional do local, refletida nos números do IDEB.

- Na educação superior, consolidar as ações das UFPA na região e promover a abertura de novos núcleos universitários com formação orientada para as demandas locais (agrotécnicas, pesqueiras, turismo, artesanato, enfermagem). Criar na região, em convênio com as universidades, um campus avançado de pesquisa.

**Comentário:** No Marajó, a UFPA tem instalado o *Campus* Universitário do Marajó, com os núcleos de Soure e Breves. Em Soure, os cursos ofertados são: Língua Inglesa (Regular e Intervalar), Língua Alemã (Intervalar), Francês (Regular), Biologia (Intervalar), História (Intervalar) e Turismo (Regular). Em Breves, os cursos são: Pedagogia (Regular), Ciências e Matemática (Intervalar), Geografia e Letras. A Universidade do Estado do Pará (UEPA) possui um *campus* em Salvaterra com 160 alunos matriculados nos cursos de Matemática e Ciências Naturais com habilitação em química e física. As ações previstas no Plano não se realizaram: novos cursos orientados às demandas locais não foram criados, tampouco o campus avançado de pesquisa. A UEPA anuncia para o ano que vem a implantação do curso de Tecnologia Agroindustrial com ênfase em alimentos e Ciência Naturais com habilitação em biologia no *campus* de Salvaterra.

#### 4.3. Saneamento básico e Lixo

O processo de exclusão social do Marajó evidencia-se no seu espaço urbano com a precariedade do saneamento básico (esgotamento sanitário e abastecimento de água). O esgotamento sanitário é inexistente na maior parte do território, apesar dos municípios melhor estruturados como Soure, Salvaterra, Breves e Portel apresentarem estruturas sanitárias em seus bairros centrais. No entanto, o despejo (tanto doméstico quanto público) é normalmente realizado em margens de rios, lagoas ou nascentes. Os lixões municipais, em muitos casos, também utilizam essas áreas como vazadouros clandestinos de lixo. Em ambos os casos, a vulnerabilidade socioambiental dessas populações se materializa no alto número de doenças de veiculação hídrica encontradas em todos os municípios.

Segundo os enfermeiros Daniel, Juliana e Kênia da Unidade de Saúde do Município de Melgaço a coleta de lixo hospitalar é um grave problema no município. O lixo hospitalar é frequentemente jogado nos rios, assim como dejetos humanos, ou queimado, o que provoca um elevado índice de pessoas com vômito, dores abdominais, problemas dermatológicos e febre. A coleta de lixo domiciliar e a falta de saneamento básico também são responsáveis por diversos problemas de saúde dos moradores.



Figura 10 – A falta de tratamento adequado do lixo no Marajó é causa de várias doenças na região

Em São Sebastião da Boa Vista, segundo o Secretário do Meio Ambiente, o lixo é coletado pela prefeitura e jogado em um terreno próximo ao centro da cidade, onde é queimado. Em Muaná, seguindo na rua principal, eixo vertical ao rio Muaná, verificou-se à beira da estrada próximo ao rio Mocajutuba um lixão a céu aberto, depósito em atividade de lixo comum e hospitalar, os quais diariamente são queimados. Segundo informações colhidas indiretamente “(...) não tem esgoto na cidade. Por exemplo, o hospital fica aqui um pouco mais pra cima nessa rua [aponta o sentido], e o esgoto dele vem parar aqui na EMATER por essa ‘vala’ na beira da rua...”. Um morador, contratado como gari para trabalhar no lixão pela prefeitura,



diz que “todo dia jogam lixo (...) durante o inverno piora, fedor [é] horrível (...) um lamaçal, tudo misturado, resto de boi o urubu puxa para o meio da estrada, até acontece acidentes”.

Em Ponta de Pedras, o lixão encontra-se distante da cidade, mas apresenta todos os tipos de resíduos (doméstico, animal e hospitalar). A Sr<sup>a</sup>. Isabel Pereira Andrade, 31, adverte sobre as precárias condições do depósito de lixo à beira da Rodovia Mangabeira, próximo ao um hotel-fazenda. No entorno da cidade o rio está poluído, mas em pontos mais afastados “tem uns bons lugares pra tomar banho”, disse a Sr<sup>a</sup>. Maria Eliza Ferreira.

Em Salvaterra, recentemente, a Prefeitura Municipal abriu um lixão na Praia Grande, principal ponto turístico do município e local importante de lazer para a população, em um igarapé que dá acesso à praia, o que pode gerar, além de prejuízos ambientais, problemas de saúde para população que exposta a essa situação fica vulnerável às possíveis doenças adquiridas por esta contaminação.

Em Santa Cruz do Arari, a coleta de lixo no município é realizada duas vezes ao dia (as 5:00 h e as 16:00 h) por 8 carroceiros contratados pela prefeitura que encaminham os resíduos ao lixão municipal. O lixão da Vila de Jenipapo localiza-se em uma área alagada que na época de cheia transborda lixo para parte do Lago Arari, comprometendo a saúde dos moradores da vila. A grande maioria dos moradores pratica a queima do lixo.

Em Anajás, existe na sede municipal coleta diária de lixo, no entanto o lixão está superlotado, com isso o trator de coleta vai depositando o lixo cada vez mais próximo à cidade. Outro problema é a invasão das margens das vias de acesso ao lixão para moradia. Há significativo número de famílias que dependem do lixão.

Em Afuá, o caroço do açaí é um problema latente. O resíduo, proveniente do processamento do açaí pelas batedeiras, é considerado um problema ambiental e sanitário em Afuá, já que é elevada a quantidade de açaí consumida no município. O caroço é jogado ao redor das casas ou em áreas públicas. Muitos habitantes utilizam o caroço para aterrar seu quintal e a área de sua casa. Essa utilização do resíduo é bem vista pelos moradores. Entretanto isso acumula água. O lixão está localizado na cidade nova, às margens do rio, e é periodicamente alagado juntamente com o cemitério.



Todas as cidades visitadas apresentaram coleta pública dos resíduos domésticos, no entanto as realidades acima demonstram que a simples coleta, muitas vezes, esconde o outro lado da moeda: a disposição do lixo. Como dito anteriormente; o lixo é despejado em áreas de recursos naturais utilizados por grupos sociais mais pobres e não está adequado à regulamentação ambiental sobre o tema.



Figura 11 – A adoção de fossas ecológicas pode ser uma alternativa sanitária para o meio rural marajoara

As ausências de esgotamento sanitário e de abastecimento de água agravam a situação de vulnerabilidade socioambiental do Marajó. Apesar de, segundo o IBGE, todos os municípios apresentarem rede geral de abastecimento de água nos seus núcleos urbanos, essas redes atendem parcela ínfima da população, o que afirma a reprodução das desigualdades na não universalidade dos direitos e no uso desigual dos recursos disponíveis. Como é comum em toda política pública que não preza a equidade na prestação dos serviços, no Marajó as populações mais pobres são as maiores vítimas da ausência de saneamento básico.

Em Salvaterra, o serviço de abastecimento de água atende apenas aproximadamente 20% moradores do centro da cidade segundo lideranças comunitárias entrevistadas. Em Soure, em entrevista, a assessoria de comunicação da secretaria de administração, informa que o serviço de abastecimento de água atende 80% dos moradores do centro da cidade. Em ambos os lugares foram relatadas queixas referentes à regularidade no abastecimento e quanto à qualidade da água oferecida.

Nas comunidades afastadas das sedes desses municípios, a água é captada através do poço individual ou coletivo localizado próximo às casas. De uma maneira geral, a maioria dos moradores utiliza hipoclorito para tornar a água potável (oferecido por agentes de saúde e saneamento das prefeituras desses municípios), no entanto há número significativo de pessoas que não fazem nenhum tratamento ou apenas coam a água antes de beber. Os entrevistados que moram em casas localizadas no centro dos municípios possuem os banheiros dentro do imóvel, mas na



medida em que nos afastamos das sedes desses municípios, os serviços básicos se restringem e é mais comum encontrar casas com o banheiro externo.

Em todas as comunidades quilombolas visitadas em Salvaterra, os banheiros se encontram fora das casas. Em Soure, moradores da comunidade de Cajuuna sofrem pela falta de água que é fornecida para 60 famílias duas vezes por semana em 10 tambores de 200 litros cada. Nas praias a situação não melhora. Nos bares e restaurantes na orla da Praia Grande, em Salvaterra, e das praias do Pesqueiro e da Barra Velha, em Soure, os banheiros encontram-se anexos aos estabelecimentos. Não existe rede de coleta ou qualquer tratamento do esgoto e o esgoto domiciliar é constituído por fossas canalizadas direto para o rio Paracauary. No inverno, época das cheias, aumenta a proliferação de doenças vinculadas à contaminação da água.

Em Cachoeira do Arari, segundo Ester Lopes, presidente da Associação dos Pequenos e Grandes Criadores de Animais do Retiro Grande, o serviço de abastecimento de água atinge apenas 115 famílias moradoras da sede da cidade. Aqueles que não têm água encanada possuem poço individual ou poço coletivo. Seu Osvaldo Batista dos Santos, presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Gurupá, revela que com o apoio de uma ONG italiana (AMAI – Amigo Marajó Itália) foram construídos poços coletivos em todas as comunidades rurais. O Bairro do Choque foi construído em palafitas sobre o rio Arari, onde o esgoto é despejado sem nenhum tratamento e onde se coleta água, para beber, tomar banho e cozinhar, gerando grande risco de contaminação aos moradores.

Em Santa Cruz do Ararí, o fornecimento de água para os moradores não é permanente, vem de um poço com 126 m de profundidade que enche uma caixa d'água de 100.000 L abastecendo cinco localidades: Sede, Boa Vista, São José, Igarapé Fundo e Jenipapo. A estação de bombeamento encerra a distribuição às 21h:00 retornando às 05h:00. O esgoto domiciliar é constituído por fossas ou os dejetos são despejados diretamente nas águas do Lago Ararí.

Em Afuá, a questão sanitária de tratamento de água e esgoto é um grave problema. Existem duas formas de distribuição de água na cidade, uma estadual e outra municipal. A distribuição realizada pelo estado não possui tratamento algum. É a água que abastece a cidade velha. A distribuição municipal, devidamente tratada, é de melhor qualidade e abastece a cidade nova. Soma-se o fato de não existir coleta e nem tratamento de esgoto. É despejado diretamente em





fossas ou no solo. Um agravante à esse fato é que a sede municipal é periodicamente alagada. Assim os dejetos são espalhados e contaminam o solo, além da possibilidade de transmitirem doenças. Para piorar, o alagamento afeta tanto o lixão quanto o cemitério. As maiores incidências de doenças são relacionadas com a qualidade da água, como verminoses.

Em Gurupá, a sede municipal possui um sistema de tratamento de água e abastecimento para as casas. No entanto nas comunidades rurais a situação é diferente. Não existe sistema de abastecimento de água que contemple as comunidades na RESEX Gurupá-Melgaço, ou mesmo na comunidade de Gurupá-miri (excluindo a vila central que possui água encanada). Nesses lugares a água é captada em poços, no próprio rio, principalmente no inverno, ou em cacimbas durante o verão. O único tratamento realizado é a adição de sulfato de alumínio e/ou hipoclorito. A criação de um sistema de abastecimento é dificultada pela distância existente entre as moradias, que são construídas nas margens dos rios.

O município de Breves é considerado o mais estruturado do Marajó entre as sedes municipais. Existe rede de telefonia, fixa e móvel, e energia elétrica. A forte atividade madeireira, fez crescer a economia do município, proporcionando elevado crescimento desordenado. No entanto, encontram-se na cidade muitos bairros sem acesso à água encanada, rede de esgotos e sem asfaltamento nas ruas. Nos bairros Aeroporto, Bandeirantes, Castanheira, Cidade Nova, Distrito sede, Riacho Doce e Santa Cruz a população não tem acesso à água tratada, realidade que se estende para várias localidades no município. Os bairros mais carentes de saneamento básico (principalmente abastecimento de água) são Castanheira e Santa Cruz.

A cidade de Portel, com semelhanças a Breves devido ao ciclo da madeira vivido, apresenta rede de abastecimento de água, energia elétrica e rede de esgoto, porém, esses serviços não estão acessíveis a toda a população, especialmente dos novos bairros que estão surgindo.

Currálinho não possui sistema de tratamento de esgoto. A água é de má qualidade e com aspecto ferruginoso.

Em Chaves, segundo o coordenador do departamento de Vigilância Sanitária, Gil, no município não há tratamento de água e nem de esgoto. A água para o consumo é retirada de 2 poços e distribuídas para as casas. Fica a critério das famílias tratá-la. Segundo o Secretário de Administração, nem todas as casas são abastecidas pelo sistema de canalização e bombeamento.

Essas famílias carentes deslocam-se até o poço para coletar a água. Em um dos poços a água é imprópria para o consumo humano, serve apenas para lavar a roupa ou mesmo cozinhar. Isso explica o fato da enfermidade mais comum na cidade ser as verminoses. Existem na sede municipal 271 residências que fazem seus dejetos a “cú aberto” com o banheiro fora de casa e 126 utilizam de fossas biológicas, feitas de alvenaria, no qual diminui a contaminação do solo (dados do departamento de Vigilância Sanitária).



Figura 12 – Chaves foi um dos municípios mais prejudicados no Marajó pela falta de seriedade com o abastecimento de água para população.

Na década de 90, o Projeto Alvorada disponibilizou recursos para os municípios construírem sistema de tratamento de água. Chaves foi contemplado. A verba foi destinada, mas não houve resultado significativo. A consequência é o fato de qualquer projeto feito hoje para o tratamento de água esbarrar nos registros federais que indicam que Chaves já possui sistema de tratamento.

Em Melgaço, Kátia Áurea Penalber Polimanti, secretária de saúde do município, relatou que “a péssima qualidade da água ocasiona várias doenças, como as verminoses”.

Em São Sebastião da Boa Vista, a água distribuída à população é, segundo relatos da maioria dos entrevistados, de baixa qualidade, o que foi possível constatar facilmente. A água chega às casas, saturada de um elemento que se assemelha à ferrugem, através de encanamento construído pela prefeitura, porém, em locais mais afastados não existe rede de tubulação e os moradores apanham a água diretamente do rio, poluída pelo combustível que escoas das embarcações, pelos dejetos lançados, também das embarcações (de linha) que transportam passageiros; e por toda espécie de detritos que a própria população lança ao rio.

Foi possível constatar essa situação na casa de Otilio Martins, dono de uma farmácia. Ele explica que a água vem de um poço de mais ou menos 37 metros, porém ainda assim “vem cheia de ferro”. Na maior parte das casas existe um sistema de filtragem que pouco resolve a situação. Trata-se de um grande recipiente com uma camada de seixo e em seguida de areia, a areia filtra o ferro,

mas a água continua comprometida (de qualidade duvidosa). Segundo Martins, a situação da água responde pela grande demanda por remédios contra diarreia e verminoses (as doenças mais comuns que acometem a população) em sua farmácia. O poço que distribui a água de péssima qualidade já tem 16 anos e “entra político e sai político ninguém dá jeito”.

Sobre a situação do esgoto em São Sebastião da Boa Vista, o Secretário do Meio Ambiente do município informou que “estão construindo a rede [de esgoto] e uma central de tratamento, em mais ou menos um ano; o esgoto vai voltar 80% tratado”. As comunidades ribeirinhas não possuem esgoto ou água tratada, tampouco orientação de como proceder com os dejetos.

### **Monitoramento do PDTS do Marajó**

No *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó*, no capítulo 5 - *Estratégias de Implementação do Plano*, subitem 5.4 – *inclusão social e cidadania*. O plano apresenta as estratégias prioritárias na área de Saneamento Básico e Lixo:

- **Estratégia:** Elaboração do Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó.

**Comentário:** O Plano não foi elaborado e não houve ações estratégicas no sentido de diminuir essa dívida social com o Marajoara. O Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó deveria, segundo o Plano Marajó, ser construído em conjunto com instituições parceiras como Funasa, AMAM, Ministério Público, SEMA, IBAMAPA, COSANPA, SESP, dentre outras, abrangendo todos os

aspectos do saneamento: abastecimento de água, esgotamento e tratamento dos esgotos, gestão dos resíduos sólidos urbanos e manejo ambiental e drenagem. A ação inicial imediata seria a realização de pesquisas locais com os atores envolvidos para visualizar o panorama geral do saneamento básico, bem como as potencialidades e alternativas para fazer frente aos problemas identificados. Outra estratégia pensada, porém não realizada seria a utilização



Figura 13 – O abastecimento de água com qualidade é precário em várias sedes municipais no Marajó.



da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 para a contratação de consórcios públicos entre os municípios do Marajó. Não encontramos nenhum consórcio do tipo, o que representaria um salto para a solução de problemas de âmbito regionais de forma otimizada.

- **Estratégia:** Retomar as ações previstas no Projeto Alvorada e implementar o Projeto Água para Todos.

**Comentário:** Como mostrado acima, nos resultados da Escuta, há uma imensa ausência de garantia de saneamento básico no Marajó. Da época do Plano aos dias atuais, o rio continua a servir tanto como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos) como destino final do esgoto e de resíduos sólidos. A efetiva implementação ou retomada de projetos nessa área poderia garantir o acesso da população dos centros urbanos e rurais ao uso sustentável da água.

- **Estratégia:** Criação de fóruns municipais com o tema lixo e cidadania e de consórcios intermunicipais para tratamento de resíduos sólidos com a organização dos catadores de lixo do Arquipélago.

**Comentário:** Não encontramos os fóruns, tampouco os consórcios intermunicipais em nosso trabalho de campo. Quanto às associações de catadores, o que percebemos é, em grande parte, um sentimento de abandono e de falta de incentivo do poder público com o trabalho realizado por essas associações, como são os casos de Soure e Afuá (ver Diagnóstico completo sobre os municípios).

## 5. Contexto Fundiário

Entendemos que a regularização fundiária no Marajó foi a política pública que mais avançou nos últimos anos. A ação é parte do Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó e do Programa Territórios da Cidadania que priorizam a atuação integrada de órgãos do Governo Federal para promover o desenvolvimento regional.

O Plano de Desenvolvimento Territorial do Marajó, a partir de estudo da GRPU-PA/AP e de dados não oficiais, estimava que cerca de 70% dos ocupantes das ilhas do Marajó não possuíam qualquer documento comprobatório de propriedade das áreas ocupadas. Daqueles que possuíam algum documento, segundo o mesmo Plano, em sua quase totalidade, os documentos eram



ilegítimos. O Plano, no capítulo 5 - *Estratégias de Implementação do Plano*, subitem 5.1 – Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental, admite que “séculos de inatividade dos órgãos fundiários, federais e estaduais contribuíram para erigir no Arquipélago uma estrutura fundiária concentrada e anacrônica”.

Exceção àquela realidade eram as Unidades de Conservação. Na época (2007), havia as mesmas seis unidades de conservação federais de Uso Sustentável que existem atualmente, com uma área total de 726.655 hectares, correspondentes a 7% da área total do Arquipélago (10.414.150 hectares), como mostra a tabela a seguir:

| Nome da UC                                               | Município                               | Decreto de criação                   | Área do decreto (ha) |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Resex Mapuá                                              | Breves                                  | Dec s/nº de 20 de maio de 2005       | 94.463,93            |
| Resex Terra Grande Pracuúba                              | Curralinho e São Sebastião da Boa Vista | Dec s/nº de 05 de junho de 2006      | 194.695,18           |
| Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá | Gurupá                                  | Dec s/nº de 14 de junho de 2005      | 64.735,00            |
| Resex de Gurupá-Melgaço                                  | Gurupá e Melgaço                        | Dec s/nº de 30 de novembro de 2006   | 145.297,54           |
| Floresta Nacional do Caxiuanã                            | Melgaço                                 | Dec nº 239 de 28 de novembro de 1961 | 200.000,00           |
| Resex Marinha de Soure                                   | Soure                                   | Dec s/nº de 22 de novembro de 2001   | 27.463,58            |
| <b>Total</b>                                             |                                         |                                      | <b>726.655,23</b>    |

Em nossa pesquisa de campo, percebemos que essas UC's não estão de todo implementadas. Nenhuma tem Plano de Manejo aprovado e em pleno uso. A RESEX Mapuá, segundo



informações de seu gestor, espera a aprovação do Plano de Manejo da Unidade que já fora enviada à Brasília. Em Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista, poucas pessoas entrevistadas sabiam informar sobre a situação da Resex's, o que pode indicar baixo grau de empoderamento local acerca das estratégias públicas de regulamentação do espaço, apesar do desejo de participação das comunidades nesse processos. Em Soure, as comunidades da Resex convivem com conflitos relacionados a não garantia de acesso aos recursos naturais, pois a fronteira da UC esbarra nas fazendas e suas porteiras.

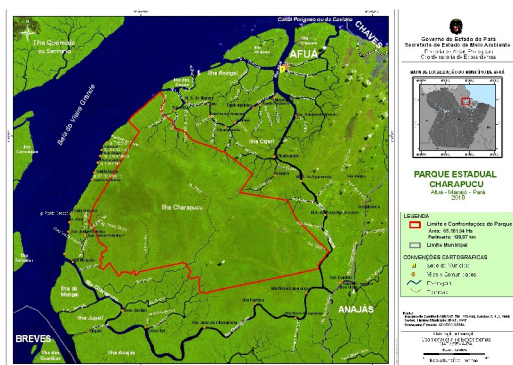


Figura 14 – Localização do Parque Estadual Charapucu

### 5.1. Parque Estadual de Charapucu e a Reserva da Biosfera

A região de Charapucu é a mais pobre de Afuá. Está na divisa com os municípios de Anajás e Chaves. É o local mais isolado e assolado pela malária. Existem, segundo o prefeito, 200 famílias que habitam a região em 5 comunidades.

O trabalho principal na região é extração do açaí e de madeira para as serrarias. Raramente pescam. As pessoas se alimentam mais de produtos

enlatados e embutidos trazidos pelos atravessadores. A dinâmica do comércio de açaí começa com o atravessador que passa avisando e combinando uma data e a quantidade de rasas que vai comprar. Então recolhe e leva para a Feira de Açaí de Afuá. Existe a Associação de Agroextrativistas de Araramã. A associação tem 100 sócios, sendo que 90 trabalham com manejo de açaí. São extraídas em média de 500 latas durante a safra por sócio. A Associação ajudou bastante na organização da produção e no acesso ao financiamento, no entanto ainda existem barreiras para o aumento da rentabilidade. O principal problema é o transporte da produção, já que a dependência ao atravessador diminui o poder dos associados de negociarem melhores preços. A extração de palmito acabou em 2005 e a EMATER ajudou a instalar e disseminar o manejo de açaí. Já foram aprovados 40 projetos para o manejo de açaí. Hoje existe um projeto de instalação de casa de farinha na região.

Na comunidade da Tessalômica, em Charapucu, encontramos urnas funerárias na beira do rio Araramã, estacas na beira do rio que já estavam antes da chegada dos moradores e um lago



que também não foi cavado por nenhum dos moradores. Um professor da comunidade encontrou dentro de uma urna uma ponta de flecha/lança de pedra (lítico). Estes elementos (urnas funerárias com material dentro, lago e estacas) podem indicar que este local poderia ser espaço de cerimônia ritual para o povo que habitou a região em tempo pré-colonial, pois não se encontra nenhum tipo de vestígio de residência ou produção. Também acharam garrafa de seringueiro.

Sr. Joaquim, 70 anos, aposentado, há 43 mora na comunidade, foi quem nos mostrou essas urnas funerárias localizadas à beira do rio. Segundo Joaquim, a vila possui energia elétrica que funciona de 18:30hs às 23:00hs; e que não tem água encanada, que é retirada diretamente do rio.

A vila possui escola de ensino fundamental com seis professores, mas dificilmente um professor quer viver em Araramã devido à malária e a as difíceis condições de moradia.

Conversamos com Rosinaldo no posto de endemia da Vila Tessalônica, morador da Comunidade Perpétuo Socorro em Charapucu. Estava na vila para fazer os exames em seus 2 filhos pequenos (confirmou-se depois que ambos estavam com malária). Sua única atividade comercial é a extração de madeira e extrai açaí apenas para a alimentação. Não possui água encanada e realiza o tratamento apenas com hipoclorito. Sua alimentação é à base de peixe e açaí, *“também caçam preguiça e guariba”* e a única forma de conseguirem produtos é através de marreteiros.

Um fato interessante verificado foi o desconhecimento dos comunitários a respeito de detalhes sobre a implementação do Parque Estadual de Charapucu. Apenas sabiam dizer que os representantes da SEMA passaram por lá visitando as áreas, mas, entretanto não se sabe mais nada a respeito.

A implementação da Unidade de Conservação de Proteção Integral na região de Charapucu, na época da pesquisa, era uma incógnita. Segundo o secretário do meio ambiente do município, a SEMA, em 2009, realizou audiências públicas, reuniões com as secretarias e EMATER, visitou Charapucu e criou expectativas na população local. Entretanto até aquele momento não havia respostas de como estava o andamento do processo. Contudo, em 9 de novembro de 2010, através do decreto, nº 2592/2010, foi criado o Parque Estadual Charapucu, no município de Afuá.

Segundo a SEMA ([www.sema.pa.gov.br](http://www.sema.pa.gov.br)), o Parque faz parte de um conjunto de quatro unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral no Arquipélago do Marajó e é a primeira zona núcleo da futura Reserva da Biosfera do Marajó.





No entanto, em nossas pesquisas de gabinete para a elaboração deste relatório, descobrimos que o Parque Estadual de Charapucu foi criado em cima de um Projeto de Assentamento Agroextrativista Charapucu, criado pelo INCRA na mesma região, em novembro de 2009, de cerca de 200 mil hectares e população beneficiada de 406 famílias.

Apresentamos a situação à SEMA que está negociando com o INCRA a melhor forma de solucionar a questão. Estamos acompanhando o processo.

O programa Homem e a Biosfera (MaB) da UNESCO define as Reservas da biosfera como áreas de ecossistemas terrestres e costeiro-marinhos ou uma combinação desses, reconhecidas internacionalmente pela excelência na promoção e demonstração de relações equilibradas entre os humanos e a biosfera. Suas funções principais são:

- Conservação: contribuir para a redução da perda da biodiversidade com conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variedades genéticas;
- Desenvolvimento: garantir o direito de manutenção dos meios de vida das populações com o fomento de desenvolvimento econômico e humano sociocultural e ambientalmente sustentados; e
- Apoio logístico: apoiar projetos demonstrativos, de educação ambiental e capacitação, pesquisa e monitoramento, referentes a temas locais, regionais, nacionais e globais de conservação e desenvolvimento sustentado.

As RB são divididas em três áreas principais: Zona Núcleo (proteção integral); Zona Tampão (permitidas atividades compatíveis com boas práticas ambientais); e Área de Transição (Gestão Sustentável dos recursos na área). De particular importância é o envolvimento das comunidades locais e partes interessadas no planejamento e gestão de toda a área.

Reservas da biosfera são reconhecidas pelo Conselho Coordenador Internacional do Programa MaB, a pedido do Estado interessado e permanecem sob soberania exclusiva do Estado onde estão situadas, submetidas, portanto, apenas à legislação daquele Estado. Mas elas também compõem a Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

## **5.2. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE's)**

Nas ilhas e áreas de várzea de domínio da União, a estratégia de regularização prevista no Plano Marajó avançou significativamente. O Termo de Cooperação firmado em 2005 entre a



Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) previa a destinação das chamadas “terras de marinha” para fins de reforma agrária e criação de reservas extrativistas.

A estratégia utilizada foi inovadora, pois além de conceder o termo de autorização de uso e posse da terra às famílias (segurança jurídica sobre a terra), a parceria entre os órgãos permitiu a essas famílias de comunidades ribeirinhas assentadas participarem do Plano Nacional de Reforma Agrária. A participação possibilitou o acesso aos benefícios da política agrária do Governo Federal, como moradias, crédito para apoio à produção, assistência técnica e linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Só em termos de valores contratados, no período de 2007 a 2010, o Banco da Amazônia investiu 27 milhões de reais no programa PRONAF no Marajó.

As comunidades também poderão receber investimentos em infraestrutura básica, como sistemas de abastecimento e tratamento de água e de trapiches para ancoragem de embarcações, após o devido licenciamento ambiental.

Na época da elaboração do Plano do Marajó, o INCRA havia criado 35 Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) em ilhas de oito municípios com um total de 138.931,272 hectares. Atendia naquele momento 2.363 famílias. Hoje são 114 projetos implantados em 12 municípios com um total de 1.527.263,75 hectares (aproximadamente 15% do território), sobretudo na porção central e ocidental do arquipélago, beneficiando já 15.968 famílias. A tabela a seguir apresenta os PAE's:

| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                    |           |             |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------|-------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome               |           | Área        | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto            | Município | (ha)        | Capacidade | Beneficiadas |
| 1                                                                                          | PAE ILHA BAIANO    | Afuá      | 13.452,8940 | 91         | 91           |
| 2                                                                                          | PAE ILHA CALDEIRÃO | Afuá      | 8.237,9710  | 120        | 79           |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                         |           |              |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------|--------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                    |           | Área         | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                 | Município | (ha)         | Capacidade | Beneficiadas |
| 3                                                                                          | PAE ILHA CHARAPUCU      | Afuá      | 201.768,8110 | 406        | 406          |
| 4                                                                                          | PAE ILHA CONCEIÇÃO I    | Afuá      | 13.193,2150  | 200        | 150          |
| 5                                                                                          | PAE ILHA DO MEIO        | Afuá      | 26.694,3370  | 500        | 417          |
| 6                                                                                          | PAE ILHA DO PARÁ        | Afuá      | 43.534,5400  | 403        | 403          |
| 7                                                                                          | PAE ILHA DO TELES       | Afuá      | 3.781,0800   | 120        | 43           |
| 8                                                                                          | PAE ILHA DOS CARÁS      | Afuá      | 13.609,9380  | 197        | 176          |
| 9                                                                                          | PAE ILHA JURUPARI I     | Afuá      | 40.182,2990  | 276        | 250          |
| 10                                                                                         | PAE ILHA MARACUJÁ I     | Afuá      | 22.511,5560  | 300        | 173          |
| 11                                                                                         | PAE ILHA PANEMA         | Afuá      | 7.804,9230   | 144        | 126          |
| 12                                                                                         | PAE ILHA QUEIMADA       | Afuá      | 92.902,6260  | 900        | 621          |
| 13                                                                                         | PAE ILHA RASA           | Afuá      | 2.755,6440   | 100        | 100          |
| 14                                                                                         | PAE ILHA SALVADOR       | Afuá      | 26.619,1270  | 300        | 151          |
| 15                                                                                         | PAE BAIXO ANAJÁS I      | Anajás    | 16.287,9870  | 200        | 147          |
| 16                                                                                         | PAE BAIXO ANAJÁS II     | Anajás    | 103.864,9820 | 200        | 93           |
| 17                                                                                         | PAE ILHA CARARUÁ-GRANDE | Bagre     | 7.166,5450   | 130        | 130          |
| 18                                                                                         | PAE ILHA DO CABO DICO   | Bagre     | 554,1160     | 50         | 40           |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                      |           |              |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------|--------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                 |           | Área         | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto              | Município | (ha)         | Capacidade | Beneficiadas |
| 19                                                                                         | PAE ILHA IOIÁS       | Bagre     | 297,4290     | 80         | 59           |
| 20                                                                                         | PAE ILHA ITAPERÁ     | Bagre     | 5.817,3260   | 120        | 120          |
| 21                                                                                         | PAE ILHA JURUPARI    | Bagre     | 4.373,7270   | 60         | 60           |
| 22                                                                                         | PAE ILHA PIRARUAIA   | Bagre     | 600,5510     | 60         | 60           |
| 23                                                                                         | PAE ILHA TAQUARI     | Bagre     | 6.742,7640   | 80         | 80           |
| 24                                                                                         | PAE LUZ DA VIDA      | Bagre     | 3.647,9940   | 150        | 112          |
| 25                                                                                         | PAE TIRIRICA         | Bagre     | 3.006,6930   | 100        | 95           |
| 26                                                                                         | PAE ILHA ARANAI      | Breves    | 15.880,0560  | 190        | 144          |
| 27                                                                                         | PAE ILHA ATURIÁ      | Breves    | 13.617,4210  | 140        | 140          |
| 28                                                                                         | PAE ILHA BUIUSSU     | Breves    | 19.452,2580  | 194        | 123          |
| 29                                                                                         | PAE ILHA DOS MACACOS | Breves    | 129.491,2030 | 1.200      | 1.042        |
| 30                                                                                         | PAE ILHA ITUQUARA    | Breves    | 29.374,3560  | 197        | 197          |
| 31                                                                                         | PAE ILHA JAPICHAUA   | Breves    | 49.661,7950  | 385        | 199          |
| 32                                                                                         | PAE ILHA JEJUTEUA    | Breves    | 4.304,5720   | 112        | 111          |
| 33                                                                                         | PAE ILHA LIMÃO       | Breves    | 19.452,2580  | 419        | 355          |
| 34                                                                                         | PAE ILHA MACUJUBIM   | Breves    | 12.263,2190  | 130        | 130          |



**Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó**

| Num   | Nome                              |                    | Área        | Famílias   |              |
|-------|-----------------------------------|--------------------|-------------|------------|--------------|
| Ordem | Projeto                           | Município          | (ha)        | Capacidade | Beneficiadas |
| 35    | PAE ILHA MIRITIAPINA              | Breves             | 19.075,5990 | 199        | 199          |
| 36    | PAE ILHA MUTUNQUARA               | Breves             | 16.492,5450 | 159        | 97           |
| 37    | PAE ILHA MUTUTI                   | Breves             | 50.017,6860 | 577        | 285          |
| 38    | PAE ILHA PEREIRA                  | Breves             | 8.914,2980  | 89         | 84           |
| 39    | PAE ILHA PRACAXI                  | Breves             | 12.518,7200 | 250        | 250          |
| 40    | PAE ILHA PURURE                   | Breves             | 15.346,8300 | 185        | -            |
| 41    | PAE ILHA SANTO AMARO II           | Breves             | 11.267,0440 | 225        | 225          |
| 42    | PAE ILHA URUBUQUARA               | Cachoeira do Ararí | 3.168,1180  | 280        | 163          |
| 43    | PAE ILHA XIPAIA                   | Cachoeira do Ararí | 1.261,2500  | 117        | 96           |
| 44    | PAE ILHA ARARAS                   | Curralinho         | 325,7270    | 65         | 65           |
| 45    | PAE ILHA BELA PATRIA              | Curralinho         | 421,5720    | 80         | 80           |
| 46    | PAE ILHA CALHEIRA                 | Curralinho         | 2.372,4530  | 130        | 130          |
| 47    | PAE ILHA CANATICU                 | Curralinho         | 1.164,4340  | 110        | 110          |
| 48    | PAE ILHA DO MUTUM                 | Curralinho         | 5.258,5200  | 50         | 50           |
| 49    | PAE ILHA JUPATITUBA DE CURRALINHO | Curralinho         | 11.163,6640 | 70         | 70           |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                                        |            |            |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------|------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                                   |            | Área       | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                                | Município  | (ha)       | Capacidade | Beneficiadas |
| 50                                                                                         | PAE ILHA MARIANA                       | Curralinho | 310,0090   | 20         | 19           |
| 51                                                                                         | PAE ILHA MOSSORO                       | Curralinho | 754,9590   | 55         | 55           |
| 52                                                                                         | PAE ILHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO I | Curralinho | 2.151,1490 | 100        | 92           |
| 53                                                                                         | PAE ILHA PANACU                        | Curralinho | 5.179,6760 | 30         | 30           |
| 54                                                                                         | PAE ILHA PONTA ALEGRE                  | Curralinho | 86,1730    | 40         | 40           |
| 55                                                                                         | PAE ILHA SAMANAJÓS                     | Curralinho | 2.572,6790 | 55         | 55           |
| 56                                                                                         | PAE ILHA SANTA APOLONIA                | Curralinho | 1.774,0180 | 45         | 45           |
| 57                                                                                         | PAE ILHA SANTA CATARINA                | Curralinho | 401,2580   | 30         | 30           |
| 58                                                                                         | PAE ILHA SANTA MARIA II                | Curralinho | 918,5340   | 90         | 81           |
| 59                                                                                         | PAE ILHA SANTA MARIA III               | Curralinho | 92,4590    | 15         | 7            |
| 60                                                                                         | PAE ILHA SÃO JOÃO I                    | Curralinho | 4.065,6650 | 125        | 125          |
| 61                                                                                         | PAE ILHA SAO PEDRO E BARBOSA           | Curralinho | 885,9760   | 75         | 75           |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                            |            |              |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                       |            | Área         | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                    | Município  | (ha)         | Capacidade | Beneficiadas |
| 62                                                                                         | PAE ILHA SÃO RAIMUNDO      | Curralinho | 2.968,5270   | 150        | 150          |
| 63                                                                                         | PAE ILHA SAPATEIRO         | Curralinho | 295,5180     | 25         | 25           |
| 64                                                                                         | PAE ILHA SORVA             | Curralinho | 1.437,7690   | 115        | 113          |
| 65                                                                                         | PAE ILHA TRACUATEUA        | Curralinho | 946,2760     | 75         | 75           |
| 66                                                                                         | PAE ILHA URUÁ II           | Curralinho | 2.918,5740   | 58         | 57           |
| 67                                                                                         | PAE SANTA ROSA DO MARACATI | Curralinho | 3.166,5700   | 30         | 19           |
| 68                                                                                         | PAE ILHA DAS CINZAS        | Gurupá     | 3.336,0010   | 80         | 69           |
| 69                                                                                         | PAE ILHA DAS PRACUUBINHAS  | Gurupá     | 808,2570     | 40         | -            |
| 70                                                                                         | PAE ILHA URUTAI PARTE      | Gurupá     | 11.496,2100  | 120        | 92           |
| 71                                                                                         | PAE ILHA DE MELGAÇO        | Melgaço    | 14.001,2850  | 157        | 136          |
| 72                                                                                         | PAE ILHA GRANDE DE LAGUNA  | Melgaço    | 178.749,8170 | 1.000      | 842          |
| 73                                                                                         | PAE ILHA MUJIRUM           | Melgaço    | 15.672,9110  | 147        | 117          |
| 74                                                                                         | PAE ILHA SANTA             | Melgaço    | 1.184,4100   | 79         | 45           |





| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                          |           |            |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-----------|------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                     |           | Área       | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                  | Município | (ha)       | Capacidade | Beneficiadas |
|                                                                                            | MARIA I                  |           |            |            |              |
| 75                                                                                         | PAE ILHA SANTO AMARO     | Melgaço   | 4.610,5010 | 130        | 95           |
| 76                                                                                         | PAE ILHA ATATAZINHO      | Muaná     | 2.071,8600 | 130        | 106          |
| 77                                                                                         | PAE ILHA CAJUBINHA       | Muaná     | 2.011,1670 | 150        | 150          |
| 78                                                                                         | PAE ILHA CAMPUMPEMA      | Muaná     | 343,9390   | 65         | 65           |
| 79                                                                                         | PAE ILHA CASTANHAL       | Muaná     | 1.380,1770 | 45         | 45           |
| 80                                                                                         | PAE ILHA CHIQUEIRO       | Muaná     | 2.644,2050 | 195        | 195          |
| 81                                                                                         | PAE ILHA DO TANGARAZINHO | Muaná     | 1.880,2530 | 85         | 84           |
| 82                                                                                         | PAE ILHA FURO MUANÁ      | Muaná     | 2.290,3860 | 125        | 107          |
| 83                                                                                         | PAE ILHA GOIABAL         | Muaná     | 1.211,8870 | 43         | 41           |
| 84                                                                                         | PAE ILHA JUPATITUBA      | Muaná     | 52,2960    | 27         | 27           |
| 85                                                                                         | PAE ILHA MARITUBINHA     | Muaná     | 6.853,2030 | 180        | 143          |
| 86                                                                                         | PAE ILHA MURUMURU        | Muaná     | 1.727,2880 | 90         | 89           |
| 87                                                                                         | PAE ILHA MURUMURU I      | Muaná     | 5.352,5260 | 265        | 199          |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                           |                            |             |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                      |                            | Área        | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                   | Município                  | (ha)        | Capacidade | Beneficiadas |
| 88                                                                                         | PAE ILHA PALHETA          | Muaná                      | 453,5430    | 31         | 31           |
| 89                                                                                         | PAE ILHA SANTA MARIA      | Muaná                      | 1.185,5480  | 100        | 100          |
| 90                                                                                         | PAE ILHA SANTARÉM         | Muaná                      | 4.321,4520  | 48         | 45           |
| 91                                                                                         | PAE ILHA UNIÃO            | Muaná                      | 699,0230    | 46         | 45           |
| 92                                                                                         | PAE ILHA URUÁ             | Muaná                      | 595,5490    | 26         | 24           |
| 93                                                                                         | PAE ILHA SANTANA          | Ponta de Pedras            | 4.676,7450  | 375        | 375          |
| 94                                                                                         | PAE ILHA SETUBAL          | Ponta de Pedras            | 181,2710    | 36         | 33           |
| 95                                                                                         | PAE ILHA SOBERANA         | Ponta de Pedras            | 297,5450    | 22         | 15           |
| 96                                                                                         | PAE ILHA GRANDE – PACAJAI | Portel                     | 37.033,5810 | 550        | 491          |
| 97                                                                                         | PAE ILHA BOA VISTA        | São Sebastião da Boa Vista | 924,8980    | 150        | 110          |
| 98                                                                                         | PAE ILHA BOM SAMARITANO   | São Sebastião da Boa Vista | 6.194,8850  | 250        | 188          |
| 99                                                                                         | PAE ILHA CAETÉ            | São Sebastião da Boa Vista | 1.146,4930  | 150        | 150          |
| 100                                                                                        | PAE ILHA CARIÁ-GUAJARÁ    | São Sebastião da Boa Vista | 4.112,0050  | 200        | 139          |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                            |                            |             |            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------|------------|--------------|
| Num                                                                                        | Nome                       |                            | Área        | Famílias   |              |
| Ordem                                                                                      | Projeto                    | Município                  | (ha)        | Capacidade | Beneficiadas |
| 101                                                                                        | PAE ILHA CENTRAL           | São Sebastião da Boa Vista | 31.532,3350 | 630        | 346          |
| 102                                                                                        | PAE ILHA CHAVES            | São Sebastião da Boa Vista | 1.002,6350  | 200        | 187          |
| 103                                                                                        | PAE ILHA COROCA            | São Sebastião da Boa Vista | 1.900,8830  | 180        | 139          |
| 104                                                                                        | PAE ILHA DO PAULO          | São Sebastião da Boa Vista | 399,0470    | 40         | 40           |
| 105                                                                                        | PAE ILHA DO TESO           | São Sebastião da Boa Vista | 1.091,0160  | 120        | 120          |
| 106                                                                                        | PAE ILHA LARANJA           | São Sebastião da Boa Vista | 1.579,2020  | 130        | 122          |
| 107                                                                                        | PAE ILHA PAQUETÁ II        | São Sebastião da Boa Vista | 813,8630    | 140        | 116          |
| 108                                                                                        | PAE ILHA PRACUUBA-GRANDE   | São Sebastião da Boa Vista | 3.739,4180  | 185        | 151          |
| 109                                                                                        | PAE ILHA RAQUEL            | São Sebastião da Boa Vista | 1.652,7490  | 210        | 210          |
| 110                                                                                        | PAE ILHA SANTO ANTÔNIO III | São Sebastião da Boa Vista | 1.414,6090  | 110        | 110          |
| 111                                                                                        | PAE ILHA SÃO JOÃO          | São Sebastião da Boa Vista | 790,0600    | 110        | 96           |



| Tabela 13 - Relação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) criados no Marajó |                          |                            |                       |               |               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Num                                                                                        | Nome                     |                            | Área                  | Famílias      |               |
| Ordem                                                                                      | Projeto                  | Município                  | (ha)                  | Capacidade    | Beneficiadas  |
| 112                                                                                        | PAE ILHA SÃO RAIMUNDO II | São Sebastião da Boa Vista | 6.943,2600            | 270           | 109           |
| 113                                                                                        | PAE ILHA TUCUPI GRANDE   | São Sebastião da Boa Vista | 1.550,4990            | 160           | 143           |
| 114                                                                                        | PAE ILHA UMARITUBA       | São Sebastião da Boa Vista | 752,6020              | 130           | 66            |
| <b>Total Geral</b>                                                                         |                          |                            | <b>1.527.263,7500</b> | <b>19.725</b> | <b>15.968</b> |

Fonte: SIPRA – Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos - SR.01/T – INCRA

Paralelo ao trabalho do INCRA, o SPU tem também cadastrado famílias ribeirinhas e concedendo títulos de autorização de uso (TAU), como mostra a tabela abaixo:

| Tabela 14 - Relação das Autorizações de Uso emitidas pela SPU |                      |                 |
|---------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| Município                                                     | Famílias cadastradas | TAU'S entregues |
| Afuá                                                          | 5003                 | 3042            |
| Anajás                                                        | 1850                 | 1243            |
| Bagre                                                         | 856                  | 645             |
| Breves                                                        | 2862                 | 1680            |
| Chaves                                                        | 1.762                | 238             |



| Tabela 14 - Relação das Autorizações de Uso emitidas pela SPU |                      |                 |
|---------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| Município                                                     | Famílias cadastradas | TAU'S entregues |
| Curralinho                                                    | 2.939                | 1380            |
| Cachoeira do Ararí                                            | 1.762                | 685             |
| Gurupá                                                        | 2208                 | 1230            |
| Melgaço                                                       | 1600                 | 1108            |
| Muaná                                                         | 463                  | 370             |
| Portel                                                        | 4.200                | 3.490           |
| Ponta de Pedras                                               | 370                  | 135             |
| São Sebastião da Boa Vista                                    | 2.022                | 1.796           |
| <b>Total</b>                                                  | <b>25.808</b>        | <b>15.246</b>   |

Fonte: Superintendência do Patrimônio da União - setembro de 2011

Em Ponta de Pedras, notou-se que a partir da presença de agentes da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e da entrega, por parte do INCRA, dos títulos de concessões de uso da terra aos ribeirinhos, o domínio de alguns donos de terras vem perdendo força, quando da entrega.

Em Gurupá, há 01 Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista, o Camutá do Pucuruí em Gurupá, com área de 17.000 hectares, beneficiando 24 famílias. Ainda neste município, existem 83 mil hectares gerenciados pela Associação dos Remanescentes de Quilombos e 2 mil hectares da comunidade Maria Ribeira, áreas estas já tituladas.

A ausência de regularização fundiária na parte oriental do Marajó impede acesso ao crédito para a produção e a participação em outras políticas públicas, além de fortalecer os padrões - pessoas que se auto-intitulam donos de terras e que permitem o acesso aos recursos naturais mediante a meia (espécie de pagamento pela utilização do recurso).



Em nossa pesquisa, os conflitos relacionados à posse da terra melhor percebidos foram em Salvaterra e Cachoeira do Ararí, coincidentemente lugares com nenhuma e/ou pouca presença da política de regularização das comunidades rurais.

Cachoeira do Ararí apresenta uma enorme disparidade entre os grandes latifúndios e as numerosas famílias extrativistas. De um lado, têm-se um grande número de terra na mão de poucos gestores; de outro, têm-se um grande número de famílias sendo suprimidas pelo crescimento desses latifúndios. Para piorar a situação, o acesso dos extrativistas às áreas de mangue e florestas, que estão dentro do território dos latifúndios, é restrito, o que dificulta ainda mais o trabalho dessas famílias, gerando grande insatisfação local.

Muitos relatos apontaram para possíveis conflitos territoriais gerados principalmente pela concentração fundiária, que na fala de vários interlocutores se apresenta como problemática. Segundo eles, a cidade não tem mais área para se expandir devido ao crescimento desmesurado dos grandes latifúndios locais. Dona Ester revela que os pequenos e médios criadores de animais, que antes estavam acostumavam a alugar pastos para a criação de seus rebanhos, hoje, já não mais dispõem dessa opção, já que essas áreas estão todas sob tutela dos latifundiários que não aceitam esse tipo de transação.

Em Salvaterra e Cachoeira do Ararí, as casas localizadas nos bairros centrais estão documentadas com título de posse fornecido pelo INCRA e cadastro realizado junto às prefeituras municipais. A maioria dos terrenos foi herdada; os outros foram invadidos há bastante tempo. Existe pouca ocorrência de conflitos fundiários na área urbana. No entanto, na área rural, há diversos conflitos, principalmente nas comunidades quilombolas.

### **5.3. Comunidades Quilombolas**

O *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó*, no capítulo 5 - *Estratégias de Implementação do Plano*, subitem 5.1 – Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental, entende que o “ordenamento do território marajoara emerge como o alicerce para todas as demais medidas visando ao pleno desenvolvimento da região.” O Plano chamava a atenção para a urgência na regularização das terras de quilombos. Na época, segundo o Plano, na mesorregião do Marajó existiam 40 comunidades quilombolas, distribuídas em nove municípios: Gurupá, Anajás, Curralinho, Bagre, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure e



Salvaterra, sendo que apenas Gurupá possuía comunidades com suas terras reconhecidas e regularizadas.

O Plano recomendava a aceleração pela Superintendência do INCRA em Belém dos processos já em curso de regularização fundiária de quatorze quilombos existentes, na época, nos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Currealinho, assim como o início do processo de regularização dos demais municípios. No entanto, como mostrado a seguir, o processo de regularização das terras quilombolas pouco avançou de 2007 para o período da pesquisa.

Em Salvaterra, em 3 comunidades quilombolas (Bacabal, São Benedito da Ponta e Cricari), moradores nos relataram que suas terras estão sendo suprimidas, pois tem ocorrido perda de parte de seus territórios para as grandes fazendas.

Moradores da comunidade quilombola São Benedito da Ponta relataram dois casos de conflitos por terra. O primeiro está relacionado à recente invasão de uma propriedade particular – conhecida por “terreno do francês”. Os invasores se constituem de famílias vindas de Belém, e de municípios vizinhos à Salvaterra. Esta questão foi resolvida com a presença do proprietário no local, e a polícia militar em conjunto com o poder judiciário. Parte da área ocupada foi negociada com os invasores que pagaram certa quantia ao “francês”, que propôs essa resolução para o conflito. Os moradores de São Benedito da Ponta contam que a falta de documentação das terras inviabiliza a instauração de processos judiciais. Sem o título de propriedade, eles temem perder definitivamente suas áreas para os fazendeiros.

Em outro caso, os moradores da comunidade Cricari relataram que uma grande fazendeira da região “cercou” o caminho que dá acesso ao rio onde os quilombolas pescam. Houve casos de violência dos capatazes da fazendeira contra alguns quilombolas que protestaram. Os quilombolas argumentam que o rio sempre se encontrou no limite de suas terras. Nenhuma forma de intervenção ocorreu para solucionar este problema e o poder público até agora não interveio. Os moradores da comunidade Cricari, denunciam a demora do INCRA em regularizar as terras e garantir a titulação da área. A ausência de segurança fundiária enfraquece a mobilização social, dificulta a liberação de financiamentos para expansão da produção agrícola e criação de animais.





Em Salvaterra, existem 16 comunidades remanescentes quilombolas<sup>6</sup>. Atualmente somente seis possuem a certidão concedida pela Fundação Cultural Palmares – Campina, em 2004; Bacabal, Rosário, Santa Luzia e Vila União, em 2006; e Boa Vista, em 2007<sup>7</sup>. Há também situações de comunidades que, apesar de remanescentes quilombolas, não conhecem suas origens. São poucos os estudos antropológicos e muitas são as dificuldades para efetuar-los: a equipe de antropólogos do INCRA é reduzida, algumas comunidades acabam não se declarando como tal, tanto pela falta de informação quanto pelo constante preconceito que sofrem.

Em Cachoeira do Arará, na comunidade quilombola de Gurupá, os conflitos estão relacionados principalmente ao extrativismo vegetal, mais especificamente à coleta do açaí. Seu Osvaldo relata que há 30 anos, 28 famílias tiveram suas casas incendiadas a mando de um fazendeiro local, o mesmo que hoje cerca as áreas de sua propriedade para que a comunidade não tenha acesso, “Ele usa a violência contra quem entra na fazenda (...) já fui ameaçado de morte”. Segundo seu Osvaldo, devido a esse conflito, atualmente, há um processo sob júdice tramitando na esfera federal.

Também nos foi relatado o problema recém gerado pela chegada dos arrozeiros – oriundos de áreas desapropriadas pelo Governo Federal no Estado de Roraima, como a da *Reserva Indígena Raposa Serra do Sol*. Os relatos apontam que eles chegaram à região em julho de 2010 e que aos poucos estão comprando e cercando diversos lotes de terras. A compra, limpeza da área e cercamento dos terrenos se dão de forma rápida, “silenciosa” e descontrolada. A preocupação gerada se dá em relação a localidade onde eles estão se estabelecendo, já que trata-se de áreas onde se localizam os tesos e devido a essa ocupação irregular, há o receio de haver uma grande perda do patrimônio histórico e cultural do município.

Igualmente há a questão que diz respeito à uma ameaça ambiental, já que estes arrozeiros estão ocupando campos alagados do município, e há grande receio de que essas áreas sejam contaminadas com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, o que geraria grandes impactos ambientais para a população. Por isso, há uma demanda, por parte da comunidade, de se mobilizar e averiguar qual a real intenção desses grupos, para certificar-se de que não haja grandes

---

<sup>6</sup> Segundo o assessor do prefeito, Sr. Carlos Antônio de Oliveira Moraes.

transtornos. Ao mesmo tempo, o resto da comunidade é vista de forma hostil pelos arrozeiros, o que gera um clima de tensão entre estes. Em entrevista, seu Nicolau – membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – revelou que tem medo dos arrozeiros, “eles já brigaram até com os índios, quem dirá com o prefeito!”. Ainda que eminente, e de conhecimento do prefeito local, nenhuma forma de intervenção por parte do poder público, ocorreu até o momento a fim de solucionar este conflito.

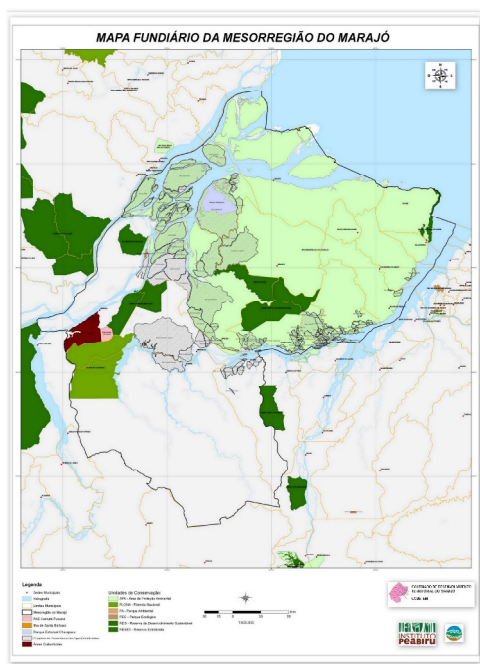


Figura 15 – Mapa de ordenamento fundiário até novembro de 2011

É importante salientar que esses territórios comunitários não devem ser caracterizados somente por seus limites físicos, como também pelo controle e gestão de seus recursos naturais. A identidade coletiva das 20 comunidades quilombolas que hoje pleiteiam a oficialização de suas terras e das outras comunidades ribeirinhas do Marajó é criada e desenvolvida através da construção social do território por homens, mulheres e jovens, cada com sua contribuição e modo de vida. O avanço fundiário no Marajó representa 23% de seu território, fruto da mobilização das organizações locais.

<sup>7</sup> Fonte: [http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/comunidades\\_certificadas\\_fcp.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/comunidades_certificadas_fcp.pdf).



## 6. Estratégias econômicas

Nas últimas décadas, os métodos de produção tradicionais do Marajó se mantiveram quase que estáveis ao longo do tempo, mostrando forte resiliência às diferentes fases de produção agrícola que ocorreram na Amazônia. Mesmo com uma retomada recente tanto na questão da fruta do açaí ou exportação de gado bubalino, pouca diferenciação tem sido observada na economia rural do Marajó.

A economia ainda se baseia, em sua maior parte, na exploração dos recursos florestais, dos campos naturais e aquáticos, com forte histórico de exploração madeireira predatória, que agora se encontra diminuídos de maneira significativa pela maior fiscalização de órgãos ambientais nos últimos anos e pela influência do mercado de exportação de madeira, o que tem causado falências e desemprego em municípios como Breves e Portel. Em 2010, com a publicação de leis que permitem a aprovação de planos de manejo florestal de pequena escala – planos de manejo familiares – há um recomeço ainda de forma embrionária de madeira com procedência de áreas comunitárias.

O potencial de fruticultura, rizicultura ou de borracha são cultivos que se alternam na lógica produtiva sem trazer grandes modificações às condições de desenvolvimento socioeconômico, com a região ainda enfrenta grandes desafios causados pela forte desigualdade social.

As dificuldades de transporte, armazenamento, escoamento da produção, capacitação técnica de mão de obra local, sem falar na dificuldade de atração de empresas, são premissas do processo de desenvolvimento econômico que não se alteraram desde a época de construção do *Plano Marajó*. Tais entraves possibilitam ainda uma relação de poder altamente desequilibrada entre atravessadores e produtores, com desvantagens para os últimos.

As estratégias econômicas das comunidades visitadas no Marajó combinam principalmente as seguintes atividades: extração de produtos florestais não madeireiros (principalmente açaí e palmito), exploração madeireira, pesca artesanal, agricultura, criação de pequenos animais e pecuária. O trabalho assalariado/aposentadoria (em menor escala) e os programas sociais - bolsa família (em maior) complementa a renda de famílias marajoaras. A importância de cada uma dessas atividades para geração de renda varia entre comunidades e épocas e envolve diferentes membros da unidade familiar.



### 6.1. Unidade de produção

Nas comunidades visitadas, a família e seu terreno compõem a referência para a produção, escoamento e o consumo dos produtos. A unidade familiar (casa) é o limite da unidade econômica das comunidades. A produção é organizada com base nas relações de parentesco, já que os moradores da casa, quase que exclusivamente, são membros da mesma família. A divisão do trabalho é estruturada com base no sexo e na idade dos membros da unidade familiar. A principal autoridade da unidade familiar é o marido. No entanto, é com sua esposa, mesmo que não reconhecida muitas vezes como também protagonista do processo, que ele organiza as atividades econômicas, com distribuição das tarefas entre o casal e os filhos. Na pesquisa, é nítido que, principalmente, os jovens e as mulheres das famílias, almejam, cada vez mais, os serviços oferecidos pelas cidades.

### 6.2. Extração florestal não-madeireira

Segundo o IBGE (2009), o valor da produção de produtos florestais não-madeireiros no Marajó foi superior aos R\$ 43 milhões. A produção de açaí representa mais de 86% desse valor, seguido pelo palmito e castanha-do-pará, com respectivamente 9% e 1,7% do total..

| Tabela 15 - Produtos Florestais Não-Madeireiros –<br>Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |          |          |                  |         |                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|------------------|---------|-----------------|
| Município                                                                                                         | Produtos |          |                  |         |                 |
|                                                                                                                   | Açaí     | Palmito  | Castanha-do-pará | Outros* | Total Município |
| Afuá                                                                                                              | 4.218,00 | 140,00   |                  |         | R\$ 4.358,00    |
| Anajás                                                                                                            | 1.500,00 | 2.185,00 |                  | 10,00   | R\$ 3.695,00    |
| Bagre                                                                                                             | 206,00   | 10,00    | 36,00            |         | R\$ 252,00      |
| Breves                                                                                                            | 1.560,00 | 300,00   |                  |         | R\$ 1.860,00    |
| Cachoeira do Arari                                                                                                | 2.397,00 | 57,00    |                  |         | R\$ 2.454,00    |



| Tabela 15 - Produtos Florestais Não-Madeiros –               |                      |                     |                   |                     |                      |
|--------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|-------------------|---------------------|----------------------|
| Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |                      |                     |                   |                     |                      |
| Município                                                    | Produtos             |                     |                   |                     |                      |
|                                                              | Açaí                 | Palmito             | Castanha-do-pará  | Outros*             | Total Município      |
| Chaves                                                       | 300,00               | 101,00              |                   |                     | R\$ 401,00           |
| Curralinho                                                   | 1.620,00             | 95,00               | 40,00             | 19,00               | R\$ 1.774,00         |
| Gurupá                                                       | 76,00                | 143,00              | 9,00              |                     | R\$ 228,00           |
| Melgaço                                                      | 4,00                 | 3,00                | 14,00             | 65,00               | R\$ 86,00            |
| Muaná                                                        | 8.505,00             | 492,00              |                   |                     | R\$ 8.997,00         |
| Ponta de Pedras                                              | 10.257,00            | 7,00                |                   |                     | R\$ 10.264,00        |
| Portel                                                       | 640,00               | 80,00               | 675,00            | 1.170,00            | R\$ 2.565,00         |
| Salvaterra                                                   |                      |                     |                   | 3,00                | R\$ 3,00             |
| São Sebastião da Boa Vista                                   | 5.801,00             | 294,00              |                   |                     | R\$ 6.095,00         |
| Soure                                                        |                      |                     |                   | 13,00               | R\$ 13,00            |
| <b>Total Produto</b>                                         | <b>R\$ 37.084,00</b> | <b>R\$ 3.907,00</b> | <b>R\$ 774,00</b> | <b>R\$ 1.280,00</b> | <b>R\$ 43.045,00</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009; \* Outros - Somatória do valor da produção de Pequi, Tanantes, Copaíba, Castanha de Caju e Latex

## Açaí

A tabela a seguir apresenta em ordem decrescente a valor da produção e percentual de participação de cada município na cadeia produtiva do açaí no Marajó:



| Tabela 16 - Produtos Florestais Não-Madeireiros (Açaí) -<br>Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |                      |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------|
| Município                                                                                                                | Produtos             |             |
|                                                                                                                          | Açaí                 | % no Marajó |
| Ponta de Pedras                                                                                                          | 10.257,00            | 27,7%       |
| Muaná                                                                                                                    | 8.505,00             | 22,9%       |
| São Sebastião da Boa Vista                                                                                               | 5.801,00             | 15,6%       |
| Afuá                                                                                                                     | 4.218,00             | 11,4%       |
| Cachoeira do Arari                                                                                                       | 2.397,00             | 6,5%        |
| Curralinho                                                                                                               | 1.620,00             | 4,4%        |
| Breves                                                                                                                   | 1.560,00             | 4,2%        |
| Anajás                                                                                                                   | 1.500,00             | 4,0%        |
| Portel                                                                                                                   | 640,00               | 1,7%        |
| Chaves                                                                                                                   | 300,00               | 0,8%        |
| Bagre                                                                                                                    | 206,00               | 0,6%        |
| Gurupá                                                                                                                   | 76,00                | 0,2%        |
| Melgaço                                                                                                                  | 4,00                 | 0,0%        |
| <b>Total Produto</b>                                                                                                     | <b>R\$ 37.084,00</b> | <b>100%</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009

Os municípios que têm melhor participação econômica na cadeia produtiva do açaí são Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista que juntos representam 66,2% de todo o valor da produção da Região. Esses municípios conseguiram ao longo do tempo estruturar um canal de

escoamento da produção para Belém, principalmente por sua localização geográfica. Nesses municípios, os pequenos extrativistas do fruto também dependem de atravessadores, no entanto, há maior “concorrência” e disponibilidade de atravessadores e de canais de escoamento, o que permite às famílias extrativistas o acesso a preços mais justos na cadeia produtiva, se comparadas às famílias de outros municípios do Marajó.



Figura 16 – a valorização da coleta de frutos de açaí nos últimos 10 anos diminuiu drasticamente o corte predatório do palmito no Marajó

Reconhecida pelas altas safras de extração

do açaí, Ponta de Pedras tem explorado este vegetal de diversas formas. Além do vinho, pode-se aproveitar a palmeira (a partir da palha) e o caroço para desenvolver outras atividades econômicas, entre elas o artesanato chama atenção por representar símbolos e formas que vislumbram uma incursão entre pré-história e a atualidade, e/ou vice-versa. Em uma conversa informal com uma artesã do município, ouvimos que “o açaí na época [da safra] tira muita gente da miséria, gente que passa fome”.

Igualmente em outros municípios visitados, o açaí é a maior fonte de renda do município, não se constatando a presença de cooperativas envolvidas na comercialização. de forma que o escoamento se dá pelo atravessador. Cada localidade tem um marreteiro que vende a produção para Belém, Icoaraci e Barcarena. Não obstante isso, as associações comunitárias e Sindicatos de trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem aumentado sua intervenção nos processos de manejo dos recursos naturais, agindo como no caso do Rio Marajoí, em Gurupá ou no Rio Acutipereira, em Portel decisivamente para a diminuição dos altos índices de corte de palmito desenfreado.

É comum ouvir falar na prática do sistema de “meia”, em que o dono da terra fica com metade da produção das famílias. Conforme consta o depoimento do Sr. Wagner de Castro, “o dono da terra quer açaí fresquinho todos os dias e só deixa poucas famílias morarem [no local]”. Sobre informações a respeito do sistema de “meia”, uma das interlocutoras, moradora às margens do rio Ipauçú em Ponta de Pedras esclarece que os peconheiros que moram e coletam o açaí na



propriedade do “patrão” são obrigados a comprarem suas mercadorias no comércio do patrão com base na troca do açaí ou outros itens. E o patrão se recusa a pagar quando os ribeirinhos compram em outros locais. Essa realidade é vista em lugares onde a regularização fundiária não avançara, sobretudo na região leste do Marajó.

Em Muaná, o ambiente da coleta do açaí é tipicamente a várzea, mas com incidência em área de terra firme. É comum encontrar esta vegetação concentrada em grandes maciços naturais, espalhados por amplas áreas, conhecidas como “açaizais”. Em Muaná, a senhora Orlandina Coutinho de Souza relatou à equipe Peabiru que a produção de açaí sai a R\$10 a lata (medida equivalente a 14 kg), e que, no geral, “os marreteiros deixam as rasas pela manhã ou no início da tarde, e retornam ao entardecer, cheias de açaí. Na safra, vem até 50 latas por manhã.”



Figura 17 – Açaizais nativos do rio Pracuúba, em São Sebastião da Boa Vista

Em São Sebastião da Boa Vista, a comercialização ocorre ao longo de toda a extensão do Pracuúba Grande<sup>8</sup>, maior rio do município e considerado o corredor de produção do açaí, com belas paisagens em tons de verde e açaizais em abundância.

No Terra Grande Pracuba ocorrem 2 safras ao ano. Segundo Gilberto Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no período entre os meses de agosto e dezembro, diariamente saem 5 a 6 barcos carregados do fruto, algo em torno de 20.000 latas por dia (cada lata comporta 14 quilos de açaí *in natura*) ou seja, cerca de 280 toneladas/dia. Outra safra com menor produção se estende de janeiro a março.

Na comunidade Paz e Amor (Pracuúba Grande), o vereador “Zequinha do PT”, vice-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de São Sebastião da Boa Vista, comentou sobre o

---

<sup>8</sup> No inverno, quando os campos estão alagados, o rio Pracuúba Grande liga S S da Boa Vista a outros municípios (Cachoeira do Arari, Anajás, Ponta de Pedras, Muaná, Abaetetuba). É este um dos caminhos utilizado pelos compradores de açaí que vem de Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri.



**papel do atravessador:** “não organizamos o escoamento da produção, chegaram os grandes atravessadores, estamos nas mãos deles (...) nós demos asas ao atravessador, aí eles enricam e nós...”. E quanto aos benefícios que poderia advir da união a partir de uma cooperativa, o vereador fez referências ao individualismo como um elemento que dificulta as ações socioeconômicas organizadas em grupo.

Senhor Joferino, presidente da Cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó, explicou o esquema de atravessadores: existe o primeiro atravessador (que é morador da região) que no período da safra do açaí, paga ao produtor R\$ 7,00 pela lata que comporta 14 quilos. O segundo atravessador é também morador da região, porém é detentor de maiores recursos e, geralmente, possui um barco que comporta mais de 2000 litros e paga ao primeiro atravessador R\$ 8,00 pela lata, vendendo nas fábricas a R\$ 10/12 a lata. Segundo senhor Joferino este é o que mais lucra em todo o processo.

A produção de açaí na época da safra movimenta as comunidades ribeirinhas. Famílias inteiras, jovens, mulheres e crianças, adentram o “mato” e coletam ou, para usar a expressão deles, *apanham* toneladas de açaí que abastece o mercado do Pará e de outros Estados, como Macapá e o Amazonas. E as mulheres, apesar de nem sempre ter visibilidade neste processo, atuam de maneira incansável na “lida do açaí”.

Conhecemos, na região do Pracuúba, na comunidade São Francisco, Dona Izabel dos Anjos, de 66 anos, cuja casa, todos (filhas, genros, netos) se reúnem diariamente. Conversamos sobre o cotidiano da senhora que nos contou que todo o dia, após cuidar da casa, da criação, e do almoço, tece até ao anoitecer. Produz paneiros finos feitos de arumã, que ela mesma apanha no mato. A fibra é coletada nas proximidades de casa, mas também a longa distância que Dona Izabel vence remando seu *casquinho*. Com o arumã se faz o paneiro fino e a peneira rasa para o açaí, se faz também o paneiro para carregar mandioca. “As pessoas encomendam e pegam aqui mesmo em casa”.

O tempo de trabalho gasto para tecer uma cesta para açaí é de um dia de trabalho. Dona Izabel trabalha também com a fibra do miriti pra fabricar o **tipiti**, que é utilizado para *espremer* a massa da mandioca, separando o líquido destinado ao tucupi, da massa que será utilizada na feitura da farinha. Ela apanha no mato o miriti, prepara as talas, põe para secar por três dias e depois começa a tecer. A fabricação do tipiti começa com quarenta e oito talas e termina com o mesmo

numero de talas: “é fácil fazer, tô acostumada nesse trabalho, gosto de fazer (...) comecei com doze anos”. O tipiti é vendido por R\$ 16 o par, o paneiro fino para açaí e mandioca sai a R\$ 15.

São muitas as famílias cujas mulheres se ocupam da tecedura dos utensílios indispensáveis na época da safra do açaí, Dona Izabel nos falou um pouco sobre o papel destinado a mulher nesta cadeia produtiva. Existem as peconheiras (a que escala a palmeira para apanhar os cachos, coisa que Dona Izabel também faz).

Pensar a dinâmica que movimenta econômica e socialmente as vilas ribeirinhas é pensar o significado e a tradição da presença do açaí na mesa dos marajoaras (ou dos paraenses). Ouvimos de um ribeirinho em Pracuúba Grande “aqui a gente é dependente do açaí (...) ele é mais da metade da nossa alimentação, pra um litro do açaí é 300g de comida”. E falei com pessoas que dizem preferir não comer se não tiver açaí à mesa. Um fator relevante ligado as práticas alimentares e que influencia a economia de toda uma região.



Figura 18 – Reunião para discutir a cadeia de valor do açaí no rio Canaticu, em Currallinho.

Em Currallinho, na região do rio Canaticu, local de grande produção de açaí, conhecemos o Sr. Miguel Baratinha de Moraes, 45 anos, nascido no Canaticu, e cuja família está fixada na localidade desde os tempos de seus bisavós. Segundo ele, a região produz na safra do açaí em torno de 8.500 latas (medida que equivale a 14 kg) ao dia. Mais de 20 associações distribuídas nos Igarapés Pagão, Pariacá e Arassacá se reuniram e formaram uma cooperativa – a CARCI – Central de Associação do Rio Canaticu - com a finalidade de beneficiar os produtores locais a partir do controle sobre o escoamento da produção, visando eliminar o atravessador e aumentar o lucro.

Em longa entrevista, Miguel Baratinha, presidente da Central (forma como se referem à cooperativa), contou que o início do processo de implantação não foi simples, pois os associados não acreditavam na proposta de criação da cooperativa. Havia um clima de desconfiança: “perdemos credibilidade porque ao longo dos anos a maior parte não acreditava nessa organização porque as



pessoas trabalhavam de uma forma, usando o nome da entidade e se dando bem sozinho (...) fulano quer ser o presidente, quer organizar pra chegar lá e cobrar pra ele só né, e abandonar a gente”. E acrescenta que “hoje não temos dificuldade de reunir as pessoas porque está dando certo”.

Quando perguntamos como passou a dar certo, Miguel Baratinha explicou que iniciaram um trabalho em mutirão para o aumento da produção, escolheram um grupo para fazer o manejo do açazal, o que fez a produção crescer gradativamente de um ano para o outro “a gente fez um acompanhamento, trazendo os técnicos e orientando, aí a gente teve aquele crédito de credibilidade dos sócios, daí a gente teve como parceria a EMATER (...) o Banco da Amazônia vai estar com nós também (...) conseguimos parceria com o SEBRAE, fazendo um curso aqui, tá vindo os consultores”.

E sobre os resultados, o produtor explicou que, “há três anos nosso açaí era vendido a um preço muito baixo (chegamos a 0,50 centavos a lata), articulamos com a FETAGRI e a SAGRI – Secretaria da Agricultura - um barco pra fazer a escoação dessa nossa produção diretamente - temos um barco para 43 T - a partir daí o açaí não passou [não diminuiu] de 5 reais a lata – o povo veio a acreditar porque viu os resultados”.

Um caminho para esse resultado foi a articulação da liderança que tinha contato com um funcionário da SAGRI; teve apoio de alguns políticos, dentre os quais se destaca, o vereador Marquinhos do PT (nascido no Canaticu) que fez articulação com as instituições e “o projeto foi aprovado, com seis meses nós fizemos o barco”. Recentemente a experiência do Canaticu esteve no II Salão Nacional dos Territórios Rurais, Territórios da Cidadania em Foco, ocorrido em Brasília e promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foram apresentadas 1.800 boas práticas das quais 150 foram selecionadas, para formar o catálogo Boas Práticas Territoriais. A Central do Canaticu figura na página 36 sob o título, **Açaí Marajoara nas Comunidades Ribeirinhas**.

A partir dos depoimentos de Miguel Baratinha, foi possível analisar que o êxito da Central pode estar relacionado a credibilidade que os membros das associações deram ao projeto; ao acesso aos caminhos burocráticos para a constituição da cooperativa, e, relacionado a esta questão, o contato com pessoas nas instituições; e acima de tudo o nível de participação, interesse e poder de articulação dos líderes à frente do processo.

Sobre a infraestrutura, Baratinha falou sobre a necessidade de agências bancárias na região, que uma vez instaladas iria facilitar muito a vida dos ribeirinhos de uma forma geral, já que



estes precisam se deslocar para Breves ou Belém para receberem recursos de seguro-defeso e outros pagos nessas instituições (este é um problema recorrente em boa parte dos municípios do Marajó), “estamos reivindicando as agências do Banco do Brasil, se comprometeram de colocar 12 Bancos do Brasil no Marajó – 7 para inauguração em dezembro”. E complementa que “o sofrimento é muito grande na época de pagamento e também a dificuldade de movimentar os recursos para crédito”.

Em Currálinho, nas comunidades do Canaticu, o peso do açaí na economia é muito grande, conforme depoimentos do líder do rio Pagão, que ilustra na fala a seguir o significado do “ouro negro” na economia da região:

“a nossa economia é o açaí por causa que a madeira tá em fase de fechar o corte da madeira, o corte do palmito só com manejo, com licença ambiental. Então quando tarda a produção do açaí, a economia fica quase zerada, aí se conta com economia de aposentado, de funcionário, daí que vai vir movimentação do dinheiro”.

Em Afuá, segundo um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Antônio Batista “o forte mesmo do município é a extração de açaí proveniente do manejo e o aproveitamento do palmito. Entorno do ano 2000 o açaí superou o palmito. A Ilha do Meio é maior área produtora de açaí com 1000 a 1500 rasas por dia na safra”. Existem aproximadamente 16 associações agroextrativistas. O município também comercializa óleos vegetais. A farinha consumida na sede vem de Belém. Nas localidades de Serraria Grande e Ilha Queimada, faz-se manejo de açaí e produção de óleo vegetal.

Em Afuá, o açaí chega bem cedo à feira onde os compradores já o aguardam. O preço do produto é definido consoante a procura e a demanda do dia como num leilão. Muitas vezes o produto já tem um comprador definido, mas o preço é definido no local, a “pedra”. Em média são consumidas na cidade 400 latas/dia, o que equivale a 2.700 litros/dia. Um mercado bem consolidado em Afuá é o de venda do “vinho” de açaí. Existem entorno de 100 batedores de açaí que estão

organizados em Associação. Na feira circulam entorno de 40 desses batedores. A feira é responsável por 50% do açaí da sede de Afuá. Estima-se também que 70% do açaí consumido em Macapá seja de origem afuaense. Segundo Luis Claudio, batedor de açaí, o açaí que chega a Belém com o rotulo de Macapá é proveniente de Afuá.

Em Afuá, uma saca grande custa (valores verificados em 2010) entre R\$ 48 a R\$ 60, rende quatro latas ou dois saquinhas. A safra é de Janeiro a Agosto. O preço varia de R\$ 80 a R\$ 32 a saca. O açaí vem das comunidades ribeirinhas trazidas geralmente pelos próprios produtores com embarcações próprias, entretanto quando o produtor não a possui ele vende na própria propriedade para outros produtores, que estão indo à feira, ou a marreteiros. Estes compram a R\$ 32 e revendem a R\$ 48.

Em Afuá, Edilson de 50 anos, produtor de açaí entrevistado na feira do produtor, reside em Serraria Grande a 3 horas de distância (ou 20 litros de óleo diesel). Vende o paneiro de açaí a aproximadamente R\$ 15. Além de seu açaí, vende também a produção comprada de produtores vizinhos a R\$ 12. Faz parte da Associação dos Trabalhadores Rurais e teve acesso ao Pronaf (4 vezes) para o manejo de açaí através da EMATER. Informar que vai solicitar 5º financiamento de R\$ 3.000,00. Este desejo de financiamento tem sido de maneira razoável atendido pelos programas de crédito. Somente pelo Banco da Amazônia, de acordo com informe de sua Diretoria de Infraestrutura de Negócios – DINEG – no período de 2007 a 2010, 27,70 milhões de reais foram aplicados em todo o Marajó, beneficiando cerca de 14 mil famílias<sup>9</sup>.

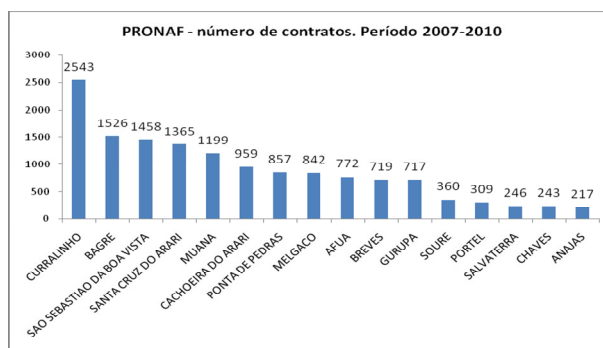


Figura 19 – Número de contratos Pronaf firmados no Marajó por município. Fonte: DINEG/ Banco da Amazônia

<sup>9</sup> Informações repassadas em junho e 2011 pelo Banco da Amazônia





Ainda em Afuá, além do açaí, na casa do senhor Edilson, sua esposa trabalha na coleta de sementes de murumuru para a extração de óleo. A semente é enviada para Belém a R\$ 2,00/Kg. A Associação dos Trabalhadores Rurais local pretende adquirir máquina para a extração do óleo. Na roça planta, banana, cana, macaxeira e cará. Também extrai areia.

Na sede municipal de Afuá, segundo o secretário de Agricultura, o consumo de açaí da cidade é de 8 a 10 mil rasas ao mês. Na Ilha dos Porcos e Ilha Queimada essa quantidade é extraída diariamente durante a safra e vai direto para Belém. Grande parte dos Pronafs é para essa região. É a região rural mais rica e grande parte dos produtores possui transporte próprio para vender diretamente em Macapá.

Em Gurupá, a produção de açaí chega, em dados subestimados, a 800.000 latas na safra. Os locais de maior produção são os rios Marajoí, Moju e Mararu, além do Distrito do Itatupã. Em 2009 a média de preço foi de R\$ 9 a lata e no momento da pesquisa, estava a R\$ 14. “Antes da década de 80 o açaí produzia apenas durante três meses no ano, hoje em dia, com a aplicação do manejo, produz o ano todo”, relatou-nos o Sr. Avaré, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) na época da entrevista. De modo geral, o manejo florestal comunitário não madeireiro trabalhado pelo movimento social em Gurupá diminuiu substancialmente a exploração predatória de palmito, com ferramentas participativas como o plano de uso dos recursos naturais e as técnicas de campo fundamentais para esta virada de mentalidade. Outras atividades são a extração de madeira, palmito, pesca, produção de cacau, cipó e buriti.

Em Breves, na Colônia Tancredo Neves (conjunto de comunidades situadas em área de terra firme e localizadas às proximidades da PA-159 – rodovia que deveria ligar Breves a Anajás e que, no entanto, não foi concluída, apesar de constar no mapa do município), o açaí é plantado, seja individualmente, seja em forma de mutirão, nas propriedades familiares. Além da venda do açaí, há troca por outros produtos, já que não conseguem comercializar toda a produção devido ao transporte – uma caçamba cedida pela prefeitura – ser limitado. No período da safra, o valor médio da lata de açaí é de R\$ 3,00; na entressafra o preço da lata pode chegar até R\$ 70. Verifica-se que os produtores não estão organizados para comercializar os produtos.

A “lida” do açaí possui outras especificidades quando adentramos a área de várzea do município. Entrevistamos Amiraldo, 26 anos, nascido na região e presidente da Associação dos





Trabalhadores Agroextrativistas do rio Jupatituba, que nos contou como tem ocorrido a dinâmica de comercialização do açaí produzido na localidade: a maior dificuldade é comercializar para a sede do município de Breves, distante 2 horas (de rabeta) da comunidade do Jupatituba. A alternativa foi encontrada a partir de uma espécie de cooperativa informal, “cada um dá um valor para pagar o barco que leva o açaí (...) são vários barquinhos”. Amiraldo explica que desta forma o custo para cada produtor é reduzido, cada barco comporta em média 150 latas de açaí, vendido na época da safra (final de junho até outubro) por 10 reais a lata, chegando à entressafra a 60 reais. O manejo florestal de açazais é uma prática relativamente recente na região, com formação dos primeiros grupos em 2007.

Uma alternativa a que os produtores também têm recorrido é a venda da produção para o dono de uma despoldadeira – que beneficia e vende o açaí em polpa para sede do município e outras localidades. Este comprador, oriundo do sul do Pará, reside na “boca” do Jupatituba, a 25 minutos de distância do produtor, que, desta forma, tem o custo com o transporte reduzido.

### Palmito

A tabela a seguir apresenta em ordem decrescente a valor da produção e percentual de participação de cada município na cadeia produtiva do palmito no Marajó:

| Tabela 17 - Produtos Florestais Não-Madeireiros (Palmito) - Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |          |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|
| Município                                                                                                                |          |             |
|                                                                                                                          | Palmito  | % no Marajó |
| Anajás                                                                                                                   | 2.185,00 | 55,9%       |
| Muaná                                                                                                                    | 492,00   | 12,6%       |
| Breves                                                                                                                   | 300,00   | 7,7%        |
| São Sebastião da Boa Vista                                                                                               | 294,00   | 7,5%        |
| Gurupá                                                                                                                   | 143,00   | 3,7%        |
| Afuá                                                                                                                     | 140,00   | 3,6%        |

| Tabela 17 - Produtos Florestais Não-Madeireiros (Palmito) - Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |                     |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------|
| Município                                                                                                                |                     |             |
|                                                                                                                          | Palmito             | % no Marajó |
| Chaves                                                                                                                   | 101,00              | 2,6%        |
| Curralinho                                                                                                               | 95,00               | 2,4%        |
| Portel                                                                                                                   | 80,00               | 2,0%        |
| Cachoeira do Arari                                                                                                       | 57,00               | 1,5%        |
| Bagre                                                                                                                    | 10,00               | 0,3%        |
| Ponta de Pedras                                                                                                          | 7,00                | 0,2%        |
| Melgaço                                                                                                                  | 3,00                | 0,1%        |
| <b>Total Produto</b>                                                                                                     | <b>R\$ 3.907,00</b> | <b>100%</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009



Figura 20 – A produção de palmito ainda tem o desafio no Marajó de vir de área com manejo florestal.

O município de Anajás representa sozinho 55,9% da produção de palmito contabilizada pela IBGE no Marajó. Muana aparece na sequência com 12,6% da produção. A produção dos 2 municípios somadas representa 68,5% da rentabilidade da cadeia.

Em Anajás, a produção de palmito é a segunda maior fonte de renda das famílias, junto com a exploração de madeira e atrás apenas do açaí. Existem somente na sede, 5 fábricas de grande porte de palmito. Elas se diferenciam das “fabriquetas” (mais de 100 distribuídas pelo município) por possuírem alvará e registro de

funcionamento e algumas por possuírem áreas próprias de manejo de açazal. Porém o palmito das áreas de manejo não é suficiente para satisfazer a demanda de produção. Diariamente chegam barcos cobertos com palmito da região, trazidos por moradores das áreas rurais, o que não garante



uma produção 100% manejada das fábricas. Segundo o gerente da fábrica Rio Mar, com a valorização do açaí, poucas pessoas extraem o palmito das áreas produtivas do fruto e grande parte é oriunda do manejo realizado pelos próprios comunitários em seus açais.

O palmito produzido em Anajás vai para Belém, São Paulo e Rio de Janeiro (informações apenas das 3 fábricas visitadas). A fábrica Rio Mar envia para Belém 15 toneladas por semana. Em conversa com um comerciante independente de palmito, fomos informados que provavelmente parte dessas toneladas são oriundas das fabriquetas, pois no seu posto de comercialização ele recebe caixas cheias de palmito e já entrega frascos vazios e rotulados. Ele envia para Belém 500 caixas por semana. Na lógica que cada pote precise de 3 estipes derrubadas em média para gerar palmito e que uma caixa comporte 15 potes, pode-se concluir que a fábrica Rio Mar precise de um fornecimento de 22.500 estipes cortadas por semana ou 90.000 estipes/mês.

### 6.3. Exploração florestal madeireira

Segundo o IBGE (2009), o valor da produção de produtos florestais madeiros no Marajó foi de aproximadamente R\$ 118 milhões. A madeira em tora continuar ser o produto economicamente mais importante da Região, com valor de produção de R\$ 116.161,00 (98,5%).

| Produtos Madeiros - Classificação com base no Valor da Produção<br>(em mil reais) |                 |                  |                           |                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|---------------------------|-----------------|
| Município                                                                         | Produtos        |                  |                           |                 |
|                                                                                   | Madeira em tora | Madeiras - lenha | Madeiras - carvão vegetal | Total Municipal |
| Afuá                                                                              | R\$ 1.440,00    | R\$ 27,00        | R\$ 2,00                  | R\$ 1.469,00    |
| Anajás                                                                            | R\$ 9.000,00    | R\$ 312,00       | -                         | R\$ 9.312,00    |
| Bagre                                                                             | R\$ 5.200,00    | R\$ 4,00         | -                         | R\$ 5.204,00    |
| Breves                                                                            | R\$ 4.800,00    | R\$ 195,00       | R\$ 100,00                | R\$ 5.095,00    |
| Cachoeira do Arari                                                                | -               |                  |                           | R\$ 0,00        |
| Chaves                                                                            | R\$ 50,00       | R\$ 24,00        | R\$ 2,00                  | R\$ 76,00       |



| Produtos Madeireiros - Classificação com base no Valor da Produção<br>(em mil reais) |                       |                     |                           |                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------|
| Município                                                                            | Produtos              |                     |                           |                       |
|                                                                                      | Madeira em tora       | Madeiras - lenha    | Madeiras - carvão vegetal | Total Municipal       |
| Curralinho                                                                           | R\$ 1.800,00          | R\$ 120,00          | R\$ 13,00                 | R\$ 1.933,00          |
| Gurupá                                                                               | R\$ 8.906,00          | R\$ 28,00           | R\$ 1,00                  | R\$ 8.935,00          |
| Melgaço                                                                              | R\$ 1.000,00          | R\$ 182,00          | -                         | R\$ 1.182,00          |
| Muaná                                                                                | R\$ 5.280,00          | R\$ 210,00          | R\$ 27,00                 | R\$ 5.517,00          |
| Ponta de Pedras                                                                      | R\$ 206,00            | R\$ 210,00          | R\$ 31,00                 | R\$ 447,00            |
| Portel                                                                               | R\$ 78.000,00         | R\$ 65,00           | R\$ 40,00                 | R\$ 78.105,00         |
| Salvaterra                                                                           | -                     | R\$ 39,00           | R\$ 6,00                  | R\$ 45,00             |
| São Sebastião da Boa Vista                                                           | R\$ 479,00            | R\$ 129,00          | R\$ 11,00                 | R\$ 619,00            |
| Soure                                                                                | -                     | R\$ 47,00           | R\$ 3,00                  | R\$ 50,00             |
| <b>Total Produto</b>                                                                 | <b>R\$ 116.161,00</b> | <b>R\$ 1.592,00</b> | <b>R\$ 236,00</b>         | <b>R\$ 117.989,00</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009

A tabela a seguir mostra que apesar da exploração madeireira, especialmente seu processamento, ter sido abruptamente interrompida por processos mais rígidos de fiscalização, afetando diretamente os municípios de Portel e Breves, o valor da produção da tora equivale a mais que o dobro do valor de produção de todos os PFNM apresentados acima: **R\$ 43.045,00**.



| Tabela 18 - Produtos Madeireiros - Classificação com base no Valor da Produção<br>(em mil reais) |                       |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|
| Município                                                                                        | Produtos              |             |
|                                                                                                  | Madeira em tora       | % no Marajó |
| Portel                                                                                           | R\$ 78.000,00         | 67,1%       |
| Anajás                                                                                           | R\$ 9.000,00          | 7,7%        |
| Gurupá                                                                                           | R\$ 8.906,00          | 7,7%        |
| Muaná                                                                                            | R\$ 5.280,00          | 4,5%        |
| Bagre                                                                                            | R\$ 5.200,00          | 4,5%        |
| Breves                                                                                           | R\$ 4.800,00          | 4,1%        |
| Curralinho                                                                                       | R\$ 1.800,00          | 1,5%        |
| Afuá                                                                                             | R\$ 1.440,00          | 1,2%        |
| Melgaço                                                                                          | R\$ 1.000,00          | 0,9%        |
| São Sebastião da Boa Vista                                                                       | R\$ 479,00            | 0,4%        |
| Ponta de Pedras                                                                                  | R\$ 206,00            | 0,2%        |
| Chaves                                                                                           | R\$ 50,00             | 0,0%        |
| Salvaterra                                                                                       |                       | 0,0%        |
| Cachoeira do Arari                                                                               |                       | 0,0%        |
| <b>Total Produto</b>                                                                             | <b>R\$ 116.161,00</b> | <b>100%</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009



A atividade madeireira teve grande representatividade na economia do município de Portel, porém com o aumento da fiscalização sobre exploração madeireira, muitas indústrias deixaram de funcionar. O desemprego municipal aumentou significativamente.

Trabalhadores da atividade madeireira desempregados do interior do município e municípios vizinhos migraram para a sede do município de Portel. Muitos bairros surgiram de maneira desordenada, através de invasão de terras. Hoje a cidade vivencia problemas graves como violência, falta de segurança pública e forte desigualdade social, como relatou o radialista JR Lobato.

Entrevistamos Paulo Rebelo, gerente da indústria madeireira LAMITEL Com. e Ind. de Madeiras Ltda. A madeireira foi fundada em 1995, mas só entrou em funcionamento em 1997 com aproximadamente 120 funcionários. Havia cinco mulheres que trabalhavam com resto de madeiras (planar), trabalho de precisão, executado com perfeição pelas mulheres que ganhavam em média R\$ 700. Os homens ganhavam R\$ 500. A diferença salarial entre os sexos ocorria porque as mulheres se organizavam para fazer hora extra.

O gerente informou que a empresa comprava madeiras de outras madeireiras como: Madenorte e Vera Cruz localizadas no município de Breves. As espécies compradas com maior frequência eram: Angelim Vermelho e Jatobá; não informou as madeiras exploradas pela empresa. A exportação para o mercado externo era de 90% e o restante para o mercado local.

Em 2007, a empresa inicia processo de decadência. Atualmente, emprega 12 funcionários e tem 21 processos na justiça (justiça do trabalho e outros que não foram informados). Os trabalhos realizados são: a fabricação de portas, vendidas por dezoito reais para o mercado local; e exportação da espécie Tauarí, vendida para mercado externo (França) custando 500 dólares o metro cúbico.

Breves tem história parecida com Portel, no entanto, os números mostram que foi muito mais afetada pela interrupção da exploração madeireira. A atividade madeireira foi a principal atividade econômica do município durante muito tempo. A indústria madeireira era o ramo que mais gerava empregos na região. No entanto, a pressão sobre a legalização da atividade inviabilizou o negócio, já que grande parte da indústria de extração e beneficiamento da madeira funcionava de forma ilegal.



A crise agravou-se a partir de 2007, gerando grande número de demissões – 2.800 rescisões de 2007 a 2009. Cerca de 30% desses trabalhadores deslocaram-se para outros municípios. Como consequência, houve aumento significativo da violência na cidade e descolamento da mão-de-obra para a construção civil.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Imobiliária de Breves, Sr. Snes Farias, relatou que a partir de 2005, houve uma redução significativa na atividade madeireira. Cerca de 60 a 70% das indústrias existentes no município deixaram de funcionar e as que ainda estão em atividade, operam em níveis reduzidos.

Segundo uma pesquisa da UFPA de Breves, apenas 16% dos trabalhadores demitidos retornaram ao ramo. Atualmente, cerca de 800 a 1000 pessoas trabalham na indústria madeireira de maneira informal (sem carteira assinada). Apenas 500 trabalhadores, aproximadamente, têm os empregos formalizados.

Hoje apenas cinco empresas de grande porte funcionam no município: Reca, Intel, Global, Sangalli e Madeiras Cunha, Madernorte. Dessas, apenas duas empresas trabalham com produtos beneficiados: Intel (São Domingos) e Global Madeiras. As principais espécies comercializadas hoje por essas empresas são: Angelim Pedra, Cupiúba e Quaruba.

Em visita à indústria Sangalli, com quatorze anos de funcionamento, verificamos que a mesma encontra-se com as atividades paralisadas, segundo informações a mais ou menos vinte dias, por falta de matéria-prima. Declararam que estão aguardando licenciamento ambiental dos planos de manejo. A madeira é oriunda de Portel, de projeto de manejo.

Na empresa houve uma redução na produção de 80 m<sup>3</sup> para 35 m<sup>3</sup> de tora/dia. A madeira anteriormente destinava-se exclusivamente ao mercado externo. Os resíduos da matéria-prima passaram a ser utilizado para comercialização, e a empresa investiu em áreas de reflorestamento de Paricá, Mogno, Teca e Sumaúma.

Segundo o Sr. Iranildo de Oliveira, gerente da empresa, a crise está relacionada à transferência de responsabilidade do licenciamento ambiental do IBAMA para Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA), visto que a SEMA não consegue atender a demanda de planos de manejo.

Os municípios de Anajás, Gurupá e Afuá ilustram bem a realidade da exploração madeireira do restante do Marajó. Segundo um moveleiro que também já foi estaleiro em Anajás, a





madeira utilizada para seus móveis vem diretamente da mata, retirada com moto-serra; das serrarias compra apenas tábuas. A madeira é toda do município de Anajás, entretanto já vê dificuldade em se encontrar algumas espécies, como é o caso da Macacaúba (madeira mais valorizada) que vêm de dois lugares, a 14 horas de distância. Também sente a diminuição de espécies como o Piquiá, Jatobá, Cedro (madeira que mais utiliza), Pau de Mastro, Angelim e Virola, o que as torna mais caras no mercado. Na sede do município existem muitas serrarias que sustentam o mercado local de construção civil.

Segundo o coordenador da Secretaria de Agricultura de Gurupá, João Batista, em Gurupá a extração de madeira ainda supera a produção de açaí. Informa que existem de 150 a 200 serrarias ilegais espalhadas pelo município “gerando renda apenas para os atravessadores”.

Em Afuá, de acordo com Antônio Batista, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a exploração madeireira é a segunda maior riqueza da cidade. O prefeito também nos relatou a existência de aproximadamente 500 serrarias. A espécie que predomina nas serrarias é a pracaúba. Existe um grande número de pequenas serrarias na sede do município, maioria ilegal. A madeira serve para a manutenção das estruturas das pontes e das casas que são em sua maioria construções de madeira. Também existe um comércio dessa madeira para outros municípios do Marajó, como o caso observado do transporte para Chaves. A EMAPA é a maior serraria de Afuá e sua produção é grande parte destinada à exportação para o Sul e Sudeste do Brasil, como para outros países. As principais espécies utilizadas são a virola e andiroba. Em 2007, foi fechada pela IBAMA e há pouco tempo retornou a produção em menor escala.

Nos anos de 2009 e 2010, o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR<sup>10</sup> – e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, licenciaram em Portel, o volume de 217.192,05 m<sup>3</sup>, para uma área de exploração de 8.517 hectares. Em Bagre, a volumetria licenciada foi de 100.733,66 m<sup>3</sup>, para uma área de 3.375 hectares. Em Melgaço, o volume licenciado

---

<sup>10</sup> Instituto estadual criado em 2007 para implantar a Lei de Gestão de Florestas Públicas, com licitação para novas explorações florestais (concessões florestais), pagando ao estado por parte da madeira explorada. A exploração em Portel, Bagre e Melgaço é realizada na modalidade de contratos de transição, autorizações por 02 anos para exploração, com pagamento ao Estado pelo uso florestal.

foi de 29.663,5 m<sup>3</sup>, a explorar-se 1.221 hectares. O volume total de madeira para os 03 municípios foi de 347.589,21 m<sup>3</sup>, para uma área de 13.113 hectares. Em relação ao total da volumetria licenciada no Estado do Pará para contratos de transição com arrecadação pelo Estado, Portel, Bagre e Melgaço contribuem com 57,06% de toda a madeira dos contratos de transição no Pará. Dos 8 milhões arrecadados com a exploração florestal em áreas públicas, cerca de 4 milhões de reais do IDEFLOR tem sido provenientes da exploração florestal em áreas públicas estaduais de Portel, Bagre e Melgaço.



Figura 21 – Portel ainda enfrenta problemas para a implantação de uma exploração florestal madeireira em bases sustentáveis que gere melhoria das condições socioeconômicas de sua população.

#### 6.4. Pesca

A pesca funciona tanto para subsistência quanto como fonte de renda na maioria dos municípios visitados. A pesca de subsistência que corresponde normalmente à principal fonte protéica para essas populações, ocorre na várzea ou em suas proximidades e obedece a um calendário anual de safra, entressafra e período de defeso<sup>11</sup>. A fonte de renda é proporcional ao excedente. No entanto é complexa a definição de pesca comercial e de subsistência. Com pequenas diferenças entre o lado leste e oeste do arquipélago, os meses de chuva marcam o período de entressafra e os meses de estiagem marcam o período de safra. A queixa generalizada em todas as regiões do Marajó diz respeito a dificuldade de escoamento do pescado, o que enfraquece os pescadores perante os atravessadores, resultando em um cadeia de valor altamente injusta e com problemas de governança.

---

<sup>11</sup> A Lei do defeso (Lei 7679/88) proíbe a pesca nos cursos d'água, águas paradas ou mar territorial de todo o território nacional durante o período de reprodução da fauna íctica. A exceção é feita aos pescadores artesanais e amadores que pescam com vara, linha-de-mão ou linha e anzol.

Em Anajás, na colônia de pesca não conseguimos dados concretos sobre a pesca, visto que o presidente não estava presente e a secretária não sabia dar informações. Abordamos alguns pescadores que estavam à espera de retirar o seguro defeso e conseguimos algumas informações. Segundo os pescadores, os rios mais ricos em pesca são o Anajás, Mocoões e o Cururu. A pesca é destinada para o consumo e para o abastecimento da sede do município. Não identificamos a presença de balanceiro. Quando é feito comércio de peixe com outros municípios a negociação é direta com atravessadores e pescadores. Segundo os pescadores, a construção de fábrica de gelo facilitaria a negociação com os atravessadores e comercialização do pescado.



Figura 22 – O manejo do camarão de água doce é bastante desenvolvido em municípios como Gurupá e Afuá.

Em Afuá, Francisco (Chico) de 55 anos é pescador no Rio Darão, próximo ao Anhingal, e pesca peixe e camarão. O peixe é disponível o ano todo. O camarão é pescado de maio a setembro. O homem pesca com a ajuda dos filhos. Ele e a mulher fazem o matapi (para utilização própria) com arumã, jupati, urucuri e patuá. Pescam mesmo durante o defeso. Possui dois viveiros, onde deposita os camarões após a pesca. Captura 60 kg por semana e vende na feira do camarão de Afuá. Outro pescador entrevistado foi o Icoaraci (Bibi)

de 22 anos que utiliza do mesmo método de Francisco, porém compra o matapi a R\$5,00. Vende 40 kg de camarão por semana, também na feira do camarão. De acordo com o balanceiro da feira de Afuá, a quantidade de camarão pesada no mês de Julho de 2010 foi 16.198kg, devido ao festival do camarão. No mês de Junho, 13.043kg e em Maio, 10.199kg de camarão. As principais espécies de peixe pescados são a Pescada, Filhote e Dourada e a quantidade de peixe pesada na feira em Julho foi 1.817kg.

Há, no entanto, um problema relacionado com a sobre-exploração dos recursos das águas em Afuá que é a diminuição do tamanho do camarão Pitu, espécie de alto valor econômico e de grande procura. E para amenizar esse fato, a EMATER pretende implantar o modelo de matapi criado em Gurupá, iniciativa premiada pela Fundação Banco do Brasil em 2005 como uma das melhores tecnologias sociais da Amazônia, que aumenta o espaço entre as frestas do viveiro e do



matapi, o que garante a fuga dos indivíduos menores e juvenis, contribuindo para a manutenção dessas populações.

Em algumas localidades de Chaves, a pesca é a principal fonte de renda. A grande extensão do município e a variedade de habitats proporcionam uma pesca variada. Há pesca marítima e pesca de interior. A proximidade com o Amapá faz com que quase todo pescado seja absorvido por Macapá.

Em Gurupá, segundo alguns pescadores, o problema relacionado com a pesca é a invasão dos pontos de pesca por pescadores industriais de outros municípios. Os pontos de pesca são regiões delimitadas onde o pescado é farto, existe facilidade de acesso e os locais são limpos (troncos). Pescadores de Abaetetuba freqüentemente utilizam esses pontos com a técnica de pesca de arrasto, que pode ser muito agressivo e prejudicial. A organização dos pescadores e os acordos de pesca tem diminuído os conflitos relacionados à pesca na Calha do Rio Amazonas. Outra questão que preocupa os representantes da Colônia é a abertura da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingú e seus possíveis efeitos sobre a pesca artesanal.

Em Gurupá, a pesca é algumas vezes financiada pelo balanceteiro de cidade que “doa” aos pescadores espinhel, anzóis e compra 3t de gelo por semana em Porto de Moz, Almerim e Belém. A totalidade do pescado é escoada para Belém em caixas de isopor nos barcos de linha. Entorno de 300 a 400 Kg de peixe por dia.

Em Melgaço, a colônia de pescadores (fundada em 2001) possui hoje 1350 associados. Destes, 700 recebem o seguro defeso (R\$ 2.040 – 4 salários) no período da piracema que abrange os meses de janeiro a abril. Nesse período só é permitido o consumo. Além do seguro, existem outros benefícios como aposentadoria, seguro de vida e auxílio maternidade. A maioria dos assegurados e associados são do interior do município.

Segundo Agnaldo Furtado, tesoureiro da Colônia, a atividade é realizada por homens e mulheres que pescam peixe e camarão. A produção abastece somente o mercado local, já que a maioria desses(as) pescadores(as) artesanais não possuem barcos próprios. Acredita-se que antes da criação da colônia o número de peixes estava diminuindo devido à pesca indiscriminada. Hoje esse problema foi amenizado. Para a comercialização do pescado não há local específico no município,



como por exemplo, feiras. A criação da RESEX Gurupá-Melgaço em 2006 é um marco na região para a gestão dos produtos da pesca e da floresta pelas comunidades.

Em Ponta de Pedras, observou-se que atualmente a Colônia de Pescadores tem membros considerados “aprendizes de pescador”. Esta é a maneira encontrada pelos antigos pescadores para se referir àqueles que entraram tanto na colônia como em outras associações apenas para receber o Seguro Defeso. No município, a Associação da Colônia de Pescadores (APESC) tem no total são 1.480 associados que recebem o seguro. A Associação atualmente é presidida por uma pessoa que nunca foi pescador. De acordo com relatos, pescadores estão proibidos de pescar nos igarapés represados por proprietários das fazendas - para garantir água o ano todo para seus rebanhos.

O Sr. Antônio Vieira Pires, 44, argumenta que "o pescador de Ponta de Pedras sofre muito (...) não pode pescar na beira do rio, nem vender peixe na beira do mercado (...) eu quase fui preso pelo delegado [por infringir à regra]". Esta situação é recorrente também no município de Muana, mas a diferença é que nesta última a Colônia é atuante e tem uma assessoria jurídica que vem conseguindo autorizações para a entrada dos pescadores nos igarapés represados para retirar os peixes. Em Ponta de Pedras os proprietários rurais além de proibir os pescadores locais de retirar os peixes, estão em muitos casos arrendando os igarapés para barcos de fora do município, principalmente embarcações de Abaetetuba.

Portel apresenta grande potencial pesqueiro com grande variedade de peixes, como por exemplo: Tucunaré, Pescada, Filhote, Pacú, Pirarucú, Tambaqui, dentre outros. Em 2008, a prefeitura municipal criou a Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca, como estratégia sustentável de recuperação de áreas degradadas pela atividade madeireira. A idéia era incentivar a piscicultura com o objetivo de geração de renda.

Os pescadores artesanais do município se organizaram e fundaram a Colônia Z-47. A colônia foi fundada pela necessidade de mais apoio público para a atividade. Hoje são 1500 associados, entre homens e mulheres, com vários benefícios: Bolsa Família, Auxílio Doença, Aposentadoria, Auxílio Maternidade e Seguro Defeso.

Segundo Maria de Fátima Lopes Caldas (Presidente), os pescadores, no período do defeso, mantêm a renda com o cultivo da mandioca (produção de farinha) e o seguro defeso. O

período de pesca varia de acordo com a espécie de peixe. A pesca do tucunaré, pescada e branquinha, por exemplo, é de maio a dezembro. A do pirarucu, de novembro a fevereiro.

Os pescadores enfrentam várias dificuldades para comercialização: não há uma fábrica de gelo em Portel, falta um mercado para a venda de peixes; os atravessadores compram a preços muito baixos ou trocam por mercadorias; há pesca predatória e conflito com pescadores de grandes embarcações.

A Comunidade Monte Horebe, em Bagre, é formada por vários pescadores artesanais, entre homens e mulheres. Recebe auxílio do governo federal no período de defeso. A pesca é realizada durante o ano todo para consumo e venda. O açaí complementa a alimentação. Não há conflito na comunidade, porém alguns pescadores relatam que são impedidos de pescar pelos supostos donos de ilhas na região. A dificuldade da comercialização ocorre porque a maioria dos pescadores não tem barcos a motor. A produção atende basicamente à cidade de Bagre, que não dispõem de local específico para a comercialização.

Em São Sebastião da Boa Vista, o pescado consumido pela população é oriundo (a menor parte) do rio Pará. A maior quantidade “vem de geleira do baixo Amazonas”, os *da maré* (pescado nas proximidades, no rio que banha a cidade) são pegos pelos próprios vendedores ou trazidos de barco por pescadores artesanais, segundo depoimento de Manoel Magno, o Carmito, que tem 56 anos e há quase 30 anos pesca e comercializa pescados. Atualmente trabalha no mercado municipal onde vende pescada, dourada, filhote, tamuatá, mapará e curimatá.

Nos últimos anos houve uma mudança em relação à oferta do pescado fornecido pelo Amazonas, pois “pegaram demais daí veio à escassez”. A esposa de Carmito, Dona Maria Leonice, “ajuda” na pesca tecendo as redes.

Ouvimos referências sobre a APAEBV – Associação de Pescadoras e Pescadores Artesanais de São Sebastião de Boa Vista, como sendo uma instituição atuante. Escutamos ainda casos relacionados à grande dificuldade para receber o defeso, em função da



Figura 23 – O barco à vela é bastante utilizado na pesca artesanal que ocorre ao longo do Rio Pará.





ausência de agência bancária no município. Tal situação faz com que algumas pessoas cobrem elevadas somas para receber o dinheiro do pescador(a) com dificuldades para se deslocar à capital. O atraso no pagamento do defeso gera outro problema: a pesca no próprio defeso.

Outra questão é o valor do pescado, que é atribuído pelo próprio comerciante. Os grandes vendedores "abaixam o preço" e acabam tendo mais lucro, reduzindo o lucro de muitos pescadores artesanais, segundo depoimento de uma pescadora artesanal que acrescentou: a infraestrutura do mercado municipal é desagradável para a venda do pescado, pois além de faltar espaço para os vendedores, o local carece de limpeza - "empoça água e fede".

Soubemos ainda da ocorrência da pesca com timbó (tinguijada) em alguns pontos da reserva extrativista Terra Grande Pracuúba. A pesca predatória com veneno leva a captura de peixes de todos os tamanhos, o que gera um problema ambiental e, além disso, intoxica a população através do consumo da água contaminada. Este tema certamente foi debatido durante a elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, ocorrida em maio de 2011.

Em Muaná, estivemos na Ilha Jupatituba, cujos moradores vivem predominantemente da pesca (realizada na baía de Marajó). Senhor Benjamim Martins de Lima, 73 anos, pescador, argumentou que "não existe dificuldade para vender o pescado (...) vende barato, mas vende..."<sup>12</sup>. No entanto, reclamou que antigamente se pegava muito peixe na baía, atualmente a produção diminuiu muito e comentou que a renda do pescado "só dá pra bóia e pro óleo". Informou que o quilo do peixe filhote é vendido entre 6 e 8 reais, mas o atravessador paga apenas 4 reais pelo quilo.

Em relação à atuação das crianças na pesca, senhor Benjamim nos disse que "aqui qualquer molequinho já é pescador (...) vai junto com o pai, tem algumas meninas que vão quando a gente não tem o parceiro (porque sempre vão de dois pra pesca)". Contou que é antigo na ilha, e destaca a importância das embarcações a motor na dinâmica da atividade, o que realça o significado desta tecnologia e a quase dependência do óleo diesel nos dias atuais: "agora quando vim pra cá

---

<sup>12</sup> Os mais encontrados são: tamatá, traíra, piranha (branca, preta e vermelha), tigre, cachorro-do-padre, tainha, sarda, dourada, filhote. O mapará, a sarda e a piaba são sempre pescados na baía de Marajó.



eram três famílias na ilha, há cinquenta anos (...) melhorou hoje com o motor, antigamente era no remo ou montaria a vela, mas era maior o sacrifício”.

Em Currálinho, na Ilha das Araras, localizada a três horas de distância da sede do município – em barco tipo rabeta – e 30 minutos – em lancha voadeira – toda a comunidade (72 famílias) vive da pesca e venda do camarão. Segundo informações de José Carlos Neves, o Caíto, “dá uma faixa de 120 pescadores”. A safra ocorre de abril a junho, neste período o camarão regional é vendido cru e também cozido, com casca, como encontrado nas feiras públicas de Belém. No restante do ano só é possível vender o camarão salgado. Caíto explica que o próprio pescador “prepara o fogo, escalda o camarão e descasca”. E nos relata que, a comunidade está na mão dos atravessadores, quem lucra de fato: “o produtor vende pra gente de condições, daqui mesmo, este é o primeiro atravessador, que entrega ao segundo atravessador, em Belém. Este último vende ao comerciante que distribui ao consumidor”.



Figura 24 – Soure e Salvaterra tem na pesca artesanal uma das principais atividades econômicas entre a população.

Em Salvaterra e Soure, a pesca artesanal é a principal atividade econômica, e o pescado a base alimentar dos moradores do município. Várias espécies são encontradas, dentre elas o bagre, tainha, pratinheira, piraíba, pescada e tucunaré, sendo que algumas espécies não existem mais na região como o mero e o tubarão. Os associados da Colônia de Pescadores da localidade de Jubim, em Salvaterra, alertam para a diminuição do pescado e acreditam que a pesca industrial contribuiu para esta situação. Entre os

meses de janeiro a maio ocorre o *defeso da pesca*, período de reprodução dos peixes e época em que a atividade é proibida. Nesta ocasião os pescadores cadastrados recebem o seguro defeso que consiste no pagamento de quatro salários mínimos ao longo dos quatro meses de proibição da pesca. O benefício é recebido em Belém, o que faz com que grande parte do dinheiro não circule no comércio do município. Muitos pescadores não se encontram cadastrados e muitos não-pescadores cadastrados recebem o benefício.



Seu Tota, pescador da comunidade de Jubim, relata que enfrenta muitos riscos no decorrer de seu trabalho e nos disse “quando a gente sai pro mar vai mesmo é se aventurar”. A saída para a pesca depende sempre das condições da maré. Geralmente saem à noite, por volta das vinte e duas horas, com a maré vazando. Retornam às onze horas do dia seguinte, exauridos, ocasião em que, geralmente, o atravessador já se encontra à espera do barco para comprar o pescado. Dependendo da “sorte” conseguem pescar de 200 a 300 kg de peixe. As saídas mais longas duram quinze dias e dependem das condições da embarcação. Existem pescadoras e não há uma função específica ou diferenciada, mas o “homem sempre faz o trabalho mais pesado”.

Quando retornam do mar os pescadores desses municípios encontram dificuldades para comercializar seu produto, devido à ausência de condições para beneficiar o pescado. Outro problema diz respeito ao transporte que se torna inviável em função dos altos custos. A opção encontrada é vender a produção aos atravessadores que se aproveitam dessa deficiência para determinar o preço pago pelo produto. A forma de pagamento em dinheiro é a mais utilizada na comercialização dos produtos. Segundo os pescadores, baseado em uma relação injusta, os atravessadores são os que mais lucram, situação que gera desestímulo. Como forma de reverter este quadro eles tem se empenhado na busca por um financiamento que custeie a compra de um barco adequado às suas necessidades, e a construção de uma fábrica de gelo.

A Emater-Pará em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) implementou diferentes projetos em sete municípios do Arquipélago do Marajó, o chamado Consad-Arari (Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Arari). Em Cachoeira do Arari foi implantado o projeto de Psicultura, realizado em tanques cavados e tanques redes, que foram instalados nas comunidades Caracará, Chipaiá, Anará e Urubuquara. Um de nossos interlocutores, seu Herlo, nos relatou que o alto custo gasto com transporte para buscar os alevinos (larvas de peixe) ocasionou uma impossibilidade para a continuidade do projeto. Do mesmo modo, o manejo incorreto dos tanques de criação, ocasionou a morte desses alevinos, paralisando assim o projeto.

Em Cachoeira do Arari, diferentemente de Soure e Salvaterra, alguns pescadores acham mais viável garantir sua venda para o atravessador do que assumir um alto custo gasto com o transporte. Para Seu Herlo, as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores são as imposições



dos atravessadores, a falta de conhecimento para gerir os recursos, a falta de legalização de alguns barcos e a ausência de uma fábrica de gelo.

## 6.5. Agricultura

No Marajó, nas comunidades de terra firme a agricultura é mais facilmente encontrada. Essa agricultura é composta, em sua quase totalidade, por produtos agrícolas de cultivo anual, em especial a mandioca. A produção da farinha e outros derivados é o destino final da mandioca. Apesar de seu cultivo ser principalmente para a subsistência, quando do excedente, este é comercializado.

A tabela a seguir mostra os principais produtos da lavoura temporária, segundo o IBGE, com base no valor da produção do ano de 2009. O abacaxi é o produto com maior valor de produção (aproximadamente R\$ 7 milhões), seguido pela mandioca (quase R\$ 3,5 milhões). No entanto, é importante constatar que a produção de abacaxi se concentra basicamente no município de Salvaterra (85,5% da produção), especialmente na Vila de Condeixa, enquanto que a presença da mandioca e do milho é bastante diluída entre quase todos os municípios, com destaque para Breves e Portel.

| Tabela 19 - Lavoura Temporária - Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |            |            |                 |                  |         |                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|-----------------|------------------|---------|-----------------|
| Município                                                                                     | Produtos   |            |                 |                  |         |                 |
|                                                                                               | Abacaxi    | Mandioca   | Milho (em grão) | Feijão (em grão) | Outros* | Total Município |
| Afuá                                                                                          |            |            |                 |                  |         | R\$ 0,00        |
| Anajás                                                                                        | R\$ 23,00  | R\$ 110,00 | R\$ 28,00       | R\$ 14,00        |         | R\$ 175,00      |
| Bagre                                                                                         |            | R\$ 108,00 | R\$ 24,00       | R\$ 99,00        |         | R\$ 231,00      |
| Breves                                                                                        | R\$ 25,00  | R\$ 990,00 | R\$ 27,00       |                  |         | R\$ 1.042,00    |
| Cachoeira do Arari                                                                            | R\$ 750,00 | R\$ 40,00  |                 | R\$ 16,00        |         | R\$ 806,00      |
| Chaves                                                                                        |            |            |                 |                  |         | R\$ 0,00        |
| Curralinho                                                                                    | R\$ 50,00  | R\$ 110,00 | R\$ 17,00       | R\$ 60,00        |         | R\$ 237,00      |



| Tabela 19 - Lavoura Temporária - Classificação com base no Valor da Produção - (em mil reais) |                     |                     |                   |                   |                   |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|
| Município                                                                                     | Produtos            |                     |                   |                   |                   |                      |
|                                                                                               | Abacaxi             | Mandioca            | Milho (em grão)   | Feijão (em grão)  | Outros*           | Total Município      |
| Gurupá                                                                                        | R\$ 120,00          | R\$ 675,00          | R\$ 17,00         | R\$ 47,00         | R\$ 267,00        | R\$ 1.126,00         |
| Melgaço                                                                                       |                     | R\$ 252,00          | R\$ 2,00          | R\$ 8,00          | R\$ 26,00         | R\$ 288,00           |
| Muaná                                                                                         |                     | R\$ 168,00          | R\$ 2,00          | R\$ 22,00         |                   | R\$ 192,00           |
| Ponta de Pedras                                                                               |                     | R\$ 35,00           | R\$ 5,00          | R\$ 126,00        | R\$ 2,00          | R\$ 168,00           |
| Portel                                                                                        | R\$ 35,00           | R\$ 484,00          | R\$ 54,00         |                   | R\$ 99,00         | R\$ 672,00           |
| Salvaterra                                                                                    | R\$ 5.938,00        | R\$ 22,00           | R\$ 3,00          |                   | R\$ 1,00          | R\$ 5.964,00         |
| São Sebastião da Boa Vista                                                                    |                     | R\$ 420,00          | R\$ 9,00          | R\$ 10,00         | R\$ 5,00          | R\$ 444,00           |
| Soure                                                                                         |                     |                     |                   |                   |                   | R\$ 0,00             |
| <b>Total Produto</b>                                                                          | <b>R\$ 6.941,00</b> | <b>R\$ 3.414,00</b> | <b>R\$ 188,00</b> | <b>R\$ 402,00</b> | <b>R\$ 400,00</b> | <b>R\$ 11.345,00</b> |

Fonte: IBGE - Produção agrícola municipal 2009

\* Outros - Lavouras de Arroz (em casca), Melancia e Cana-de-açúcar

Em Salvaterra, a maioria dos produtos agrícolas que abastecem o mercado local é fornecida através de Belém. Poucas são as famílias que se dedicam ao plantio – e consumo – de verduras e legumes. As roças são pequenas e a produção é destinada à subsistência das próprias famílias, o plantio é praticado na capoeira e somente alguns quilombolas costumam plantar em área de floresta.

Na produção do abacaxi utiliza-se adubação química, mas, de uma maneira geral, é pequena a utilização de insumos agrícolas externos devido ao alto custo de investimento. Segundo o secretário de agricultura do município, Pedro Oliveira dos Santos, a produção de abacaxi diminuiu aproximadamente 70% ao longo dos últimos anos devido a doenças causadas por fungos, e por falta

de orientação técnica. A existência de poucas máquinas agrícolas também representa obstáculo à ampliação das áreas de plantio, dificultando o desenvolvimento agrícola.

As ferramentas mais utilizadas na agricultura são a enxada, o terçado, a foice e o machado. Conhecemos um dos produtores rurais que tiveram acesso ao financiamento do Banco da Amazônia para a aquisição de ferramentas, no entanto, vários são os que encontram dificuldades para conseguir a liberação do crédito. A principal barreira é a falta regularização das terras. Atualmente o investimento do governo na área agrícola está paralisado em decorrência das altas taxas de inadimplência no município.

O município de Portel possui o programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) da Mandioca. Há trabalhos em toda a cadeia produtiva da mandioca, com financiamento através do Banco do Brasil. Na produção de farinha, o programa desenvolve trabalho de conscientização para higienização das casas de farinha, tentando adequá-las às normas da vigilância sanitária.



Figura 25 – A produção de farinha de Portel tem participação decisiva das mulheres como agente econômico e social.

Na comercialização, com apoio da EMATER, o programa articulou com a CONAB a compra de 60 toneladas de farinha que serão doadas para instituições do município. Segundo o técnico agroextrativista da EMATER, Josimar Mendonça, Portel exporta farinha para os municípios de Macapá, Mazagão, Afuá, Breves, Anajás, Bagre, Curralinho, Melgaço e alguns municípios da região do Baixo Amazonas. Contudo, Gracionice Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município, relatou que ainda existe problema no escoamento da produção, o que fortalece os atravessadores, em uma relação desvantajosa para os pequenos produtores.

Em Gurupá, na feira de produtores identificamos a dinâmica de produção e comercialização de alguns produtos. A produção de farinha, derivados da mandioca e outros produtos agrícolas (abóbora, melancia) são provenientes da região do Bacá, que juntamente como a sede do município é de terra firme e permite a cultura agrícola diversificada. Os produtores

juntamente com seus produtos são transportados para a feira por um caminhão da prefeitura todas às quartas-feiras e sábados.

Sr. Sebastião, produtor de farinha de Bacá que entrevistamos na feira, produz mandioca o ano todo, faz seu roçado na capoeira e há 3 anos que não desmata áreas florestais para o plantio. Ele nos descreveu seu dia a dia no trabalho: *“Todos da família ajudam no plantio. A Roça do terreno e tirar os paus ficam com o homem; a mulher capina; já colher, raspar (tirar a casca) a mandioca e lavar são serviços para todos. Daí demora três dias para ficar mole. Depois todos ajudam a ralar, vai para a prensa enxugar com tipiti tira tucupi. Vai para a peneira tirar curueira. Vai para o forno e todos ajudam. Depois de torrada peneira-se de novo para tirar as mais graúdas.”*



Figura 26 – O cultivo de hortaliças é ainda pouco explorado como meio de vida no Marajó. No detalhe horta de produtor em Anajás.

Observamos que a dinâmica de comercialização é de certa forma parecida para todas as comunidades rurais que vendem seus produtos na sede. Em entrevista com Maria Rosa Pinheiro, 51 anos, Marília Santana, 49 anos, e Benedita Silva, moradoras da comunidade de Conceição e responsáveis pela venda de suas produções, percebemos que existe dificuldade de comercialização de seus produtos por causa do transporte. Essas mulheres possuem barcos próprios e fazem essa viagem pelo menos duas vezes por semana para ganharem seu sustento.

Em Breves, segundo o Sr. Amiraldo, 26 anos, nascido na região do rio Jupatituba e presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas, as comunidades produzem mandioca para beneficiamento. São produzidas farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi e maniva. Destacamos a farinha como principal produto comercializado. Uma saca de farinha de 30 kg custava em média 45 reais. Os produtores consideram injusto o preço se comparado ao volume de trabalho e esforço despendido na produção. Todos na família participam do processo produtivo da farinha, desde o preparo do solo até o beneficiamento.

Em Ponta de Pedras, na Vila de Jaguarajó, existe uma razoável produção de feijão manteguinha, que gira entorno de 200 sacas de 60 kg ou 12 toneladas de feijão por safra. O





crescimento mais rápido do feijão, a fácil estocagem, o preço mais competitivo e a garantia da compra são as vantagens citadas pelo técnico Martinho da EMATER. A produção de Ponta de Pedras é inteiramente vendida para a empresa Gama Lopes, a qual beneficia e ensaca o feijão. A empresa atende basicamente o mercado atacadista de Belém.

## 6.6. Criação de pequenos animais

Em diversos municípios, encontramos comunidades que têm famílias que complementam sua produção com a criação de pequenos animais, principalmente suínos, galinhas e patos. Normalmente esse trabalho é função das mulheres, idosos e crianças. A importância dessa pequena criação está em garantir uma maior segurança para a dieta protéica familiar e local, principalmente em períodos de entressafra e defeso do pescado; ou ainda para comercialização em situações de emergência. O IBGE apresenta os seguintes números:

| Tabela 20 - Produção Pecuária - Efetivo dos rebanhos - (cabeças) |        |                                  |          |          |
|------------------------------------------------------------------|--------|----------------------------------|----------|----------|
| Município                                                        | Suínos | Galos, frangas, frangos e pintos | Galinhas | Outros * |
| Afuá                                                             | 42.000 | 13.540                           | 4.900    | 1.370    |
| Anajás                                                           | 8.050  | 3.840                            | 2.950    | 613      |
| Bagre                                                            | 6.950  | 740                              | 600      | 73       |
| Breves                                                           | 10.435 | 5.030                            | 1.850    | 135      |
| Cachoeira do Arari                                               | 5.397  | 3.347                            | 2.625    | 9.366    |
| Chaves                                                           | 24.928 | 3.160                            | 1.540    | 14.910   |
| Curralinho                                                       | 4.482  | 2.830                            | 2.150    | 32       |
| Gurupá                                                           | 5.859  | 13.755                           | 4.915    | 105      |
| Melgaço                                                          | 4.350  | 1.325                            | 510      | 233      |



| Tabela 20 - Produção Pecuária - Efetivo dos rebanhos - (cabeças) |                |                                  |               |               |
|------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------|---------------|---------------|
| Município                                                        | Suínos         | Galos, frangas, frangos e pintos | Galinhas      | Outros *      |
| Muaná                                                            | 16.700         | 15.850                           | 12.400        | 9.069         |
| Ponta de Pedras                                                  | 6.036          | 25.102                           | 9.782         | 10.495        |
| Portel                                                           | 6.630          | 4.020                            | 2.050         | 472           |
| Salvaterra                                                       | 9.396          | 1.169                            | 6.408         | 2.318         |
| Santa Cruz so Arari                                              | 4.992          | 2.520                            | 1.100         | 4.872         |
| São Sebastião da Boa Vista                                       | 16.967         | 4.242                            | 13.601        | 166           |
| Soure                                                            | 4.443          | 9.833                            | 2.250         | 4.485         |
| <b>Total rebanho</b>                                             | <b>177.615</b> | <b>110.303</b>                   | <b>69.631</b> | <b>58.714</b> |

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal 2009;

Como maiores produtores de suínos, temos Afuá, Chaves, São Sebastião da Boa Vista e Muaná. Quando se trata de Galos, frangas, frangos e pintos, Ponta de Pedras, Muaná, Gurupá e Afuá apresentam os maiores rebanhos.

#### 6.7. Pecuária

Segundo o IBGE (2009), há produção pecuária bovina e bubalina em todos os 16 municípios do Marajó. A tabela a seguir apresenta, em ordem decrescente, o efetivo dos rebanhos Bovino e Bubalino no Marajó:



| Tabela 21 - Produção Pecuária - Efetivo dos rebanhos (cabeças) - Bovino e Bubalino do Marajó |                            |         |       |               |                            |         |       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------|-------|---------------|----------------------------|---------|-------|
| Bovino                                                                                       |                            |         |       | Bubalino      |                            |         |       |
| Ordem                                                                                        | Município                  | Cabeças | %     | Ordem         | Município                  | Cabeças | %     |
| 1                                                                                            | Chaves                     | 83.744  | 28,14 | 1             | Chaves                     | 81.120  | 30,35 |
| 2                                                                                            | Cachoeira do Arari         | 49.211  | 16,54 | 2             | Cachoeira do Arari         | 36.345  | 13,60 |
| 3                                                                                            | Ponta de Pedras            | 40.900  | 13,75 | 3             | Soure                      | 33.924  | 12,69 |
| 4                                                                                            | Santa Cruz so Arari        | 35.438  | 11,91 | 4             | Muaná                      | 29.000  | 10,85 |
| 5                                                                                            | Soure                      | 30.683  | 10,31 | 5             | Ponta de Pedras            | 28.422  | 10,63 |
| 6                                                                                            | Salvaterra                 | 15.784  | 5,30  | 6             | Santa Cruz so Arari        | 24.571  | 9,19  |
| 7                                                                                            | Muaná                      | 15.375  | 5,17  | 7             | Salvaterra                 | 15.987  | 5,98  |
| 8                                                                                            | Portel                     | 10.950  | 3,68  | 8             | Anajás                     | 6.540   | 2,45  |
| 9                                                                                            | Gurupá                     | 4.940   | 1,66  | 9             | Gurupá                     | 5.900   | 2,21  |
| 10                                                                                           | Afuá                       | 4.200   | 1,41  | 10            | Afuá                       | 3.040   | 1,14  |
| 11                                                                                           | Breves                     | 2.032   | 0,68  | 11            | Portel                     | 810     | 0,30  |
| 12                                                                                           | Melgaço                    | 1.612   | 0,54  | 12            | Bagre                      | 450     | 0,17  |
| 13                                                                                           | Bagre                      | 1.610   | 0,54  | 13            | São Sebastião da Boa Vista | 303     | 0,11  |
| 14                                                                                           | Anajás                     | 820     | 0,28  | 14            | Melgaço                    | 295     | 0,11  |
| 15                                                                                           | Curralinho                 | 153     | 0,05  | 15            | Breves                     | 294     | 0,11  |
| 16                                                                                           | São Sebastião da Boa Vista | 101     | 0,03  | 16            | Curralinho                 | 275     | 0,10  |
| Total rebanho                                                                                |                            | 297.553 | 100   | Total rebanho |                            | 267.276 | 100   |

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal 2009

Chaves e Cachoeira do Arari são, respectivamente, o 1º e o 2º maiores produtores tanto de pecuária bovina quanto da bubalina. Na 3ª posição de produção bovina aparece Ponta de Pedras; já na produção bubalina, a 3ª posição fica com Soure, município em que esse animal já faz parte da paisagem urbana.



Figura 27 – A bovinocultura e bubalinocultura extensiva e com baixo nível tecnológico é uma característica da pecuária marajoara.

A economia atual de Chaves é baseada na pecuária. A criação de bovinos e bubalinos, seguido da suinocultura são as principais atividades econômicas, refletindo na maior manifestação cultural do município: A Festa do Vaqueiro. Grande extensão dos campos é ocupada por grandes fazendeiros de gado. Segundo dois pecuaristas entrevistados, as fazendas vão de 100.000 hectares com 50.000 cabeças até 100 hectares com 40 cabeças para os pequenos criadores.

Em Chaves, a atividade pecuarista reflete uma sociedade com costumes, organização social, cultura e relações trabalhistas distintas. Grandes fazendas estão ligadas à relação trabalhista de patronagem, que explora o vaqueiro, categoria trabalhista de baixa escolaridade e baixo salário, e sua família. Há relatos da existência de casos de escravidão disfarçada, no qual o empregado se torna dependente do patrão e, eternamente endividado, sua única forma de pagamento é com trabalho. Mas mesmo assim existe reclamação por parte do patrão: “A relação de trabalho mudou muito, já não existe aquele amor pelo patrão. Hoje com seis meses de trabalho o vaqueiro já entra na justiça contra o patrão” relatou-nos um grande pecuarista entrevistado.

Em Soure, muitas são as fazendas de criação de búfalos, e muitas se destacam pelas suas grandes extensões. Com um valor mais competitivo no mercado internacional alguns produtores – como uma ex-professora universitária e proprietária da Fazenda Bom Jesus – estão exportando os animais para a Venezuela e para o Líbano. Fomos informados que um búfalo exportado para a Venezuela pode custar até R\$ 2.800,00. Segundo a proprietária, o arquipélago do Marajó apresenta a maior quantidade de búfalos do país, mas perde em qualidade para os animais do sudeste. Ela denuncia a ocorrência de roubos desses animais. Segundo ela, a execução do roubo é relativamente



fácil – visto que um homem é capaz de guiar até 200 animais, que geralmente são dóceis e andam em manadas. A reclamação acerca desses roubos foi recorrente em diversas entrevistas.

Devido à forma de criações dos búfalos, esses animais acabam por promover o assoreamento de rios e córregos da região, Prudêncio, gerente regional da Secretaria de Agricultura do Estado (SAGRI), revela que muitos lagos secaram no Marajó por causa do búfalo. A proprietária da Fazenda Bom Jesus concorda que o animal compacta o solo, porém argumenta que os seus animais são criados em áreas já degradadas, ou seja, eles não são a causa de degradação dessas áreas.

Na cidade de Soure, muitos moradores se queixam dos búfalos que ficam soltos pelas ruas e acabam se alimentando de toda vegetação que encontram.

Em Chaves, uma importante fração da economia da sede é movimentada por pequenos criadores de gado e porcos. Como suas propriedades estão próximas ao centro garantem o abastecimento de carne local. São os que produzem queijo e tiram leite, pois os grandes proprietários não o fazem. Segundo dois grandes criadores de gado, é inviável o gado de leite, pois para isso o gado necessitaria ter uma alimentação correta. Nos contaram também que Chaves é maior criador de búfalo do país e que seu mercado principal é Belém e Macapá. O tempo de abate de um búfalo é de 18 meses quando atingem 380 kg. Já para o “boi branco” o tempo de abate é de 36 meses com 300 kg. Os problemas da criação é o sobre-carregamento da pastagem e do solo. Há invasão de floresta para novas pastagens.

O criador Ricardo “Poronga” trabalha com variedade de animais. Em sua casa cria porcos e no retiro 18 bois, 20 búfalos, 10 cabras e 14 cavalos. Em sua área existe pastagem natural e áreas desmatadas para a plantação de capim que segundo ele nasce sozinho. O local tem capacidade para 100 cabeças de gado. O trabalho com o gado é realizado somente por uma pessoa de família, que consiste em soltar os bois para pastarem e no dia seguinte buscá-los novamente para o cercado. Já a manutenção dos utensílios de trabalho é feito por ele e pela esposa, que realiza também o trabalho doméstico. Possui um filho que auxilia no trabalho quando ele não pode realizá-lo. Trabalha também na manutenção da estrutura do seu retiro como o conserto das ferramentas e cercados. Sua carga horária de trabalho é de aproximadamente 3 horas por dia e seu gado comercializado no mercado local. Apesar de ser apenas pecuarista, sua produção é diversificada, parecida com a agricultura



familiar de outras regiões culturalmente agrícolas. Esse estilo de vida é bem difundido no município, sendo uma característica local marcante.

A criação de gado para pequenos e médios produtores de Chaves, Salvaterra, Ponta de Pedras, Muana e Cachoeira do Arará exerce um papel particularmente importante na economia familiar, uma espécie de poupança. Os fatores econômicos citados por esses pequenos e médios produtores foram: a carne apresenta preço relativamente estável e boa liquidez; e acesso à pastagem natural dos campos.

## 7. Conclusões

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó lançou oficialmente em 2008 as diretrizes para a melhoria das condições de vida da população dos 16 municípios que compõe a Meso Região do Marajó. Mais do que isso, contou pela primeira vez, desde as suas discussões em 2007, de um coletivo de atores sociais recomendando as ações que o Governo Federal deveria realizar para o alcance de indicadores socioambientais e econômicos na média brasileira.

O processo de Escuta, mesmo sem a pretensão de ser um estudo especificamente comparativo do Plano Marajó, conseguir captar na medida do possível impressões, através de relatos de pessoas da região, sobre a situação atual das cidades e do meio rural, o que permite constatar alguns avanços significativos desde a elaboração do plano Marajó, como por exemplo, das questões relativas à regularização fundiária e diminuição da exploração dos recursos naturais. Nestes dois pontos, o marajoara foi atendido razoavelmente bem no momento em que os documentos de terra começaram a beneficiar as famílias e a extração ilegal de madeira por grandes empresas e o desmatamento foram combatidos pelos governos federal, estadual e municipal.

No entanto, em assuntos ligados serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura e segurança, é necessário ainda uma atenção muito especial à região. Permanecem abaixo da média nacional os índices de mortalidade infantil, número de médicos, leitos hospitalares, violência urbana, tráfico e capacidade de escoamento da produção, o que ainda remete o Marajó em lugar preocupante de IDH.

Não obstante as dificuldades, algumas iniciativas surgem como enfrentamento aos problemas existentes como o combate à malária em Anajás, que vem diminuindo a cada mês o



número de casos positivos da doença; a luta de profissionais da educação de municípios na busca por um IDEB compatível à realidade nacional em se falando de escolas públicas como no exemplo de Melgaço, Portel e Breves; a inovação das Casas Familiares Rurais de Gurupá e Breves como alternativa de educação ajustada à realidade agroextrativista; a reforma de portos e pistas de pouso no Marajó, a chegada da telefonia celular em todos os municípios e da internet nas sedes municipais, procurando aprimorar-se no desafiador contexto amazônico de grandes distâncias. Enfim, existe forças-tarefas em vários lugares da região tentando diminuir o espaço entre o Marajó e as demais regiões de integração do Estado Pará, sejam dos órgãos governamentais, sejam de entidades da sociedade civil. São bases em construção que abrem a possibilidade de reconhecimento do Marajó como Reserva da Biosfera, não somente pela manutenção da flora, da fauna e dos recursos hídricos, mas como mobilização para a gestão de processos ambientais, sociais e econômicos.

É o morador nativo e não nativo tendo a percepção de que a única forma de melhoria de cada um no Marajó é a solução em que todos possam ser beneficiados. O estudo do Instituto Peabiru traz a este passo uma pequena, porém valiosa contribuição. Que sobreviva a região. Que Viva o Marajó...

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.